

ADRIANA PATRÍCIA COSTA DAS DÔRES SOUSA

**MOVIMENTOS SOCIAIS DIGITAIS EM PORTUGAL:
UM ESTUDO DE CASO MÚLTIPLO**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2016

ADRIANA PATRÍCIA COSTA DAS DÔRES SOUSA

**MOVIMENTOS SOCIAIS DIGITAIS EM PORTUGAL:
UM ESTUDO DE CASO MÚLTIPLO**

Mestrado em Educação Social

Trabalho efetuado sob a orientação:

Professor Doutor António Almeida Fragoso

VOLUME I



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2016

**MOVIMENTOS SOCIAIS DIGITAIS EM PORTUGAL:
UM ESTUDO DE CASO MÚLTIPLO**

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluídas.

Adriana Patrícia Costa Das Dôres Sousa

(Assinatura)

Direitos de Cópia ou Copyright

© **Copyright:** Adriana Patrícia Costa Das Dôres Sousa

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respectivos.

Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Doutor António Almeida Fragoso pela preciosa orientação e apoio.

Ao Professor Joaquim do Arco pelo incentivo para ingressar no Mestrado.

Aos colegas, família e amigos pelo apoio e palavras de incentivo.

Às colegas de mestrado pelo apoio e disponibilidade.

Ao Luís pela presença.

Este trabalho de investigação pretende trazer um contributo importante para o estudo dos movimentos sociais digitais. A realidade deste tipo de movimentos é um fenómeno recente, embora, com tradição histórica nos movimentos sociais tradicionais sofrendo ao longo dos tempos novas reconfigurações. Outrora a luta dos movimentos sociais manifestava-se através de revoluções fazendo uso da violência. Atualmente, o ativismo verificado nas redes sociais, essencialmente, na rede social Facebook, alicerça-se na racionalidade, nos valores da democracia, na solidariedade e, principalmente, na partilha. Com a globalização e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente, a Internet, estes movimentos expandiram-se, diversificaram-se e complexificaram-se. Neste trabalho procuramos analisar a estrutura e a organização destes movimentos, que tipo de ações coletivas dinamiza, quais as suas reivindicações e que tipo de interações são estabelecidas nas redes sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais, ação coletiva, poder, globalização, Internet, rede social, mobilização, participação, comunicação social.

This research aims to bring an important contribution to the study of digital social movements. The reality of this type of movement is a recent phenomenon, although with historical tradition in the traditional social movements suffering news reconfigurations. Once the struggle of social movements manifested itself through revolutions using violence. Currently, the activism seen in social networks, primarily in the social network Facebook, is founded on rationality, the values of democracy, solidarity and especially sharing. With globalization and development of information and communication technologies, including the Internet, these movements have expanded, diversified and complexified up. This work analyzes the structure and organization of these movements, which kind of collective action streamline what their claims and what kind of interactions are established on social networks.

Keywords: social movements, collective action, power, globalization, Internet, social network mobilization, participation, social communication.

INTRODUÇÃO.....	1
Objetivos da investigação.....	2
CAPITULO I.....	3
Enquadramento Teórico	3
1.1 Conceito de movimentos sociais.....	5
1.2 Os primeiros teóricos dos movimentos sociais.....	6
1.3 A teoria moderna dos movimentos sociais	8
1.4 A relação entre o poder e os movimentos sociais	11
1.5 A ação coletiva e os movimentos sociais.....	12
1.6 A estrutura organizativa e hierarquia dos movimentos sociais.....	14
1.7 Os ciclos de protesto e os seus resultados.....	15
2. Reconfigurações dos meios de comunicação	16
2.1 A globalização e as tecnologias de informação e comunicação	17
2.2 A sociedade em rede	21
2.2.1 Internet.....	22
2.2.1.1 Os riscos da Internet	24
2.2.1.2 Espaço público.....	24
2.2.1.3 Controlo e poder na era do digital	26
3 A Crise da legitimidade democrática	28
3.1 A crise da democracia representativa	30
3.2 Democracia direta	32
4 A criação e a expansão de movimentos sociais digitais.....	32
4.1 Reportório populista nos MSD	37
4.2 O poder das TIC e o efeito de contágio	39
4.3 Participação nas redes sociais	42
4.4 Duração no espaço e no tempo dos MSD	43
CAPÍTULO II.....	44
Enquadramento Metodológico	44
Investigação qualitativa	46
Método: Estudo de caso.....	46

Técnicas de recolha de dados	48
1. A entrevista presencial.....	48
1.1. A entrevista <i>online</i>	51
1.2. Notas de campo.....	52
1.3. O questionário <i>online</i>	52
1.4. Análise de dados	54
CAPÍTULO III	56
Análise de tratamento de dados	56
Análise dos resultados das entrevistas.....	72
CONCLUSÕES	112
BIBLIOGRAFIA	123

Índice de Quadros

Quadro 1 - Assinantes com acesso à Internet.....	24
Quadro 2 - Resultados dos principais partidos populistas nas últimas eleições europeias (PE) e legislativas nacionais (e diferença face às anteriores).....	39

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Área de residência da amostra	57
Tabela 2 – Grau académico da amostra.....	58

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Composição do género da amostra.....	56
Gráfico 2 – Estado civil da amostra.....	56
Gráfico 3 – Idade da amostra.....	57
Gráfico 4 – Situação profissional da amostra	58
Gráfico 5 – Grau académico da amostra.....	59
Gráfico 6 – Frequência de utilização de Internet por parte dos inquirido/as.....	59
Gráfico 7 – Atividade online dos inquirido/as.....	60
Gráfico 8 – Número de amigos no Facebook dos inquiridos/as.....	60
Gráfico 9 – Outras redes sociais utilizadas pelos inquiridos/as.....	61
Gráfico 10 - Reconhecimento de MSD por parte dos inquiridos/as.....	61
Gráfico 11 – Propósito dos MSD por parte dos inquiridos/as	62
Gráfico 12 – Tendência política dos movimentos	63
Gráfico 13 – Existência de líderes no MSD	63
Gráfico 14 – A opinião acerca do número de MSD na Internet	64
Gráfico 15 – Objetivos dos MSD	64
Gráfico 16 – Características dos MSD	65
Gráfico 17 – Continuidade no tempo.....	65
Gráfico 18 – Conversão para um partido político	66
Gráfico 19 – Estratégias utilizadas pelos MSD	67
Gráfico 20 – Uso estratégico da comunicação social	67

Gráfico 21 – Participação dos inquiridos/as para influenciar as políticas públicas.....	68
Gráfico 22 – Participação nas eleições presidenciais 2016	68
Gráfico 23 – Participação nas eleições legislativas 2015	69
Gráfico 24 – Militância num partido político	69
Gráfico 25 – Participação em associações.....	70
Gráfico 26 – Papel dos seguidores dos MSD	70
Gráfico 27 – Motivos para seguir um MSD	71
Gráfico 28 – Opinião dos inquiridos quanto à falta de participação	71

Índice de Figuras

Figura 1 – Transversalidade das lutas sociais através das redes	19
Figura 2 – Penetração regional da Internet no mundo.....	20
Figura 3 – Número de utilizadores ativos mensais de redes sociais e serviços de mensagens.	34
Figura 4 – Método de estudo de caso	47
Figura 5 – Ligações a Pinto Balsemão	91
Figura 6 – Estatística oficial da página de Facebook do RiseUp Portugal – número de pessoas e de gostos.....	92
Figura 7 – Refugiado	94
Figura 8 – Jesus Também tinha 2 pais – Bloco de Esquerda	94
Figura 9 – Ébola – André Carrilho	94
Figura 10 – Charlie Hebdo	95

“Son cosas chiquitas. No acaban con la pobreza, no nos sacan del subdesarrollo, no socializan los medios de producción y de cambio, no expropián las cuevas de Alí Babá. Pero quizá desencadenen la alegría de hacer, y la traduzcan en actos. Y al fin y al cabo, actuar sobre la realidad y cambiarla, aunque sea un poquito, es la única manera de probar que la realidad es transformable”.
(Galeano, 2013)

Siglas ou Abreviaturas

EC – Estudo de Caso

ES – Educador(a) Social

MS – Movimento Social

MSD – Movimento Social digital

MST – Movimentos Sociais Tradicionais

NMS – Novos Movimentos Sociais

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

Na última década, assistiu-se a uma proliferação de redes sociais na Internet que, em muitos casos, tiveram um papel importante na mobilização de cidadãos para um conjunto alargado de situações. Com o advento da Internet, quase tudo passou a estar à distância de cliques e o que outrora era distante, longínquo ou até inacessível, é agora global. O progresso científico e tecnológico contribuiu para a globalização e para a forma como nos relacionamos, alterando as dinâmicas sociais e culturais.

A escolha deste tema surgiu, primariamente, como utilizadora da Internet, nomeadamente, através de um acompanhamento assíduo e atento de alguns Movimentos Sociais Digitais (MSD), ou pretensos movimentos sociais digitais em Portugal, na rede social mais significativa a nível global, o Facebook. A par disso, a curiosidade pessoal de tentar perceber, por um lado, se existe um efetivo interesse por parte do cidadão em participar num determinado movimento social (MS) estando este no conforto proporcionado por uma “cortina” que é estar por detrás de um computador. Por outro lado, se a ação de clicar “gosto” ou deixar o seu “comentário” em determinado MSD já é *per se* uma forma de envolvimento pessoal. Será isto uma verdadeira participação social? Ou simplesmente se trata de “ativismo de sofá”? A partir destas ideias iniciais, pretende-se com este trabalho analisar o conceito de movimento social que estará, provavelmente, em reconstrução, através dos meios servidos por tecnologias de informação e comunicação (TIC). Para o efeito, considera-se pertinente estudar qual a origem dos movimentos sociais. De que forma surgiram os movimentos sociais digitais? Existe uma hierarquia dentro de um MS desta natureza ou, pelo contrário, trata-se de movimentos de organização horizontal? É ainda importante investigar se os MSD possuem, verdadeiramente, uma identidade coletiva e se têm o objetivo geral de emancipação. Os MSD manifestam-se de múltiplas formas. A adesão e a participação nestes movimentos criados na Internet, e mais precisamente, na rede social Facebook, é imprevisível e a dimensão que estes adquirem dependem de muitos fatores, provavelmente. A estas e outras questões, surge o interesse de procurar respostas e dar continuidade a este trabalho. Por outro lado, acredito que o simples facto de se acompanhar um determinado MSD, independentemente do nível de participação, demonstra, de alguma forma, algum interesse por parte do cidadão em acompanhar, mesmo que seja através de um clique, o que se passa na sociedade.

Objetivos da investigação

A presente investigação pretende conhecer a realidade dos movimentos sociais/grupos, sociais digitais, assim como, compreender qual a sua importância para a promoção da participação social. A partir deste objetivo geral, a investigação pretende atingir um conjunto de objetivos específicos, nomeadamente:

- Identificar movimentos sociais digitais existentes na rede social Facebook;
- Compreender se os movimentos analisados serão efetivamente considerados como movimentos sociais, embora digitais;
- Estudar a origem, constituição, durabilidade no tempo e no espaço, ou outras características emergentes a partir dos casos selecionados;
- Identificar os objetivos e características dos MSD;
- Identificar o repertório e/ou estratégias que utilizam os MSD para potenciar a mobilização e a participação social;
- Problematizar de que forma, os MSD conseguem lograr os objetivos a que se propõem, sobretudo se conseguem mobilizar os cidadãos para a participação social;
- Compreender a dinâmica da página do Facebook do respetivo MSD e a sua relação com os outros meios de comunicação social;
- Compreender em que medida a relação entre os seguidores e os respetivos movimentos se pode classificar como participação social;
- Aferir se a Internet e as redes sociais se podem constituir como um instrumento que dê expressão a diversas formas de ação, as suas limitações e potencialidades.

CAPITULO I

Enquadramento Teórico

Os movimentos sociais, apesar das suas reconfigurações, foram e continuam a ser palco de grandes ruturas e revoluções da história. Silva (2012) refere que a “contestação social sempre existiu ao logo dos tempos, de acordo com as conjunturas de cada período histórico”. Quanto ao surgimento dos movimentos sociais, a mesma autora afirma que “O século XX assistiu ao surgimento de uma série de movimentos sociais que se demarcam dos tradicionais quanto aos objectivos e actores envolvidos . . .” (Silva, 2012, p. 3). Importa, porém, analisar o que são os movimentos sociais tradicionais (MST).

Desde os primórdios, as lutas e as conquistas foram encetadas para alcançar o Estado de Direito em que vivemos atualmente. Durante mais de dois séculos os europeus encetaram guerras civis e revoltas. A luta pelos direitos sempre visou a queda do poder ilimitado, autoritário e absoluto dos governantes. Muito antes de 1750, os protestantes europeus organizaram-se em repetidas ocasiões em campanhas públicas contra as práticas das autoridades católicas (Tilly & Wood, 2010).

O absolutismo vigente nos séculos XVII e XVIII desencadeou uma série de revoluções, principalmente, a Revolução Francesa, a partir da qual, a legitimidade do Estado já não estava mais concentrada na figura de um rei, mas na lei. Com os ideais iluministas, nomeadamente, a separação de poderes em poder legislativo, executivo e judicial, surgem nos países ocidentais novas formas de fazer política pública tendo trazido consigo um conjunto de elementos que foram progressivamente evoluindo e propagando-se pelo mundo ocidental. No final do século XVIII na Europa Ocidental e na América do Norte começaram a dar forma a um novo fenómeno político com a criação dos primeiros movimentos sociais de confronto político e de reivindicações coletivas que incluíam a violência, manifestações em massa, ocupações de fábricas e greves gerais, recursos estes, disponíveis para a época. Durante este período, alguns Estados foram concedendo direitos de reunião e de expressão, assim como, doutrinas e práticas aos seus membros. Assim, os movimentos sociais deram o salto para outras esferas políticas fundando sindicatos e grupos de interesses (Tilly & Wood, 2010).

Na sociedade industrial do século XIX, principalmente em Inglaterra, e até meados do século XX, os movimentos sociais tinham na sua base as lutas da classe

operária e a sua ligação ao sindicalismo, organizando-se, regra geral, pela defesa dos direitos dos trabalhadores e contra o capitalismo. No entanto “contrariamente às aspirações do movimento operário do séc. XIX foram os capitalistas de todo o mundo que se uniram e não os operários. Pelo contrário, enquanto o capital se globalizou, o operariado localizou-se e segmentou-se” (Santos, 2002, p. 56). O maio de 68 foi um exemplo desta cisão. Ribeiro (1998)¹ refere que “muitos dos militantes de extrema-esquerda continuaram em contacto com as “massas”, nas fábricas e ainda, acreditavam na grande revolução e no fim, inelutável, do capitalismo. O Maio de 68 fora derrotado porque tinha nascido nas faculdades e tinha sido liderado pelos filhos da burguesia. A revolução proletária nunca chegaria, a esperança da construção de um mundo e de um homem novo fracassou” (Ribeiro, 1998, pp. 48-50).

Todavia, se o movimento operário foi um movimento de uma classe, uma pluralidade de outras dinâmicas e formas de ação coletiva vieram a ter lugar, sobretudo a partir da segunda metade do século XX até aos dias de hoje, tendo como protagonistas outros atores sociais. Florencio (1993) refere que a partir do século XX se revelou a complexidade e a riqueza dos movimentos sociais caracterizando-os como “tentativas coletivas de mudanças ou a criação de algo novo como expressão das grandes massas e já não necessariamente do operariado industrial. O que distingue os movimentos sociais no século XX é a sua heterogeneidade, convidando-os a romper com velhos moldes, pondo em causa a análise marxista” (Florencio, 1993, p. 19). Portanto, das primeiras ações coletivas de caráter reivindicativo, em meados do século XX “as contestações populares assumem um caráter mais politizado, com relativa crítica e autonomia em relação ao Estado, exercendo pressão política para transformações na estrutura social” (Scherer-Warren, 2008, p. 505).

Em pleno século XXI, gente de todo o mundo, viu na expressão “movimento social”, um despertar, um contrapeso a um poder opressivo, um reavivamento da ação popular contra aquilo que Tilly & Wood (2010) referem como “um leque de pragas” (Tilly & Wood, 2010, p. 22). Um despertar que encontrou na Internet um instrumento de luta importante para os movimentos sociais digitais como desenvolveremos mais à frente.

¹ Ribeiro (1998) em relação a maio de 68 refere “De facto, a revolta de Maio resultou sobretudo na libertação da crítica e dos comportamentos. A atmosfera da época era exaltante, tinha algo de político, mas foi essencialmente marcada pela ânsia de liberdade, de fraternidade e de festa. A pluralidade das correntes de pensamento que a atravessaram ia do marxismo ao situacionismo, do anarquismo ao surrealismo. Foi um movimento insolente e contestatário que desejava “mudar de vida”, mas não possuía uma verdadeira perspectiva histórica nem um programa de mudança política” (Ribeiro, 1998, pp. 48-50).

1.1 Conceito de movimentos sociais

Tarrow (1997) define os movimentos sociais como “desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade” (Tarrow, 1997, p. 21). Ou seja, os movimentos sociais são definidos a partir de uma relação de poder e surgem para romper com a ordem estabelecida (“forças disruptivas” no entender de Touraine) e conseqüentemente geram o confronto político, elemento transversal na história. Tarrow (1997) afirma que:

Um episódio de confronto só se converte num movimento social graças à manutenção da ação coletiva. Os objetivos comuns, a identidade coletiva e um desafio identificável contribuem para essa manutenção A sustentação da ação coletiva em interação com opositores poderosos distingue o movimento social das formas iniciais de protesto que vieram antes dele na história e ainda hoje o acompanham. (p. 23)

No mesmo sentido, Touraine (1978) define movimento social como “a combinação de um princípio de identidade (lutamos em nome de quem?), de um princípio de oposição (contra quem?) e de um princípio de totalidade (que designa a dinâmica societária)” O mesmo autor refere que, há, no seio de cada sociedade, um só movimento social situado no centro das contradições sociais, que encarna um projeto de mudança social, de “direção da historicidade”, e aponta uma série de condições para que um movimento possa ser qualificado de movimento social:

- I. As mudanças verificadas na sociedade levariam a uma oposição entre “novos” e “velhos” movimentos sociais. Os “novos” definir-se-iam por aspetos sociais e culturais: que se situam no campo da cultura, da sociabilidade, do modo de vida, dos valores e da identidade de “minorias”. Não se caracterizam pela luta, pela igualdade, mas pelo direito à diferença. Nesse sentido, o conflito deve ser introduzido e reconhecido em todos os domínios da vida social e particularmente ao nível da organização social e cultural, portanto, da ordem estabelecida. Onde exista uma ordem, deve existir uma contestação da ordem; (cf. Castells, 2015, contrapoder)
- II. O segundo aspeto enfatizado por Touraine (1989) é que o conflito só é dinâmico se não se institucionaliza; se se dirige ao Estado, deixa de ser um movimento social. Por isso não considera mais o sindicalismo um movimento social;
- III. O terceiro aspeto é que cada movimento social é único, não havendo um princípio político que unifique os diferentes movimentos sociais. Os novos

conflitos sociais dão-se em nome da defesa da identidade, do reconhecimento enquanto indivíduo, e não se restringem a uma única classe (Touraine, 1978, 1989, citado em Galvão, 2008, pp. 3-4).

Seguindo a lógica de Touraine sobre a historicidade, Giddens (1998) define a historicidade como uma forma de utilizar o passado para compreender o presente e afirma que esta utilização não depende somente do respeito pelo passado. “Pelo contrário, a historicidade significa o uso do conhecimento sobre o passado como um meio para romper com ele . . .” (Giddens, 1998, p. 35).

Na perspectiva de Florencio (1993) os MS caracterizam-se por:

Conjuntos ou coletividades relativamente grandes que surgem como forma de reação mais ou menos automática ou cultivada perante situações que consideradas injustas; formam tendências ou correntes de longa duração, com um programa definido que implica mudanças importantes na estrutura da sociedade. (p. 19)

O mesmo autor alude que os grandes movimentos de massas aspiram a transformações profundas nos aspectos sociais, econômicos e políticos. No mesmo sentido, Zubero (1996) refere que, a verdadeira tarefa dos MS é a transformação da realidade social que é fundamentalmente de índole cultural. Na atualidade, não existe possibilidade alguma de pôr em marcha uma prática emancipatória significativa se não tem por base uma prévia tarefa de transformação social. Esta tarefa para o autor exige duas coisas:

1. Aprender a olhar de uma forma nova a realidade social, ser capaz de analisar essa realidade com chaves novas, diferentes das chaves dominantes;
2. Estabelecer a partir dessas novas chaves, um autêntico combate cultural, ou seja, uma confrontação de legitimações.

Nesta ótica, refere que “um trabalho de interpretação da realidade que não esteja relacionado com um projeto de transformação da mesma acabará reduzido a um exercício intelectual virtual. Por outro lado, um projeto de transformação que renuncie ao esforço sistemático de interpretação da realidade, dificilmente superará o ativismo voluntarista” (Zubero, 1996, p. 17).

1.2 Os primeiros teóricos dos movimentos sociais

Tarrow (1997) coloca três questões básicas para a participação na ação coletiva:

1. Porque atuam coletivamente as pessoas quando existem múltiplas razões porque não deveriam fazê-lo?

2. Porque o fazem quando o fazem?
3. Quais são os frutos da ação coletiva?

Estas questões foram colocadas por teóricos marxistas da ação coletiva e dos movimentos sociais. Segundo Tarrow (1997), Marx e Engels perceberam que o problema da ação coletiva estava enraizado na estrutura social. Já Lenin e Gramsci perceberam o papel que desempenham as oportunidades políticas, a organização e a cultura na geração da ação coletiva (Tarrow, 1997).

De acordo com Bringel & Domingues (2015) os movimentos sociais coincidem com as interpretações da sociologia clássica e com os contributos de Marx, ou seja, movimentos relacionados com conflitos laborais e movimentos operários, sendo estes atores privilegiados em sociedades emergentes. “O seu internacionalismo foi a forma de conexão e difusão de lutas sociais, reportórios e ideologias no cenário global” (Bringel & Domingues 2015, p. 122).

Nos anos 1930 a 1960, autores confluíram para as teorias da desmobilização política. Alonso (2009) refere neste sentido que:

A chave explicativa estava na cultura, em correlações entre estrutura da personalidade e estrutura da sociedade. O argumento disseminado era que o individualismo exacerbado da sociedade moderna teria produzido personalidades narcísicas, voltadas para a autossatisfação e de costas para a política a mobilização colectiva eclodiria apenas como irracionalidade como explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentaneamente não lograriam canalizar. (p. 50)

Diante da incapacidade do Estado lidar com as reivindicações mais básicas, surgiram movimentos diferentes que ansiavam “por direitos civis, paz, liberdade sexual e cultura – que contestaram bravamente as definições estabelecidas de progresso, liberdade e cidadania.” que o *establishment* apregoava (Karnal, 2007, citado em Fanti & Feijó, 2012, p. 15).

Posteriormente, a partir dos anos 1960, tanto na Europa, como nos Estados Unidos, ressurgiram mobilizações em que alguns teóricos da revolução “as saudaram como retorno do movimento operário”, contudo, estes movimentos vieram mostrar que eram bastante peculiares, como veremos no próximo ponto. Alonso (2009) refere “Não eram reações irracionais de indivíduos isolados, mas movimentação concatenada, solidária e ordeira de milhares de pessoas. Então não cabiam bem em nenhum dos dois grandes sistemas teóricos do século XX, o marxismo e o funcionalismo”. As novas

reivindicações destes movimentos seriam para este autor “não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para a afirmação da diversidade de estilos de vida” (Alonso, 2009. p. 51). Estas reivindicações juntavam-se a outras como “formas diretas de ação política” que, para este autor, a ideia da tomada do poder do Estado por revolução armada já não faria mais sentido.

1.3 A teoria moderna dos movimentos sociais

As características dos MS percebidas até então, deram lugar a reconfigurações, quer na forma, como na ideologia em que se baseavam. A teoria moderna dos movimentos sociais, segundo Tarrow (1997) “em vez de um partido centralizado como o de Lenin, existia a necessidade de estruturas de mobilização mais flexíveis, e em vez dos intelectuais orgânicos de Gramsci, havia que se centrar a atenção em marcos culturais importantes, mais amplos e menos controláveis, propondo uma teoria mais estrutural das oportunidades políticas. Para isso, seria necessário planear e assimilar uma nova forma de ação coletiva” (Tarrow, 1997, p. 40).

Segundo Bringel & Domingues (2015) “Os movimentos sociais modernos num mundo de grande complexidade são marcados por novos padrões de mercado global, pelo capitalismo financeiro e cognitivo, pelo uso das TIC e de novas formas de comunicação, práticas sociais contraditórias e uma democracia hegemónica” (Bringel & Domingues, 2015, p. 8).

As teorias dos novos movimentos sociais (NMS) e a da mobilização de recursos, desenvolvidas, respetivamente, na Europa e nos Estados Unidos, constituem-se em contraposição ao marxismo. Neste sentido, e segundo a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR)², passa-se da irracionalidade dos MS para uma nova perspetiva em que a racionalidade pauta as mobilizações coletivas. Segundo Alonso (2009):

Perante as explicações das mobilizações coletivas em termos de emoções coletivas, exacerbando o extremo oposto: a sua racionalidade. Contra o funcionalismo, defenderam que, longe de expressão caótica de insatisfações

² A par da TMR, surgiram duas outras teorias, a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Alonso (2009) afirma que nasceram dos debates sobre a revolução, ou melhor, da exaustão dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução. “Ambas se insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal. As duas constroem explicações macro-históricas que repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais. Contudo, a TPP investe numa teoria da mobilização política enquanto a TNMS se alicerça numa teoria da mudança cultural” (Alonso, 2009, pp. 53-54).

individuais não canalizadas pelas instituições, movimentos, como o por direitos civis nos Estados Unidos, tinham sentido e organização. Contra as versões economicistas do marxismo, argumentaram que descontentamentos e motivos para a mobilização, sejam eles privações materiais ou interesses de classe, sempre existem, o que os tornariam inócuos para explicar a formação de mobilizações coletivas. Assim, mais importante que identificar as razões seria explicar o processo de mobilização. (pp. 51-52)

Galvão (2008) com base na vasta obra de Touraine distinguiu três momentos históricos para os MS: numa primeira etapa, até o fim dos anos 60, a classe operária aparece como um dos atores centrais da sociedade industrial; a partir de 1969, diante da institucionalização do movimento operário e da aposta na emergência da sociedade “pós-industrial”, novos atores assumem o lugar central no conflito social; e, em meados dos anos 80, inaugura-se uma nova fase em que o ator central passa a ser o indivíduo – e já não o trabalhador, nem o cidadão (Galvão, 2008, p. 12). Com efeito, Fanti & Feijó (2012) afirmam que:

. . . na década de 1950 esta inquietação se consolida e reflete-se na música e na literatura. . . haviam aqueles que se divertiam com o entretenimento e aqueles que pensavam, envolviam-se na natureza de todas essas mudanças, percebendo que algo estava em curso . . . nos anos 60 há uma explosão de movimentos contraculturais que reivindicam uma maior liberdade para os indivíduos, sejam de pensamento, expressão ou comportamento, ao mesmo tempo em que cresce a consciência da responsabilidade coletiva pelo fim da guerra, da pobreza e da injustiça. (p. 9)

Estes movimentos de contracultura³ foram ganhando dimensão e complexidade podendo ser entendidos como “um movimento de contestação de caráter social e cultural. Nasceu e ganhou força, principalmente entre os jovens da década de 1960, seguindo-se pelas décadas posteriores até os dias atuais” (Pires, 2010)⁴. Para além disso, o ativismo dos estudantes universitários germinou num espaço dominado pelos descendentes da elite dominante, ou seja, na universidade. No mesmo sentido, Fanti &

³ As características principais deste movimento, nas décadas de 1960 e 1970 segundo Pires (2010): “valorização da natureza; vida comunitária; luta pela paz (contra as guerras, conflitos e qualquer tipo de repressão); respeito pelas minorias raciais e culturais; anticonsumismo; crítica aos meios de comunicação de massa como, por exemplo, a televisão; discordância com os princípios do capitalismo e economia de mercado . . .” entre outros. (Pires, 2010)

⁴ Pires (2010). As principais mudanças culturais no pós-guerra: os jovens dos anos 1960-70. Disponível em: <https://f5dahistoria.wordpress.com/2010/08/20/as-principais-mudancas-culturais-no-pos-guerra-os-jovens-dos-anos-1960-70/>

Feijó (2012) vão ao encontro de Estanque (2012): “A massa de estudantes desta época tornou-se uma força social e política, nova, reacionária e organizada. A natureza dos *campi*, a chamada cidade universitária, em muitos lugares, propiciou essa maior interação e envolvimento, gerando um novo fator cultural e político” (Fanti & Feijó, 2012, p. 13). Alonso (2009), a este respeito, refere que estes “novos movimentos sociais” não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo. Recorrendo a formas de ação direta, “no nível dos próprios problemas sociais”, seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil” (Alonso, 2009, pp. 60-61).

Entretanto, com a cultura de massas veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos padrões de gosto induzidos por estes movimentos alternativos (vestuário, música, sexualidade, entre outros) foram introduzidas alterações nos modos de vida das gerações seguintes. Naturalmente, incutiram na esfera pública e política, novos reportórios e um novo sentido de cidadania ativa. “A vida social concreta tanto das lutas coletivas e os movimentos sociais como as oportunidades individuais e a mobilidade social, suscitadas por um sistema com fronteiras de classe abertas, contribuíram para a mudança estrutural da sociedade e para o crescimento da classe média” (Estanque, 2012, p. 2). Com efeito, trouxeram alterações naturais às formas de organização social, interesses individuais e coletivos e de ativismo.

Por outro lado, os movimentos sociais podem ter um alcance político ou sociocultural de grande significado sem que daí resulte uma revolução. “Há inúmeros exemplos de transições pacíficas de sistemas autoritários para regimes democráticos, mas raramente isso acontece sem presença do povo nas ruas” (Estanque, 2012, p. 7). Assim, considerando a contestação popular dos últimos tempos, considerou importante fazer a distinção entre as situações que redundaram em viragens políticas abruptas, como a Primavera Árabe⁵ e aquelas em que, como no caso do Movimento dos Indignados⁶ ou dos *Occupy Wall Street*⁷, os protestos apenas revelam o

⁵ A expressão Primavera Árabe em 2010 faz referência a uma série de protestos que ocorreram nos países árabes (e que ainda ocorrem). O episódio catalisador de toda a onda de protestos está atribuído à autoimolação de um vendedor de rua tunisiano, que ateou fogo ao próprio corpo em protesto contra humilhações causadas pelas autoridades locais que confiscaram os bens que usava para trabalhar. A par deste acontecimento, o descontentamento já era latente, principalmente, na geração mais jovem, o desemprego, a repressão política e a concentração de poder e riqueza. Os protestos não tinham qualquer influência fundamentalista religiosa apenas começaram espontaneamente e através as redes sociais.

⁶ A Plataforma 15 de Outubro, mais conhecida pelo Movimento dos Indignados, convocou uma manifestação para dia 24 de novembro de 2011 em Lisboa, coincidente com o dia da Greve Geral Nacional convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP).

descontentamento perante a crise, as desigualdades e/ou as medidas de austeridade. Posto isto, Estanque (2012) afirma que:

Convém além disso não esquecer que enquanto uma “revolução” política (mudança de regime, de políticas ou de governo) é geralmente mais rápida, a mudança de mentalidades, ou as viragens profundas no terreno cultural, ainda que possam considerar-se “revolucionárias”, desenrolam-se sempre num arco temporal mais longo e, por isso, são dificilmente percetíveis no imediato. É nesse sentido que a análise sociológica dos movimentos sociais recentes carece ainda de maturação e aprofundamento. (p. 7)

Neste sentido, Bringel & Domingues (2015) referem que nos anos 60 foi o momento em que o debate sobre os movimentos sociais foi academicamente institucionalizado “com o desenvolvimento de discussões sobre a teoria e recursos da mobilização, processos políticos e novos movimentos sociais” (Bringel & Domingues, 2015, p. 8). Não obstante, como afirma Estanque (2012) e Castells (2015) apesar de estar disponível muita informação “é cedo demais para construir uma interpretação sistemática, académica, desses movimentos” (Castells, 2015, p.26). Com inúmeras definições disponíveis e raros estudos empíricos à escala global, as teorias dos movimentos sociais estão também longe do consenso quando tratam de mobilizações “globais” (Alonso, 2009, p. 81). Os protestos em curso parecem denunciar uma nova “praxis política” que, segundo Coelho (2011), “deriva não só dos fatores estruturais e socioeconómicos mais amplos, mas também dos ambientes das periferias urbanas onde está presente a exclusão e a delinquência, quer a rebeldia social e a dissidência política” (Coelho, 2011, citado em Estanque, 2012, p. 8).

1.4 A relação entre o poder e os movimentos sociais

Como já vimos, o confronto constitui o elemento essencial das diversas formas da ação coletiva. Ou seja, na oposição entre os que detêm o poder e aqueles que são destituídos de meios institucionais de reivindicação. Ambos, confronto e poder, são definidos como propriedades interativas que conectam as esferas política e social.

No entender de Castells (2015) não foi apenas a pobreza, a crise económica ou a falta de democracia que causaram essa rebelião multifacetada. Para Castells, a principal

⁷ *Occupy Wall Street* iniciado em 17 de setembro de 2011 em Nova Iorque tratou-se de um movimento de protesto contra a desigualdade económica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas, sobretudo do setor financeiro, no governo dos Estados Unidos.

causa da indignação “foi basicamente a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniram aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor” (Castells, 2015, p. 24). Um ambiente de ansiedade e de medo gera potenciais descontentamentos. Esse facto é um poderoso fator que pode contribuir para a polarização das mobilizações encetadas pelos MSD. As relações de poder estão nas instituições da sociedade e do Estado, Castells refere “onde há poder há contrapoder” como veremos mais à frente.

Podemos colocar três interrogações no que se refere às relações entre o poder e os movimentos sociais:

- i. Dispõem as pessoas dos recursos necessários para a ação coletiva?
- ii. A dinâmica do movimento, em que surge instantaneamente, atinge o seu auge e se extingue?
- iii. Qual o impacto destes movimentos, tão mediatizados e ao mesmo tempo efémeros? (Tarrow, 1997)

Estas questões são, pois, pertinentes e vão ao encontro dos objetivos da investigação em curso.

1.5 A ação coletiva e os movimentos sociais

O movimento social é uma ação coletiva. Neste pressuposto, grandes movimentos como os de direitos civis, pacifistas, ecologistas e feministas, mobilizaram grandes multidões que exigiam mudanças. É nesta mobilização e união que o poder dos movimentos se manifesta.

A ação coletiva é um processo interativo de construção social onde diversos atores sociais se articulam e tornam-se participantes num jogo de forças que pode ser entendido como uma luta por posições. Neste contexto, a ação coletiva de confronto é o denominador comum de todos os movimentos sociais. Tarrow (1997) refere que a ação coletiva pode assumir muitas formas “pode ser breve ou sustentada, monótona ou dramática, institucionalizada ou disruptiva” (Tarrow, 1997, p. 22).

Neste sentido, Estanque (2012) refere que, “as convulsões sociais e as suas reivindicações podem ser – total ou parcialmente, direta ou indiretamente, no curto ou no médio prazo – absorvidas pelas instituições existentes (o que é comum e normal nas democracias consolidadas) ou abertamente reprimidas e contestadas pela ordem vigente (o que naturalmente é mais comum em regimes ditatoriais)” (Estanque, 2012, p. 6). Os

movimentos sociais podem obrigar a reformas político-institucionais, como pode também culminar em ruturas e revoluções violentas. No entender de Tarrow (1997), não significa que os MS sejam violentos, significa apenas que a ação coletiva de confronto é o principal recurso e com frequência o único existente para enfrentar os adversários. Desta forma, os MS podem adotar “uma forma de resistência coordenada ou de reafirmação coletiva de novos valores” (Tarrow, 1997, p. 22).

Tarrow (1997) indica três tipos de ação coletiva: a violência, a convenção e a disrupção. Estes incorporam em menor ou maior grau as propriedades de desafio, incerteza e solidariedade.

1. A violência é limitada, não só porque geralmente é aplicada por grupos mais pequenos dispostos a causar danos, mas também causa medo às pessoas;
2. A convenção baseia-se em rotinas que as pessoas conhecem e as elites aceitam e facilitam (reportório predominante);
3. A disrupção rompe com a rotina, surpreende os observadores e desorienta as elites. A disrupção é uma boa fonte de inovações do reportório para chegar a um público mais amplo, contudo, é instável e acaba mais facilmente em violência ou se converte em convenção (Tarrow, 1997, p. 205).

Relativamente à solidariedade nos MS, Alonso (2009) refere:

A solidariedade não gera ação, se não puder contar com “estruturas de mobilização”: recursos formais, como organizações civis, e informais, como redes sociais, que favorecem a organização. A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação. (p. 55)

Pereira (2012) a este respeito aponta “Se partirmos do princípio de que os movimentos sociais não possuem os recursos institucionais para alcançarem os seus objetivos como os grupos de interesse e os partidos políticos, as ações disruptivas poderiam ser o melhor recurso que possuem, sejam elas ações violentas, greves ou manifestações” (Pereira, 2012, p. 80). No entanto, alude que este tipo de ação coletiva tem resultados diferentes consoante os regimes em que se inserem. Assim, para o mesmo autor “em regimes muito fechados a via disruptiva pode levar a um aumento da repressão . . . enquanto que em regimes fragilizados ou abertos à mudança a via disruptiva pode aumentar as chances de sucesso das ações dos movimentos” (Pereira, 2012, p. 80). Relativamente aos recursos, a intenção dos MS é atrair novos seguidores para fazer valer as suas ações e, para isso, necessitam de recursos como dinheiro,

organização e o acesso ao Estado, que controlam os grupos de interesses e os partidos políticos. Ora, para se corresponder a estas oportunidades, utilizam-se diversas formas de ação, tanto individual como coletiva, para vincular as pessoas entre si e os seus opositores, defensores e outras partes. Outros recursos como o uso de marcos culturais e ideológicos já conhecidos por parte dos MS visam fomentar o consenso e estruturas de mobilização para a ação, assim como, assinalar as injustiças sociais cuja amplitude e significado servirão para transmitir uma mensagem de descontentamento a quem detêm o poder.

A ação coletiva é então encarada como um custo/benefício para os MS e é com o equilíbrio de ambos que contribui para determinar a dinâmica do movimento.

1.6 A estrutura organizativa e hierarquia dos movimentos sociais

Em qualquer movimento pode existir uma variedade de formas de ação coletiva, algumas autónomas, outras com baixo controlo de liderança e outras com algum tipo de relação informal com os organizadores formais. Uma boa organização de ação coletiva é aquela que tem uma orientação para a ação e aquela em que se apoia em redes sociais já que desta forma, é mais fácil transformar a confiança em solidariedade e criar um sentimento de pertença. Florencio (1993) quanto à estrutura e à organização dos MS:

Estes podem oscilar entre a espontaneidade e uma organização sólida com um elevado grau de coesão interna; os objetivos podem estar perfeitamente definidos ou manterem-se ambíguos; podem aglutinar-se em torno de um núcleo muito homogéneo e estruturado ou ser um conglomerado disperso que obedece a abordagens mínimas; podem ser flexíveis ou ir ao encontro de um dogmatismo intransigente; os líderes podem desempenhar um papel secundário ou indispensável e ao mesmo cabe decidir a estratégia e a tática, os símbolos e em geral todos os aspetos formais. (p. 20)

Considerando o exposto, e relativamente à liderança, a existência de um líder poderá contribuir para o surgimento de movimentos e a sua ação poderá ser decisiva para a dinâmica e os resultados dos movimentos. Tarrow (1997) refere que “os MS raramente têm um líder ou uma organização única. Os movimentos podem surgir sem líderes, produzindo frequentemente mudanças políticas” (Tarrow, 1997, p. 25). Contudo, a existência de um grupo de interessados para o desenvolvimento de uma ação coletiva, poderá não ser suficiente e, por outro lado, a liderança poderá estar diluída (papel secundário), não havendo uma definição clara dos papéis e das funções

assumidas pelos participantes. Além disso, considerando as oportunidades políticas anteriormente referido, os líderes dos movimentos sociais podem fazer a diferença dentro de contextos específicos, fazendo a ponte com instituições, outros movimentos sociais e demais atores sociais e no relacionamento com a comunicação social.

No seu conjunto, quanto à organização dos MS, Zubero (1996) considera que se pode transpor as visões conjunturais e imediatas da mobilização social “incapazes de ver outra coisa senão os picos de mobilização . . . sem ter em conta que tais momentos de ação são o resultado objetivo de uma autêntica fábrica de relações e significados, de um processo interativo que é a base da ação visível” (Zubero, 1996, p. 146). Neste sentido:

Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo. (p. 7)

1.7 Os ciclos de protesto e os seus resultados

Os ativistas dos MS exigem mudanças sociais fundamentais, o reconhecimento de novas identidades, a incorporação no sistema político e derrubar os seus opositores, ou determinada ordem social. Os ciclos de protestos ocorrem em determinados contextos sociais e políticos, daí as diferenças significativas nos programas e nas formas de ação dos movimentos sociais. Estes revelam um descontentamento generalizado dos cidadãos face à crise de legitimidade democrática das instituições públicas e dos seus representantes, à crise financeira, à precarização laboral, a perda de direitos e à deterioração das condições de vida. Neste contexto, na construção de um movimento social forte a favor da democracia “corresponde sempre à sociedade civil quando o contexto em que se encontra é de opressão política” (Tilly & Wood, 2010, p. 17).

Tarrow (1997) afirma que “o poder do movimento consiste no desafio e na disrupção”. Por outro lado, o mesmo autor coloca outra questão, “Se o desafio e a disrupção são os responsáveis pelos resultados do movimento, desaparece o ímpeto de mudança quando estes cedem?” Refere que “quando diminui a ameaça de disrupção, os seus líderes são cooptados e as suas organizações institucionalizadas, fechando o ciclo

de protesto” (Tarrow, 1997, p. 289). Esta constatação vai ao encontro de uma das condições de Touraine (1989) enunciadas anteriormente.

Se os ciclos de protesto se iniciam com uma franca expansão por que entram em declive? Fatores como o cansaço da agitação, disputas no interior dos movimentos “estes necessitam do ambiente exterior, principalmente das oportunidades políticas, para a manutenção e coordenação das ações políticas” Tarrow (1997, p. 318). Outra questão relevante é se os ciclos de protesto acabam? Como afirma Tarrow (1997, p.290) “os ciclos de protesto não acabam simplesmente”. Isto porque, os resultados dos ciclos de protesto têm efeitos indiretos podendo ser mensuráveis a longo prazo mesmo quando a exaltação inicial se dissipa e se instala o desencanto. Efeitos que, Ribeiro (1998) alude quanto ao maio de 68 na história “A libertação da cultura, dos costumes e da palavra foi terreno fecundo para o comércio e o espetáculo, que acabaram por, em grande medida, lhe esvaziar o sentido”. Todavia, o mesmo autor alude que “Maio de 68 ficou contudo para a história como uma polifonia libertadora, complexa e positiva, mesmo se a cultura da palavra deslizou com mediocridade para a cultura da imagem” (Ribeiro, 1998, p. 46). Assim sendo, Freire (1984) quanto ao desencanto refere que é necessário, reinventá-lo “Meu sonho não é apenas a tomada do poder: mas a reinvenção do poder. A tomada de poder pode implicar a reprodução ideológica do velho poder autoritário. Mas é preciso, sim, reinventá-lo completamente de maneira democrática” (Freire, 1984, p. 6).

2. Reconfigurações dos meios de comunicação

Os MS que pretendam chegar a um público mais amplo terão que recorrer aos meios de comunicação, tal como Tarrow (1997) indica quanto aos meios de comunicação “não são neutros quanto aos símbolos que recebem e transmitem” (Tarrow, 1997, p. 220). A análise dos meios de comunicação e a sua influência é fulcral para a compreensão dos MS atuais e para esta investigação. Torna-se pertinente, debruçarmo-nos um pouco sobre a análise desta temática.

Os meios de comunicação tradicionais desempenhavam uma função mobilizadora para o consenso de que os MS atuais já não necessitam. Como tal, estes meios converteram-se num recurso externo aos movimentos e que contribuíram para o seu desenvolvimento. Mas este recurso apresenta riscos: “os meios não permitem passivamente que os movimentos se sirvam deles, para os seus próprios fins” (Tarrow, 1997, p. 225). Ora os MS, para alcançar a amplitude do seu discurso a um público mais amplo e para chegar a quem detêm o poder, têm que adaptar os seus discursos para que

estes sejam emitidos pelos meios de comunicação. No entanto, também os meios de comunicação tradicionais terão que se adaptar a uma nova realidade.

No mesmo sentido, Pereira (2011) afirma que, apesar de por vezes os meios tradicionais dificultarem a visibilidade das ações dos MS, isso não significa que ambos não tenham uma “relação simbiótica”. Tal como refere, Felice (2015)⁸ “Os meios tradicionais já estão a reinventar-se”. Neste sentido, as redes sociais digitais, como a plataforma Facebook, veio contribuir para a não dependência dos MSD face aos meios de comunicação tradicionais (televisão, rádio e imprensa) permitindo a difusão imediata das suas reivindicações e objetivos a um público sem fronteiras, criando novos movimentos sociais e/ou articulando-se com outros MS nacionais e internacionais. Como afirma Felice (2015) “As universidades, os movimentos, até os meios de comunicação tradicionais também já utilizam este recurso numa verdadeira conexão, ou seja, a interação, a participação *online*, o debate *online*, o colocar conteúdos *online*, efetivando-se desta forma, a integração de diversos meios. Os meios tradicionais já estão a reinventar-se” (Felice, 2015).

A Internet, para além do potencial democrático e descentralizador, a par da televisão, também como refere Bauman (2016) “entorpece com entretenimento ao invés de ser um instrumento revolucionário”. Neste sentido, alude:

As redes sociais não ensinam a dialogar porque é muito fácil evitar a controvérsia... muita gente as usa não para unir, não para ampliar seus horizontes, mas ao contrário, para se fechar no que eu chamo de zonas de conforto, onde o único som que escutam é o eco de suas próprias vozes, onde o único que veem são os reflexos de suas próprias caras. As redes são muito úteis, oferecem serviços muito prazerosos, mas são uma armadilha. (Bauman, 2016)⁹

2.1 A globalização e as tecnologias de informação e comunicação

De acordo com Caraça (2005) o conjunto de mudanças experimentadas a todos os níveis, do económico ao político, do social ao cultural “. . . a que se foi chamando de globalização¹⁰ por uns e de sociedade de informação por outros, e de novo paradigma de

⁸ Entrevista de Massimo Di Felice (2015) concedida à RTP2. Disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p1744/e212784/pagina-2#>

⁹ Entrevista de Zygmunt Bauman concedida ao Jornal El País. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html

¹⁰ Giddens (1998) define globalização como “A intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por

comunicação por outros ainda, foi de tal forma poderoso que provocou alterações no contexto onde se desenvolvem atividades humanas” (Caraça, 2005, p. 7).

As transformações sociais que derivaram da globalização¹¹ são incontestáveis. Bauman (1999) afirma que se verificou “uma bifurcação e uma polarização das vivências humanas”, onde os símbolos culturais partilhados têm interpretações nitidamente diferenciadas (Bauman, 1999, p. 9).

O sucesso da globalização requereu um conjunto de novos saberes (jurídicos, organizacionais, de formação, de *software*, entre outros). Neste sentido, “os hábitos na forma como se acede, como se consulta e como se pesquisa a informação e o conhecimento existente foram alterados” (Caraça, 2005, p. 11). O mesmo autor menciona que, advindo deste conjunto de novos saberes, os sistemas de educação terão que ser alterados, para que se aprenda a ler e a escrever eficazmente, na Internet. “A sociedade que não o fizer, que não acompanhar e transformar o sentido do que é educar no século XXI, acolhendo e assumindo esta mudança, fica irremediavelmente no século passado, envolta nos seus extremos e nas suas angústias existenciais” (Caraça, 2005, p. 11). No mesmo sentido, Felice (2015) menciona:

Nas escolas devem ensinar, não só aprender a trabalhar com as tecnologias, como também, os riscos e/ou os perigos da internet, a utilizar bem as redes sociais, e para além de isso ensinar, o ativismo cívico aos alunos. Porque atualmente a principal forma de construirmos sociedades mais democráticas e promover a transparência e o bem coletivo é através das redes digitais. Para além do conhecimento que as redes proporcionam, aprender a ter noções, a ter conhecimento, porque a maior parte do conhecimento que o ser humano produziu hoje está nas redes. Passar o tempo livre nas redes sociais, mas também fazer política com as redes. (Felice, 2015)

Por outro lado, a Internet e as redes sociais, acentuam, pela escala e intensidade da sua utilização, o potencial de tensões e conflitos entre pessoas e entre pessoas e instituições. Daí “a importância de um amplo esforço de educação e de sensibilização dos utilizadores — em última instância, da comunidade no seu todo — para uma cultura

acontecimentos que se dão a quilómetros de distância, e vice-versa. Este processo é dialético porque as ocorrências locais podem ir numa direcção inversa das relações muito distanciadas que as moldaram” (Giddens, 1998, p. 45).

¹¹ No entender de Bauman (1999), a globalização “divide na mesma medida que une. As causas da divisão são as mesmas que promovem a uniformidade” (Bauman, 1999, p. 8).

dos direitos e de responsabilidade nesta “era digital” (Sanches, 2015)¹². O diagrama apresentado na figura 1 indica a transversalidade das lutas sociais por direitos, através da atuação em redes.



Figura 1 – Transversalidade das lutas sociais através das redes
Fonte: Scherer-Warren (2006)

Caraça (2005) sugere que:

Temos que redescobrir que o bem-estar e a dignidade em sociedade passam impreterivelmente pelo pleno exercício da cidadania, pela afirmação do outro, sem dúvida, mas também, pelo papel insubstituível de produtor e transmissor de conhecimento. Não há soluções globais que não sejam coletivas, partilhadas, aceites e operacionalizadas por todos. O direito à diferença não pode levar a que se criem diversos tipos de cidadania, do mais educado ao menos educado. O acesso a todos à educação e à informação tem que ser uma arma de solidariedade e de tolerância. (pp. 11-12)

Ocanã (2003)¹³ alude às desigualdades de propriedade de conhecimento (falaremos da infoexclusão mais à frente). Neste sentido, Medeiros (2006) refere que é necessário realçar que não se trata apenas de um desconhecimento da utilização das tecnologias, mas as dificuldades concretas na gestão da informação¹⁴ que, na sua

¹² Sanches (2015). O que andamos a fazer de ilegal no Facebook. Disponível em: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/o-que-fazemos-no-facebook-que-pode-ser-ilegal-1716366>

¹³ Ocanã (2003). Internet: entorno para nuevas entidades sin ánimo de lucro. Disponível em: <http://www.cibersociedad.net/textos/articulo.php?art=30>

¹⁴ Para Medeiros, torna-se difícil acreditar de que a informação chega às audiências no seu “estado puro ou não filtrado”, isto porque, como refere, “os limites da informação que, antes de ser divulgada num dado contexto, é submetida a esquemas interpretativos e avaliativos, por parte de diversos actores envolvidos na luta social” (Medeiros, 2006, p. 90).

maioria, se apresenta como “caótica, desorganizada e indiferenciada”. São estas desigualdades que a autora considera “limitar os sujeitos e atores sociais nos seus direitos à comunicação e participação uma vez que elas condicionam, em grande medida, as condições humanas e contextuais para gerir a informação, interpretar dados e assumir posições críticas sobre as informações recebidas” (Medeiros, 2006, p. 92). No mesmo sentido, Pereira (2011) apela ao cuidado na análise que se faz sobre a “Internet como mecanismo de aperfeiçoamento democrático”. Para o autor, “A Internet não resolve a questão da participação igualitária, basicamente em função da exclusão digital, realidade que impera de formas distintas em todo o mundo” (Pereira, 2011, p. 17). Por conseguinte, é pertinente observar a seguinte figura verificando que a propagação da Internet não acontece de forma uniforme:

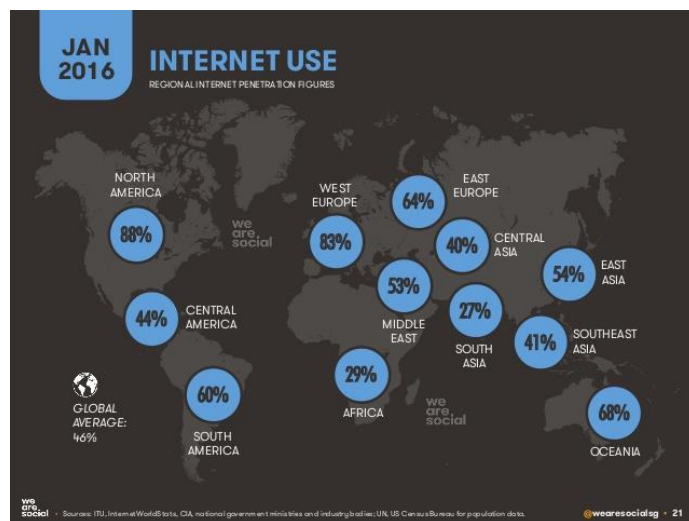


Figura 2 – Penetração regional da Internet no mundo
Fonte: Chaffey (2016)

Castells (2005) afirma que a teia vai-se tecendo não apenas a partir das empresas e/ou mercados financeiros, mas também através de “todos os atores sociais que se adaptam à globalização, globalizam-se também na sua ação, numa sociedade fundada em valores distintos e utilizando a Internet e outras redes informáticas para unir o local ao global”. Desta forma, segundo o autor, “vão-se gerando novas formas de controlo político e diversidade cultural” (Castells, 2005, p. 23). Através deste processo, o chamado movimento antiglobalização¹⁵ é, também ele, um movimento global que

¹⁵ Embora exista lacunas na sistematização da teoria sobre os movimentos sociais no mundo, McDonald (2006) refere que estes não podem ser entendidos apenas como “uma reação à globalização, embora o movimento antiglobalização, outros atores globais e redes de luta transnacionais, assim como, movimentos locais e nacionais, continuam a ser fundamentais para a renovação *frames* globais. Todos

propõe formas distintas de globalização baseadas nos interesses e valores das pessoas, mais do que nos poderes económicos e mediáticos. Estefania (2016) refere neste sentido que “A ideia de progresso como um caminho essencialmente linear, em linha reta, padrão e inseparável da condição humana da selvageria à civilização era um sonho e tornou-se um mito” (Estefania, 2016)¹⁶.

2.2 A sociedade em rede

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) ampliam o alcance dos meios de comunicação para os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local e em constante mudança¹⁷. Além disso, vieram provocar transformações sociais “. . . ultrapassam o nível restrito da comunicação e informação para reintegrar as dimensões económicas, políticas e sociais que configuram e transformam as sociedades atuais” (Medeiros, 2006, p. 87). Para a autora, é necessário evidenciar as potencialidades e limitações da apropriação da Internet pelos MS cujos contornos poderão ser analisados, nomeadamente, o alcance e o tipo de informação veiculada pelos MS, as estratégias de mobilização e participação em rede e a Internet como um espaço com infinitas possibilidades, mas também de resistências a uma participação social e política mais ampla e sistemática dos MS (Medeiros, 2006). Esta transformação da sociedade, a que Castells (2005) designou de sociedade em rede, é a sociedade em que nós vivemos depois de termos transitado da sociedade industrial e da sociedade agrária que a precedeu. No mesmo sentido, toda a humanidade está condicionada por aquilo que acontece nas redes globais e locais que configuram a sociedade em rede. “A sociedade em rede é a estrutura social dominante do planeta, a que vai absorvendo a pouco e pouco as outras formas de ser e de existir” (Castells, 2005, p. 19). No entender de Felice (2015) existe uma cultura de rede que se assemelha ao funcionamento de mercado e à exigência por parte dos consumidores de experimentar novas plataformas, novas formas de interação, neste sentido, o autor refere esta nova realidade “obriga as plataformas a reinventarem-se todos os dias, ou pelo menos com uma certa frequência. A isto se chama a dinâmica da rede” (Felice, 2015).

contribuem para uma pluralidade de questões aumentando a complexidade do mundo contemporâneo” (McDonald, 2006, citado em Bringel & Domingues, 2015, p. 9).

¹⁶ Estefania (2016). El fantasma de la indignación. Disponível em: http://cultura.elpais.com/cultura/2016/01/06/babelia/1452081948_209020.html

¹⁷ Bringel & Domingues (2015) aludem que, a diversidade e a complexidade da ação coletiva contemporânea mediada pelas TIC e significados culturais requer “abordagens e imaginação sociológica para reconectar, mais uma vez, as dimensões micro e macro, o individual e o coletivo e o local e o global” (Bringel & Domingues, 2015, p. 10).

Para Ugarte e Cue (2004) o sistema tecnológico centrado nas tecnologias de informação e comunicação levou à formação de uma nova economia¹⁸:

Surgiram novos problemas sociais e novas formas de reivindicação e mobilização da cidadania, uma vez que, nem só de tecnologia vivem as pessoas: a modernidade informática não elimina os problemas sociais e políticos, e em alguns casos e em determinadas condições até os acentua. E essas mobilizações também utilizam novas tecnologias de comunicação e, conseqüentemente, adotam novas formas de organização, debate e acção. (Ugarte e Cue, 2004 citado em Castells, 2005, p. 21)

Tal como Castells, Caraça (2005) refere que a presente época é de transição. Onde imperaram conceitos de universal, de ciência, e de governo do Estado-nação, passou-se a conceitos como, global, economia de conhecimento e governança. Para Bringel & Domingues (2015) o estado e a vida social, foram as dimensões que mais se alteraram nas últimas décadas e enumeram as razões que contribuíram para essa alteração, nomeadamente, “as mudanças nos padrões da acumulação do capital; o papel do estado; formas de construção da subjetividade: individual e coletivo e movimentos sociais e, a radicalização das instituições modernas e a intensificação da globalização a longo prazo” (Bringel & Domingues, 2015, p. 5).

2.2.1 Internet

Castells (2005) define a Internet como:

Uma rede de redes de computadores interligados por uma linguagem informática comum que permite comunicar, em tempo real ou diferido, a partir de qualquer ponto do planeta para qualquer outro (incluindo a casa ao lado) e aceder a qualquer tipo de informação que esteja digitalizada (o que é o caso actualmente, de 93% da informação do planeta), sem maior custo de telecomunicações que o de uma chamada local (já outra coisa são as tarifas arbitrariamente impostas pelas empresas). A internet é um meio de comunicação livre e interactivo, baseado em programas informáticos que também são livres

¹⁸ Martins (2016) menciona que as potencialidades da rede exigem uma nova economia, “num mundo conectado, o próprio conceito de propriedade privada está se tornando obsoleto” (Martins, 2016). A este propósito, foi criada uma plataforma *on-line* a “Plataforma Cooperativista” ou “Internet cooperativa” cuja missão é aglutinar todas as plataformas *on-line* cujas bases são a solidariedade e a propriedade coletiva. <http://platformcoop.net/>. Martins (2016). Por uma internet mais subversiva. Disponível em: <http://outraspalavras.net/blog/2016/01/04/por-uma-internet-mais-subversiva/>

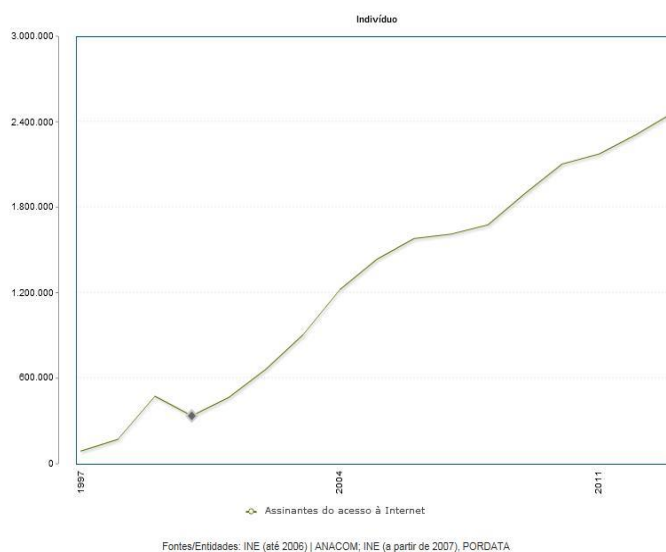
porque os seus criadores assim o quiseram e os publicaram na internet sem direitos de autor ou de propriedade. (pp. 20-21)

Ocanã (2003) refere a articulação entre diferentes movimentos e atores sociais que é conseguida “não apenas pela disponibilização da informação, interação na Web, mas também através de documentação e software de livre acesso. Este último, não regulado pelo mercado constitui um recurso que agiliza a cooperação e favorece a solidariedade entre movimentos” (Ocanã, 2003). Do mesmo modo, Medeiros (2006, p. 89) refere quanto às funcionalidades da Internet que têm uma função estratégica na divulgação, informação e debate, mas igualmente, “na construção das resistências e coligações entre movimentos sociais, no espaço físico ou virtual” De salientar que, em contexto globalizado, nem todos têm acesso à Internet (*vide* quadro 1) e consequentemente não têm acesso à informação nem às relações e conexões que ela proporciona. Medeiros (2006) refere quanto à infoexclusão:

O aprofundamento democrático das relações entre os actores e movimentos sociais . . . parece estar condicionado . . . pelas possibilidades de acesso à internet, de condições socioeconómicas e competências que permitam a comunicação, a participação e interacção na actividade do movimento As limitações geográficas, sociais e colectivas que se opõe à ideia de uma suposta universalidade da internet tornam-nos mais conscientes das desigualdades que se geram na distribuição do poder de comunicar e de aceder à informação na internet. (p. 91)

Contextualizando o panorama nacional, em Portugal existe claramente uma evolução relativamente ao consumo da Internet nas últimas décadas. Segundo os dados da PORDATA (quadro seguinte), os assinantes com acesso à Internet, em 2013, eram 2.463.568 milhões de assinantes. Tendo em conta que a população portuguesa em 2013 segundo a mesma fonte é de 10.457,300 milhões de indivíduos, então podemos dizer que parte significativa da população está à margem desta realidade, que é o espaço social digital.

Anos	Assinantes do acesso à Internet
1997	88.670
2000	⊥ (R) 336.140
2005	1.436.486
2010	2.104.315
2011	2.174.538
2012	(R) 2.310.548
2013	2.463.568



Quadro 1 - Assinantes com acesso à Internet¹⁹

Fonte: Pordata – Portal de Base de Dados de Portugal Contemporâneo

2.2.1.1 Os riscos da Internet

Felice (2015) indica-nos os riscos da utilização da Internet que pode ser utilizada para passar uma mensagem positiva, no entanto ressalva que “. . . pode também ser utilizada por grupos radicais que utilizam a Internet para passar mensagens de racismo ou para excluir populações. O ser humano não vai melhorar só porque tem acesso a estas tecnologias. O lado positivo, é que possibilita uma maior e melhor acesso por parte do cidadão à informação, não apenas informação no âmbito da política, mas também na informação cultural” (Felice, 2015). Para Teixeira (2016, p. 6) “Os media e a comunicação em rede criam novas percepções e um escrutínio político e social sem precedentes”.

2.2.1.2 Espaço público

As redes sociais constituem-se como espaços de autonomia, muito para além do controlo de governos e empresas que, ao longo da história, dispunham dos canais de comunicação como alicerces do seu poder. Para além do processo de comunicação baseada nas redes sociais digitais, os MSD também precisam de construir um espaço

¹⁹ Segundo informação da PORDATA relativamente a estes dados, a partir de 2000 (inclusive), os valores apresentados referem-se a cada indivíduo como um único cliente, apesar de poder utilizar vários acessos e operadores diferentes à Internet.

público, criando comunidades livres no espaço físico. Assim, de acordo com Castells (2015)

Uma vez que o espaço público institucional, o espaço constitucionalmente designado para a deliberação, está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos. Os espaços ocupados não carecem de significado: são geralmente carregados do poder simbólico de invadir áreas do poder de Estado ou de instituições financeiras. (pp. 30-31)

A este respeito, Medeiros (2006) afirma não é possível dissociar as atividades, formas de protesto e resistências que se formam no espaço físico, daquelas que se formam no espaço virtual. Assim, refere “. . . as informações que circulam na internet e a sua influência na mobilização dos actores podem, eventualmente, impulsionar estratégias de resistência e mesmo confronto político e mobilizar os actores no espaço físico” (Medeiros, 2006, p. 93). Da mesma forma, a autora indica que experiências já realizadas no espaço físico transpõem-se para o espaço virtual, nomeadamente, através de campanhas de abaixo assinados e/ou petições *online*, invasão a sítios de Internet governamentais por *hackers*²⁰, modificação ou destruição de conteúdos²¹ (Medeiros, 2006, p. 94). Assim sendo, ambas as formas de ação coletiva, seja no espaço físico, seja no espaço virtual, complementam-se. Castells (2015, pp. 30-32) denomina este espaço público como “espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora”. Todavia, há que considerar que a sociedade civil tem um carácter heterogéneo e luta, também ela, por ter um espaço entre os atores que dela fazem parte. Sobre este ponto, Pereira (2012) afirma: “Diferentes culturas e tradições políticas dos atores sociais demonstram que não existem apenas projetos democráticos em disputa.

²⁰ *Hacker* - pessoa com grandes conhecimentos de informática e programação, que se dedica a encontrar falhas em sistemas e redes computacionais. Pirata informático.

²¹ Na história recente, encontramos o caso do Wikileaks e da Agência de Segurança Nacional Americana (NSA) cujos protagonistas Julian Assange e Edward Snowden respetivamente são considerados segundo Verdú (2015) “os novos heróis . . . emergentes símbolos da justiça e da transparência. O mundo, tal qual deixaram seus antecessores, não lhes parece um lugar habitável”. (Verdú, 2015). Geração Z mudará o mundo. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/02/sociedad/1430576024_684493.html

Projetos autoritários, populistas, neoliberais e outros também disputam espaços na esfera pública” (Pereira, 2012, p. 81). Neste sentido, indica dois eixos de conflito:

1. Eixo vertical entre o Estado e a sociedade civil;
2. Eixo horizontal entre diferentes atores da sociedade civil atuando na esfera pública.

Neste contexto, enfatiza o caráter conflituoso dos eixos enunciados, nomeadamente, onde “podem ser produzidos não apenas consensos, mas também falsos consensos, suscetíveis de hegemonia e exclusão, tornando-se assim, um espaço público em que outras formas de interação social tomam forma, como através de dissensos ou através de ações violentas, e onde outras formas comunicativas também terão lugar” (Pereira, 2012, p. 81). Nesta sequência, “o 11 de Setembro fechou a era do protesto pacífico, abrindo a temporada das mobilizações policêntricas e violentas, com o terrorismo se candidatando à forma rotineira de mobilização coletiva do novo século” (Rootes, 2003, citado em Alonso, 2009, p. 74).

2.2.1.3 Controlo e poder na era do digital

As mudanças no campo da comunicação afetam, segundo Castells, (2015) “as normas e as relações de poder”. Para o autor, a mudança neste domínio foi aquilo que designou de “autocomunicação”, ou seja, o uso da Internet e das redes sem fios é efetuada por utilizadores autónomos quer na produção de conteúdos ou meramente na difusão da informação. Esta autonomia e a comunicação em massa, segundo o autor, tem por base “redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos e empresas “. . . é por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e ódio, e tentam obter lucros com ela, ao mesmo tempo que limitam o seu potencial de liberdade . . .” (Castells, 2015, p. 28). No mesmo sentido, Handy (2015) refere que a informação está aberta, desta forma:

Redistribui o seu poder, trocando as hierarquias por redes, levando a política para além dos políticos e transformando os empregados em agentes livres
esbate as fronteiras, incentiva a exploração e a iniciativa. A informação costumava ser a fonte do poder nas organizações quando era racionada e se escondia atrás da cortina, estando acessível apenas aos que tinham autorização para tal, mas quando toda a informação é potencialmente aberta, quando não há segredos, o poder e a autoridade evaporam-se. (p. 22)

Castells (2015) indica quem são os que detêm o poder na sociedade em rede, nomeadamente, os programadores que elaboram as redes principais de que dependem os cidadãos, como a segurança social, finanças, governo, instituições sociais, entre outros, e aqueles que operam em redes diferentes como o monopólio dos *media*, elites políticas, elites financeiras, cujas relações estão ligadas a empresas financeiras²². Todavia, o autor refere que “Se o poder é exercido programando-se e alternando-se redes, então o contrapoder, a tentativa deliberada de alterar as relações de poder, é desempenhado reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alteram as redes de resistência e mudança social” (Castells, 2015, p.30). Nesta ótica, os movimentos sociais exercem o contrapoder autonomamente e livre do controlo institucional. Contudo, os meios de comunicação de massa “são amplamente controlados por governos e empresas de media. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida” (Castells, 2015, p.30).

Neste contexto, são necessárias mais e melhores condições para o exercício da ação coletiva “mais segurança, maior abertura e receptividade ao exterior, mais predisposição à partilha de experiências, diversificação e multiplicação das relações que se mantêm” (Ocanã, 2003). Para Castells (2005), a existência da Internet tem permitido que:

As pessoas se vão situando num novo contexto, percebendo, por exemplo a necessidade de se auto-informar e de se auto-educar num mundo de flexibilidade laboral e de valorização da inovação. Utilizando a internet também para estabelecer redes de comunicação horizontal independentes dos meios de comunicação de massas dos quais desconfiam. E construindo a autonomia da sociedade civil global como contrapeso à crise de legitimidade das instituições políticas nas quais acreditam cada vez menos. (p. 27)

Nesta circunstância de crise de legitimidade democrática e com o advento da Internet e das redes sociais respetivamente, surgem os movimentos sociais digitais. Para tal, é pertinente contextualizar o porquê desta crise e conseqüentemente a crescente criação de MSD e o aumento da participação (ou não) através das redes sociais. Para Estanque (2012):

²² Giddens (1998) refere as grandes multinacionais exercem um grande poder económico influenciando decisões políticas. Neste sentido, refere “As maiores multinacionais têm, hoje em dia, orçamentos maiores do que os de grande parte das nações” (Giddens, 1998, p. 49).

É preciso reconhecer que o ciberespaço não é um mero instrumento. É um veículo potente, mas é mais do que isso. Exprime tendências inovadoras que interferem no discurso e alteram tanto as linguagens como os próprios conteúdos. Reconstroem as culturas juvenis de que, em grande parte, se alimentam os novos movimentos sociais. (p. 2)

3 A Crise da legitimidade democrática

Existem inúmeros fatores e conjunturas sociais, económicas e políticas que ao longo das décadas contribuíram para a crise da legitimidade democrática e da democracia representativa. Touraine (1994) define os três elementos indispensáveis à democracia: a limitação do poder, a representatividade social dos dirigentes políticos, a cidadania. (Touraine, 1994, citado em Touraine, 1998, p. 334). No mesmo sentido, o autor cita os elementos indicados por Bobbio (1984) para a efetivação da democracia: a participação alargada, o controlo a partir de baixo e a liberdade de oposição. A partir destes elementos, o autor refere que se definem as condições políticas da existência e da atividade de movimentos sociais que são os principais agentes das reformas. “O conflito em torno do qual se organiza um movimento social não é um conflito mortal, o confronto com o inimigo, dado que os dois adversários se referem às mesmas orientações culturais” (Touraine, 1998, p. 334). A participação dos cidadãos é um elemento fundamental para a vida democrática. É a partir da influência individual nas decisões coletivas que se fortalece as ligações sociais, desenvolve a consciência crítica e o sentimento de pertença a determinada comunidade sendo um meio para alcançar a transformação social.

Teixeira (2016) refere que existe um afastamento dos cidadãos em relação às eleições, aos partidos políticos e à política. Este afastamento resulta de sentimentos como a desilusão, da descrença e da desconfiança em relação ao sistema democrático e aos atores da democracia representativa. Assim sendo, o autor alude que, nesta conjuntura de falta de confiança a que Castells (2015) refere que sem ela nada funciona, mercados e instituições, constitui-se como “terreno fértil para a demagogia e os populismos e para a erupção de autoritarismos com pretensões de verniz democrático” (Teixeira, 2016, p. 6). Neste sentido, Zubero (1996) alude que, atualmente, estamos a assistir a um ressurgimento da poderosa questão cultural, “. . . hoje vivemos um período de crítica cultural, um período em que se questiona sistematicamente os aspetos fundamentais da vida moderna, como a industrialização, o racionalismo dominante, o

desenvolvimento tecnológico, a burocratização, a democracia formal, etc” (Zubero, 1996, p. 30). Esta crítica cultural de que nos fala Zubero, também está orientada para a política:

Acredito que, desde 2011, houve um realinhamento da compreensão sobre o que significa um movimento democrático. Não é mais possível pensar em democracia como apenas partidos políticos assumindo governos. Tem que significar algo mais, algo que opere também fora do Estado. . . está claro que o sistema existente atingiu um ponto de ruptura. (Graeber, 2016)²³

No mesmo sentido, Castells (2015) refere que nas ações dos movimentos sociais encontra-se toda a projeção humana na crítica a um sistema económico dominante e à especulação dos mercados financeiros. No entanto, para o autor existe “. . . um grito de pressão, um sonho revolucionário, é o apelo a novas formas de deliberação, representação e tomadas de decisão políticas Os movimentos sociais em rede exigem uma nova forma de democracia” (Castells, 2015, p. 302). Com efeito, surge um sonho e um projeto que no entender do autor passa por:

Reinventar a democracia, encontrar maneiras que possibilitem aos seres humanos administrar coletivamente suas vidas de acordo com os princípios amplamente compartilhados em suas mentes e geralmente negligenciados em sua experiência diária. Esses movimentos sociais em rede são novos tipos de movimentos democráticos, movimentos que estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet, fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana. (p. 303)

No entanto, Bava (2010) é contundente relativamente à relação que se estabelece entre governos e movimentos sociais. Afirma o autor, que essa relação “criou uma promiscuidade e uma dificuldade de compreensão dos diferentes papéis, o que contribuiu muito para desarticular a capacidade de pressão dos movimentos sociais” (Bava, 2010)²⁴.

²³ Entrevista de David Graeber concedida ao Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/david-graeber-divida-sempre-foi-uma-questao-de-poder-1-18909540>

²⁴ Entrevista de Silvio Caccia Bava concedida à IHU Online – Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3136&secao=325

Exemplo da promiscuidade de que nos fala Bava (2010) é dada por Rootes (2003) que refere que o ativismo se profissionalizou, converteu-se em partidos políticos e até em empresas com ligações ao Estado.

Alonso (2009) refere “Ao longo do século XX, uma mudança macro estrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para as mobilizações colectivas” (Alonso, 2009, p. 59). O Estado-Providência, entre meados dos anos 40 até meados dos anos 70, desenvolveu modelos de intervenção de Estado que se caracterizaram por uma forte regulação do mercado através de uma mediação entre as exigências do capital e do trabalho e um expressivo incremento das políticas sociais, económicas e culturais com consequências em termos da expansão de direitos, aumento dos níveis de emprego e de produtividade e estratégias de inclusão no que se refere às classes e grupos sociais (Barros, 2012). Na década de 80, o crescente modelo neoliberal foi ganhando espaço cujas práticas se foram tornando progressivamente dominantes e acentuando lógicas capitalistas e individualistas resultando numa crise estrutural. A este respeito, Barros (2012) refere esta crise tem vindo a “caraterizar profundamente toda a contemporaneidade desde então” (Barros, 2012, p. 131). Bauman (2016) também refere a crise da democracia, nomeadamente:

A questão é que esse casamento entre poder e política nas mãos do Estado-nação acabou. O poder se globalizou, mas as políticas são tão locais quanto antes. A política tem as mãos cortadas. As pessoas já não acreditam no sistema democrático porque ele não cumpre suas promessas. Por exemplo, a crise de migração. O fenómeno é global, mas atuamos em termos paroquianos. As instituições democráticas não foram estruturadas para conduzir situações de interdependência. A crise contemporânea da democracia é uma crise das instituições democráticas. (Bauman, 2016)

3.1 A crise da democracia representativa

O modelo atual da democracia representativa tornou-se um instrumento incapaz de responder de forma satisfatória aos anseios dos cidadãos. Desta forma, a participação dos movimentos sociais tornou-se um meio para alcançar um ideário de uma democracia alternativa, transparente, onde os cidadãos podem ter voz e participar nos processos de decisão. Para além disso, é uma forma de reconhecer e legitimar as ações

dos movimentos sociais, e ao mesmo tempo uma forma do atual modelo de democracia revelar uma abertura à sociedade que até então não se tem verificado. É neste sentido que Vitorino (2016) indica-nos três dinâmicas que contribuíram para a crise da democracia representativa:

1. a dessacralização do poder;
2. a alteração do espaço operativo da política;
3. a tentação protecionista e a deriva populista.

Para o autor, uma das causas da crise da democracia representativa é “a via de acesso ao poder a partir das juventudes partidárias que culmina nos cargos de liderança partidária e nacional, o funcionamento opaco das máquinas partidárias, uma cultura de casta restrito a um grupo fechado cujos interesses se sobrepõem ao interesse geral” (Vitorino, 2016, p. 37). A alternativa que apresenta, passa por mudanças das práticas partidárias a nível interno.

Outra das causas apresentada está relacionada com a alteração do espaço operativo da política nacional para o espaço operativo transnacional, como é o caso da União Europeia. Esta transferência é percebida pelos que percebem que a capacidade de intervenção do poder político nacional se encontra hoje muito mais limitada do que no passado. Neste sentido, existe aquilo a que o autor designa de “sentimento de empobrecimento democrático” e que se torna “incompreensível, pouco transparente e carecido de proximidade necessária a uma relação de confiança” (Vitorino, 2016, p. 37).

Quanto à terceira dinâmica, refere que a “globalização económico-financeira e comunicacional produziu resultados relevantes e paradoxais” no que concerne ao aumento significativo das desigualdades sociais, do desemprego, da precariedade laboral e das expectativas dos cidadãos (Vitorino, 2016, p. 38).

A par das causas já enunciadas, Teixeira (2016) enuncia um conjunto de acontecimentos que contribuíram para a destabilização da democracia:

- “A expansão bárbara do Daesh e a guerra interna no Islão;
- O ressurgimento dos impérios (China, Rússia, Irão, Turquia);
- A crise dos refugiados;
- A desregulação das finanças e das economias;
- O progresso da era digital;
- As pulsões fragmentárias na União Europeia” (Teixeira, 2016, p.6).

Sobre este assunto, e na linha de pensamento de Vitorino (2016) refere: “As políticas económicas (ou a falta delas) trouxeram deflação, fragilizaram as classes

médias e agravaram as desigualdades e a pobreza. A impotência dos governos nacionais aumentou. As estruturas supranacionais assumem soberania nos estados sem que os Estados se sintam suficientemente representados” (Vitorino, 2016, p. 36).

3.2 Democracia direta

A democracia direta é um mecanismo que os MSD reivindicam, daí a pertinência de focarmos esta matéria. Os cidadãos, que antes eram colocados à margem do processo de decisão, tornam-se através deste mecanismo, representantes legítimos dentro do espaço público e político, uma vez que é neste contexto democrático, que determinadas matérias/reivindicações poderão entrar e ser debatidas o que até então poderiam não existir ou eram omissas. Neste sentido, Toro (1996) refere “Quanto mais participativo tiver sido o processo de sua elaboração, mais essas escolhas refletem a vontade de todos e serão por todos compartilhadas” (Toro, 1996, p. 6).

Aguiar-Conraria & Magalhães (2016) designam democracia direta como “um conjunto de instituições que permitem que os membros de uma comunidade política possam decidir medidas concretas que vão vincular toda a comunidade” (Aguiar-Conraria & Magalhães, 2016, p. 42). Neste sentido e, segundo os autores, “os cidadãos não se limitam a delegar poderes nos seus representantes como também podem eles próprios assumir essa delegação directamente” (Aguiar-Conraria & Magalhães, 2016, p. 42). Atualmente, as democracias vêm-se confrontadas com a necessidade de aumentar a quantidade e a qualidade da participação de seus cidadãos. Para além disso, “de reconhecer a existência de desigualdades sociais . . . e de reconhecer como legítimas as demandas dos movimentos sociais e organizações civis oriundas da esfera pública, de forma a aumentar a legitimidade do sistema político” (Pereira, 2012, p. 82). Desta forma, mecanismos como a realização de referendos (vinculativos ou facultativos), sejam eles propostos pelos cidadãos e/ou por políticos são, pois, uma realidade que os cidadãos ambicionam.

4 A criação e a expansão de movimentos sociais digitais

Conforme vimos, os movimentos sociais são um fenómeno com tradição histórica com as devidas reconfigurações que tem vindo a acontecer considerando que foram e são fenómenos perfeitamente ligados e contextualizados em determinado período histórico.

Embora, estes movimentos sociais sejam realidades já estudadas, há que considerar a introdução de novos elementos como a globalização, as tecnologias de informação e comunicação, novos atores sociais, a alteração dos espaços de conflitos, neste caso, espaços como a rede social Facebook e novas formas de interação e comunicação. Como veremos, estes movimentos sociais continuam a ser criados e a proliferarem devido às relações de poder, por outras palavras, a luta, na sua base, consistiu e consiste em ser contra qualquer estrutura ou ato de dominação social e/ou injustiça social.

As movimentações sociais têm-se multiplicado nos últimos anos em Portugal e um pouco por todo o mundo, principalmente nos países do Sul da Europa, como a Espanha, Itália e Grécia, países intervencionados por credores internacionais.

Atualmente, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos, autónomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história. Estas características determinam a própria organização do movimento “. . . quanto mais interativa e auto configurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu género” (Castells, 2015, p. 36). Por conseguinte, verificaram-se novas movimentações dos movimentos sociais digitais²⁵ em que o papel da Internet e das redes sociais foi primordial, pois, através destas, os cidadãos apercebem-se da intensificação das desigualdades sociais.

Os MSD criados na rede social Facebook (plataforma objeto de estudo nesta investigação) constitui-se como uma das maiores redes sociais a nível global (*vide* figura 3), apelando a protestos locais, manifestações nacionais, e a novos tipos de mobilizações, expandindo assim a vaga de contestação pelos motivos que já referimos. A par disso, exigem cada vez mais a participação na democracia tendo em conta os motivos já aqui enunciados de Vitorino (2016), Teixeira (2016) e Aguiar-Contraria e Magalhães (2016).

Na verdade, é aqui que consiste o carácter inovador destes MSD. A utilização de reportórios novos e inovadores como referiu Tarrow e das redes sociais digitais constituiu-se como um recurso de excelência para difundir a informação, apelar à mobilização e à participação e para se conseguir de algum modo, provocar as mudanças que reivindicam. Neste contexto, exigir a criação de empregos, mais justiça social,

²⁵ Pereira (2012) refere que “A ampliação de direitos tais como a manifestação e a organização durante os processos eleitorais também favoreceram o surgimento de movimentos sociais” (Pereira, 2012, p. 80).

maior distribuição da riqueza e mais participação na democracia. Para Rootes (2003) estas transformações “obrigaram a remodelagem das teorias dos movimentos sociais, sobretudo, de modo que lhes desse capacidade de explicar mais persuasivamente o carácter simbólico e a dimensão global do activismo contemporâneo” (Rootes, 2003, citado em Alonso, 2009, p. 74). Na figura seguinte verificámos que a rede social Facebook lidera o ranking do mercado digital no que respeita à rede social e ao serviço de mensagens atingindo mais de 1,6 bilhão de pessoas por mês.

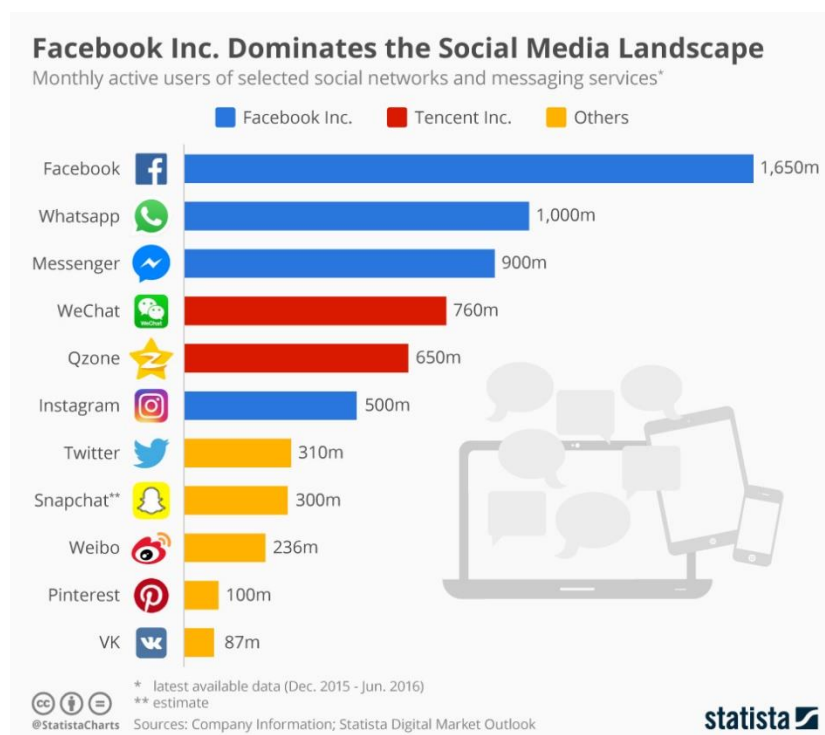


Figura 3 - Número de utilizadores ativos mensais de redes sociais e serviços de mensagens.
Fonte: Richter (2016)

Estanque (2012) define os movimentos sociais digitais como:

Trata-se de grupos bastante fluídos e voláteis, que passam e circulam, como elos de uma cadeia transmissora de energia e potenciadora de uma dinâmica, de uma linguagem em que de contestação – a radicalização do discurso exalta o sentido do “conflito” e dos antagonismos, constitui o principal ingrediente aglutinador, mas a componente plástica, as tonalidades e os sons, o vestuário exótico, a emulação de um mártir, o *slogan* criativo, a linguagem radical, num quadro de cores mais ou menos exuberantes revelam ao mesmo tempo o lado festivo,

lúdico e catártico das manifestações (onde de facto é patente a dinâmica juvenil, embora atraia outras camadas etárias). (p. 13)

Para Castells (2015) os MSD são formados porque se encontram nas suas raízes as injustiças, como a pobreza, a censura, a intolerância, as desigualdades sociais, o racismo, o desrespeito pela liberdade individual, entre muitos outros. Assim, para o autor “. . . as práticas reais que permitem que os movimentos sociais surjam e transformem instituições e, em última instância, a própria estrutura social são desenvolvidas por indivíduos, pessoas em seus corpos e mentes” (Castells, 2015, p. 33).

Este conjunto de causas estruturais e motivos individuais são os motivos para que estes MSD se ergam contra qualquer estrutura de dominação social. No entender de Melucci (1989) os MS direcionam a sua luta com elementos fundamentais da estrutura social. Para o MS alternativo (diferenciado de outras formas de mobilização coletiva, partidos, sindicatos) é caracterizado por:

- i) Uma forma de ação coletiva que implica a existência de solidariedade;
 - i) Está implicado um conflito;
 - ii) Os seus objetivos rompem com os limites do sistema em que ocorre a ação.
- (Melucci, 1989, p. 57).

Exemplos como, a manifestação do movimento “Geração à Rasca”, de 12 de março de 2011, constituiu-se como a primeira grande contestação às condições de vida constantemente agravadas, mais especificamente na geração mais jovem. O protesto nacional de 15 de setembro de 2012 é outro exemplo, pela forma como conseguiu mobilizar cerca de um milhão e meio de pessoas às ruas, em várias cidades portuguesas respondendo ao apelo do movimento “Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!” A 21 de janeiro de 2012, realizou-se a Marcha da Indignação, organizada pelo “15 de outubro”; A Greve Geral Ibérica de 14 de novembro 2012 organizada pela Confederação Europeia de Sindicatos, cuja ação em toda a União Europeia serviu para protestar contra a atual situação económica e social. A este propósito, verificou-se uma crescente onda de indignação e de inúmeras manifestações, que diversos autores designam de “antipolítica”.

À crítica da enorme desigualdade de oportunidades e resultados, corrupção, escândalos, esbanjando dinheiro público e sua utilização indevida para fins privados, contra a ineficácia dos controles na forma de auto-regulação ou desregulamentação . . . o efeito desta, não poderia ser diferente de um profundo

sentimento de indignação, seguido por uma partida da política tradicional, sentimento náuseas e inutilidade. (Estefania, 2016)

O ponto comum da dinâmica destes protestos que referimos, é a participação, embora maioritariamente constituída por jovens, foi também constituída por faixas etárias mais velhas, o que leva a que a composição destes MSD seja marcadamente heterogénea. Mendonça (2015) assinala que estes jovens não conhecem o mundo sem Internet, são os jovens da Geração Z (nascidos depois de 1995)²⁶. A autora refere que estes jovens são “críticos, dinâmicos, exigentes, sabem o que querem, autodidatas, não gostam de hierarquias nem de horários pouco flexíveis” (Mendonça, 2015)²⁷.

O papel dos movimentos sociais contemporâneos é o de “promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, através da redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas) conteúdos e modos de interpretação de discursos existentes na esfera pública” (Pereira, 2011, p. 2). Para Bauman (2016) vivemos num estado de interregno, e que estamos a experimentar novas formas de fazer as coisas, numa era de revolução digital “A Espanha foi um exemplo com aquela famosa iniciativa de maio (o 15-M), em que essa gente tomou as praças, discutindo, tratando de substituir os procedimentos parlamentares por algum tipo de democracia direta” (Bauman, 2016). Todavia refere “Isso provou ter vida curta. As políticas de austeridade vão continuar, não podiam pará-las, mas podem ser relativamente efetivos em introduzir novas formas de fazer as coisas”. Em suma, Castells (2015) refere:

Para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma. (p. 37)

²⁶ Mendonça (2015). Conheça a Geração Z: nativos digitais que impõem desafios às empresas. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424439314_489517.html

²⁷ Mendonça (2015) refere ainda a este respeito “os jovens não se submetem às condições de trabalho que não os satisfaçam. Diferentemente da Geração X (nascidos entre o fim de 1960 e 1980), que aceita as normas de trabalho, e da Geração Y (nascidos entre 1980 e 1995), que finge que aceita, eles são questionadores e possuem bons argumentos”.

4.1 Reportório populista nos MSD

A este propósito, o reportório populista é cada vez mais uma constante neste tipo de movimentos. Alguns destes movimentos utilizam a “espectacularização” como recurso para atingir grandes audiências, internas e/ou externas. De facto, para Medeiros (2006) encontra-se nos media de referência “. . . uma tentativa de trivialização, distorção ou radicalização dos discursos, acções e causas defendidas por alguns movimentos” (Medeiros, 2006, p. 88). Daí que, o recurso a este tipo de reportório fosse adotado não só pelos partidos políticos mas, também pelo reconhecimento dos MSD, como forma de atrair seguidores. Neste paralelismo, a indignação que corre o mundo, e as inúmeras manifestações consideradas antipolíticas manifestam-se através “do surgimento de novos partidos políticos que pretendem estar em conformidade com as regras da democracia, mas às vezes também dão origem a fenómenos populistas e nacionalistas que normalmente são o prelúdio de regimes autoritários” (Estefania, 2016).

No mesmo sentido, e como referiu Vitorino (2016) e Pereira (2012), Mudde (2016) refere que “o populismo é principalmente usado para denunciar uma forma de fazer política que utiliza uma combinação de: demagogia, liderança carismática e discurso de *stammtich* (café)”. Em alternativa, apresenta-nos a definição de populismo como “uma ideologia que considera a sociedade como estando fundamentalmente separada em dois grupos homogéneos e antagónicos, a “população pura” e a “elite corrupta”, e que argumenta que a política deve ser uma expressão da vontade popular (*volonté general*) do povo” (Mudde, 2016, p. 48). Para Vitorino (2016) movimentos, mais tarde convertidos em partidos políticos, como a Frente Nacional Francesa (França) e o UNIDOS PODEMOS (Espanha) são um exemplo de movimentos que surgiram nas ruas (*vide* quadro 2), que embora oriundos de horizontes políticos e sociais distintos²⁸, caracterizam-se pela “contestação dos sistemas políticos existentes que são permeáveis ao controlo de centros de poder financeiro difusos, enredados em processos de corrupção e à margem do interesse geral. O discurso populista alimenta-se assim de uma retórica contra a globalização” (Vitorino, 2016, p. 38). Refere neste sentido:

²⁸ Tilly (2004) refere que os movimentos sociais também podem ser “antidemocráticos, como atestam as experiências do entre-guerras na Europa onde o fascismo se desenvolveu, em parte, através da apropriação de estratégias de movimentos sociais e da organização de contramovimentos oriundos do receio que organizações pró-democracia provocaram em franjas conservadoras da sociedade” (Tilly, 2004, citado em Pereira, 2012, p. 80).

A lógica populista visa criar uma espécie de “inimigo do interior que vem de fora” através da diabolização da imigração e dos imigrantes. Baseados numa retórica nacionalista, muitas vezes com ressonâncias racistas e xenófobas, os populistas desenvolvem uma retórica segregacionista e divisa onde os imigrantes personificam a ameaça às condições sociais dos sectores mais vulneráveis das sociedades desenvolvidas, explorando sentimentos de insegurança e de angústia dos autóctones e alimentando o ressentimento social como força mobilizadora. (p.39)

Embora a crise e globalização estejam relacionados com o aumento do populismo, existem inúmeras razões, algumas já enunciadas ao longo deste trabalho, que consubstancia o lado da procura e da oferta das políticas populistas, nomeadamente, grande parte dos cidadãos considera que os assuntos importantes não são abordados/discutidos pelas elites e agentes políticos, estes por sua vez, são cada vez mais encarados como sendo todos iguais; a transferência de poder nacional para o supranacional; o facto de os cidadãos estarem cada vez mais informados, logo mais críticos; vozes populistas encontraram eco nas redes sociais tornando-se mais atraentes. (Vitorino, 2016)

Mudde (2016) refere que a maioria dos atores populistas combinam populismo com outra ideologia. “. . . os populistas de esquerda combinam populismo com uma interpretação do socialismo, enquanto os populistas de direita o combinam com uma forma de nacionalismo” (Mudde, 2016, pp. 52-53). Nesta sequência, o autor remete-nos para um populismo de esquerda que tem emergido, particularmente nos países no sul da Europa. O quadro seguinte ilustra alguns exemplos de partidos populistas e os seus resultados eleitorais.

País	Partido Populista	% PE Eleições europeias 2014	LEGISLATIVAS Resultado do partido populista mais bem-sucedido do país	POSIÇÃO Ranking entre os partidos nacionais	% DO TOTAL Apoio eleitoral de todos os partidos populistas no país	% FACE ÀS ANTERIORES Mudança de voto populista nacional entre as eleições recentes e as anteriores
Espanha	PODEMOS	8.0	20.7	3	20.7	+20.7
França	Frente Nacional (FN)	25.0	13.6	3	20.5	+16.2
Grécia	SYRIZA	26.6	36.3	1	42.1	+6.1
Reino Unido	Partido da Independência do Reino Unido (UKIP)	27.5	3.1	3	13.2	+7.6
Itália	Movimento das 5 Estrelas	21.2	25.6	1	51.3	+5.6

Quadro 2 - Resultados dos principais partidos populistas nas últimas eleições europeias (PE) e legislativas nacionais (e diferença face às anteriores)

Fonte: Adaptado de Mudde (2016)

No entender do autor, e para compreender a pertinência de focar esta matéria, é de referir a origem e a expansão do populismo. Esta forma de expressão teve um incremento nos Estados Unidos aquando a recessão em 2008 através de dois movimentos de base:

1. *TeaParty* – o populismo de direita que encontrou o seu veículo no *TeaParty*, um amplo movimento de grupos *grassroots* e *astroturf* (grupos profissionais que se disfarçam de *grassroots*);
2. *Occupy* – o populismo de esquerda encontrou a sua voz no movimento *Occupy Wall Street*. O que começou com a ocupação do Parque Zuccotti em Nova Iorque, tornou-se um protesto nacional e global.

Para o autor, embora ambos os movimentos tenham perdido o impulso como movimentos *grassroots*²⁹ deixaram legados importantes. (Mudde, 2016, p. 52).

4.2 O poder das TIC e o efeito de contágio

“Foi um despertar muito amargo o de 2008, quando o crédito fácil acabou. A catástrofe que veio, o colapso social, foi para a classe média, que foi arrastada

²⁹ São denominados de *grassroots* os grupos de base, ou por outras palavras, conjunto de pessoas comuns que contrastam com a liderança de uma elite política ou organização social.

rapidamente ao que chamamos de *precarariat* . . . Essa é a categoria dos que vivem em uma precariedade contínua . . .” (Bauman, 2016). O “despertar” que Bauman refere, assim como referem Tilly & Wood, trouxe profundas transformações na sociedade no que respeita às redes sociais. Estas já existiam anteriormente, mas foi a partir de 2008 que se iniciaram as movimentações e a onda de indignação que viria a correr nas redes sociais. Entretanto, inúmeros acontecimentos históricos vieram a ter uma visibilidade inusitada. Estanque (2012) fala-nos da Primavera Árabe que, em 2010, revelou ao Ocidente uma série de movimentos procedentes do seio de regimes islâmicos repressivos, muitos deles dando lugar a revoluções políticas cuja ambição seria alcançar a liberdade e a democracia. Os protestos ocorridos em países como a Tunísia, Argélia, Egito, Jordânia, Síria, Iémen ou Líbia, cuja situação é pouco ou nada semelhante com a situação na Europa e no Ocidente mostraram o efeito de contágio³⁰ entre realidades distintas e expostas a um público global. Para o efeito, contribui um importantíssimo recurso, a Internet e as novas TIC, sendo que, advindo deste facto, surgem novas formas de contestação e de ativismo. Assim, “A internet parece ter impulsionado a emergência de novas formas de novas consciências colectivas, de identificações e comunidades que se interconectam a nível transnacional” (Medeiros, 2006, p. 98).

A rapidez com que se difunde a informação e a visibilidade das imagens dos acontecimentos em tempo real, conforme vimos em todos os meios de comunicação, exponencia o efeito pretendido. “No espaço de algumas semanas, o mito da passividade dos povos árabes e da sua inaptidão para a democracia voou em estilhaços pelos ares” (Gresh, 2011, citado em Estanque, 2012, p. 9).

Embora sejam poucas as semelhanças entre as realidades suprarreferidas, o desejo de liberdade nos países árabes ocorreu num momento em que a Europa mergulhava numa grave crise económica e financeira, colocando em causa a solidez das democracias e ameaçando pôr fim ao *Welfare State* ou Estado Social. Os excessos do mercado e do capitalismo financeiro produziram o efeito borboleta a nível mundial, cujos efeitos se repercutiram na intensificação das desigualdades, no aumento do desemprego e de todo um conjunto de ameaças para a segurança e o bem-estar geral. “A

³⁰ Florencio (1993) refere “O século XX para além de ampliar o cenário da história da Europa aos cinco continentes, fez tornar-se realidade a existência de um só mundo em que as barreiras nacionais deixaram de ser diques para se converterem em membranas porosas a todos os níveis. Deste modo, a permeabilidade das fronteiras fez com que o exemplo do contágio revolucionário, um sinal do nosso tempo” (Florencio, 1993, p. 20).

partir daí, os protestos na Europa não mais pararam” (Estanque, 2012, p. 10). O mesmo autor afirma:

Fazendo uso, pela primeira vez de forma massiva, da Internet, mostraram que a cidadania e o ativismo transnacionais podem ter uma voz, e possuem meios de a fazer ouvir. A democracia participativa afinal não tinha morrido, antes podia ser reinventada. Foi a abertura de um novo ciclo de protestos, que iniciou a chamada “alterglobalização”, reunindo um vasto conjunto de organizações e recorrendo aos meios informáticos e à internet como o principal veículo de articulação e de denúncia. (p. 11)

Tarrow (2005) refere que nas últimas décadas, as comunicações têm facilitado o ativismo transnacional e que a globalização é a responsável pela ascensão deste tipo de ativismo. “Embora a globalização seja uma poderosa fonte de novos atores, novas relações, e novas desigualdades, como um conceito de orientação para a compreensão do ativismo transnacional deixa muito a desejar” (Tarrow, 2005, p. 5). A apreensão coletiva e a insatisfação procuram outras formas de mostrar a sua indignação. Estefania (2016) vai ao encontro desta onda de indignação:

Pela ação do que “anti-políticos” sujos, essas elites que têm esvaziado de conteúdo o conceito de democracia e instalaram o “pós-democracia” (a crise do igualitarismo e uma banalização dos processos democráticos em que a política perde progressivamente entre em contato com os cidadãos), muitos deles já não acreditam que o futuro pode garantir uma melhoria no seu modo de vida. Isso explica a crise de legitimidade e representação que está vivendo. (Estefania, 2016)

No entanto, Touraine (1998) vem contrariar esta utopia. Refere que não há nada mais perigoso para a democracia ou para um movimento social do que a ideia de uma sociedade livre justa.

O sonho de uma sociedade e de uma cultura totalmente transformadas pela ideia socialista ou por má força política estreitamente associada a um movimento social, só pode conduzir a soluções autoritárias. A combinação da democracia e dos movimentos sociais só é possível quando permanecem separados e, por conseguinte, quando cada um dos dois termos é definido no interior de certos limites. (p. 333)

Por outro lado, a Internet e as redes sociais, contribuíram para uma mudança profunda nas sociedades. Um novo paradigma: a política está mais próxima e o público

cada vez mais presente. Como refere Felice (2015) “Não apenas no processo eleitoral, como era anteriormente, mas também, porque o público pode acompanhar em tempo real e questionar a atuação dos políticos. Até aqui ficávamos apenas só pelo voto, mas com o net-ativismo traz um novo papel ao cidadão. É um cidadão que não limita a sua participação a cada quatro anos” (Felice, 2015).

Com efeito, no net-ativismo (ou ciberativismo para Castells), existe muita irracionalidade, muita violência, não deixando de ser, contudo, uma grande oportunidade para melhorar a democracia e repensar o processo democrático, principalmente nas democracias já consolidadas nos países ocidentais. Também na ação política se verificaram alterações. Felice (2015) menciona que na ação política:

Os políticos atualmente estão on-line e presentes na plataforma, estando em contacto direto com os seus eleitores, ele é em tempo real julgado através dos comentários, pondo em causa a sua reputação. No entanto, a sua postura pública é transparente e, portanto, está continuamente exposto aos seus eleitores. Trata-se de uma boa notícia para a democracia, mas nem tanto para um político. (Felice, 2015)

4.3 Participação nas redes sociais

A motivação individual de cada cidadão e como estes constituem uma rede conectando-se com outros cidadãos, através de um processo de comunicação, leva à ação coletiva. Estas redes consubstanciam-se numa diversidade de interesses e valores tendo como objetivo um conjunto de objetivos comuns interrelacionando-se com a sociedade em geral que, como refere Castells (2015) “. . . numa conexão que estimula os cidadãos a ampliar as redes formadas na resistência à dominação e a se envolver num ataque multimodal a uma ordem injusta” (Castells, 2015, p. 34). Segundo este autor, no plano individual, os movimentos sociais são emocionais e a sua insurgência não começa com um programa ou estratégia política. “Isso pode vir depois, quando surge a liderança, de dentro ou de fora do movimento, para fomentar agendas políticas, ideológicas e pessoais que podem ou não relacionar-se com as origens e motivações dos participantes do movimento. Mas o *bigbang* de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação” (Castells, 2015, p. 34). Assim, nesta perspetiva, refere:

. . . se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo

superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam. (p. 36)

Neste sentido, e segundo Castells (2015) quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação entre estes indivíduos, maior será a probabilidade de formação de uma ação coletiva expressa na indignação, e motivada pela esperança. Por outro lado, Toro (1996) refere que participar num processo de mobilização social é uma escolha, porque a participação é um ato de liberdade. “As pessoas são chamadas, convocadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um” (Toro, 1996, p. 5).

4.4 Duração no espaço e no tempo dos MSD

Os movimentos sociais em rede vão continuar a lutar, debater, evoluir e, por fim, dissolver-se nas suas atuais condições de existência, como aconteceu com todos os movimentos sociais da história.

Para Gohn (2010) “Enquanto houver injustiças sociais e desigualdades socioeconómicas, haverá movimentos sociais . . . Alternativas sempre são bem-vindas, desde que as acções coletivas provenham de setores da sociedade civil organizada que busquem soluções para problemas coletivos, e não de grupos de interesses específicos” (Gohn, 2010)³¹. Esta ênfase no papel da sociedade é dada por Bava (2010). Para que haja avanços significativos no futuro, refere que os movimentos dependem do apoio da sociedade. “A legitimidade, a credibilidade e o peso que eles possam ter nas suas negociações vêm do respaldo que os cidadãos possam dar” (Bava, 2010). No mesmo sentido, o autor indica “Os movimentos sociais são, na verdade, manifestações da sociedade civil, não são movimentos estruturados e permanentes. Estruturados e permanentes são as associações, as entidades, as redes, os fóruns. O movimento acontece e depois deixa de existir” (Bava, 2010).

³¹ Entrevista de Maria da Glória Gohn concedida à IHU Online – Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3134&secao=325

CAPÍTULO II

Enquadramento Metodológico

Este trabalho pretende conhecer os movimentos sociais existentes na rede social em Portugal, mais precisamente, na rede social³² Facebook³³, que se constitui como a maior rede social do mundo. Da mesma forma, conhecer a relação destes movimentos com os cidadãos que utilizam estes movimentos para se expressarem e/ou participarem ativamente de alguma forma, na sociedade.

Da seleção da amostra para a realização de entrevistas e devido aos inúmeros movimentos existentes, muitos com propósitos semelhantes, optámos por cingir a pesquisa a 8 MS dos 16 MSD identificados (*vide* anexo VIII), sendo analisados previamente e selecionados por forma a conter alguma diversidade para se ter uma perspetiva global, mas diferenciada destes movimentos. A seleção da amostra adotada adquire nesta metodologia uma grande importância e tem como objetivo obter a máxima informação possível para a fundamentação do trabalho de investigação e, segundo Aires (2011) “em vez da uniformidade, a amostra na investigação qualitativa procura a máxima variação” (Aires, 2011, p.22).

Tendo em conta a amostra selecionada e, para o efeito, foi pertinente saber qual é a sua caracterização, quais as ideias e/ou ideologias inerentes para a prossecução dos objetivos a que se propõem, formas de adesão, normas de utilização, número de seguidores, as atualizações ou não das publicações que efetuam, que tipo de conteúdo é partilhado para se perceber qual o tipo de informação veiculada pelo movimento, quais as estratégias para fomentar a mobilização e a participação em rede e não menos importante, qual o nível de participação destes seguidores nestes MSD. Para dar continuidade à investigação a que nos propusemos, a metodologia a aplicar para a realização do trabalho de investigação foi construída *ad-hoc* e algumas decisões foram tomadas no decurso do processo de investigação. As técnicas de recolha de dados adotadas tiveram em conta um duplo processo de recolha de dados, nomeadamente:

- ✓ Entrevistas e respetiva análise de conteúdo;
- ✓ Questionários e respetivo tratamento de dados.

³² Rede social - conjunto de relações entre pessoas ou organizações que partilham interesses, conhecimentos e valores comuns, por meio da Internet ou página da Internet onde se estabelece esse tipo de relações, através da publicação de comentários, fotos, *links*, entre outros.

³³Facebook Portugal é seguido por 163 milhões de pessoas.
<https://www.facebook.com/FacebookPortugal/timeline>

Ora, esta escolha consubstancia uma metodologia mista, ou seja, a recolha de dados de carácter qualitativo e de carácter quantitativo, sendo que, a esta articulação e complementaridade, permite-nos ter uma visão sistematizada de todo o trabalho de investigação. A par da pesquisa bibliográfica e de análise documental foram aplicadas técnicas de recolha de dados já enunciadas anteriormente.

“A selecção das técnicas a utilizar durante o processo de pesquisa constitui uma etapa que o investigador não pode minimizar, pois destas depende a concretização dos objectivos do trabalho de campo” (Aires, 2011, p. 24).

Relativamente aos estudos de caso aqui analisados foram considerados os dados de ordem qualitativa e quantitativa. Neste sentido, Coutinho & Chaves (2002) referem que estes estudos de caso contemplam planos de ordem quantitativa e qualitativa para “a melhor compreensão dos fenómenos em análise e que, apesar de usualmente se atribuírem aos estudos de caso apenas planos qualitativos, por vezes a combinação de ambos os métodos (qualitativos e quantitativos) pode ajudar à melhor compreensão dos fenómenos sociais” (Coutinho & Chaves, 2002, p. 225).

No nosso caso, o motivo pela qual esta investigação recorreu a ambos os planos teve como objetivo uma melhor compreensão dos fenómenos em análise tendo em consideração a especificidade de cada caso, o seu contexto, os fenómenos que os caracteriza e as estratégias que utilizam e conseqüentemente, os resultados que daí derivam resultando numa abordagem integrada. Houve a necessidade de compreender diferentes fatores quer no plano quantitativo: como as horas de utilização da Internet e atividades frequentes e as características sociodemográficas, influenciaram a mobilização e/ou participação em eventos dinamizados por determinado movimento; quer no plano qualitativo: a descrição e a interpretação dos eventos, de forma a compreender as complexas relações que envolvem este fenómeno.

Nesta perspetiva, a abordagem adotada vai ao encontro das nossas necessidades para se explicar os acontecimentos, uma vez que, se procura com a análise de cada estudo de caso, e como já referido o modo como os MSD emergiram, como conseguem mobilizar as pessoas e quais as estratégias que utilizam para essa mobilização e para a participação. No entender de Yin (2001) em geral “os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenómenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (Yin, 2001, p. 19).

Ao longo das duas últimas décadas, a investigação na área das ciências humanas e sociais tem realizado “um aprofundamento teórico e metodológico de modelos de investigação divergentes do paradigma positivista dominante nas Ciências Sociais e Humanas. (Aires, 2011, p.6). De acordo com Denzin & Lincoln (1998) “a investigação qualitativa é uma perspectiva multimetódica que envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do sujeito de análise” (Denzin & Lincoln, 1998, p. 3). Assim sendo, e em conformidade, a investigação qualitativa, envolve uma multiplicidade de métodos e de técnicas que suportam todo o trabalho de investigação. Com efeito, Aires (2011) refere que esta investigação não possui um conjunto fechado de metodologias próprias, pelo contrário, os investigadores qualitativos no entender da autora “recorrem à narrativa, aos métodos e técnicas etnográficas, à entrevista, psicanálise, estudos culturais, observação participante, etc” (Aires, 2011, p. 14). Para Bento (2012) a investigação qualitativa “foca um modelo fenomenológico no qual a realidade é enraizada nas percepções dos sujeitos; o objectivo é compreender e encontrar significados através de narrativas verbais e de observações em vez de através de números” (Bento, 2012, p. 2).

Método: Estudo de caso

Tendo em consideração a delimitação do objeto de estudo, o método de investigação aplicado tratou-se de um estudo de caso (EC) múltiplo, isto é, constituído por vários EC. O EC central será os Movimentos Sociais Digitais em Portugal, sendo que este será constituído por vários estudos de caso de vários MSD presentes na rede social Facebook, nomeadamente, Geração à Rasca, RiseUp Portugal, Precários Inflexíveis, Indignados Algarve, Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC), Academia Cidadã, Plataforma Livre de Petróleo do Algarve (PALP) e Movimento Sem Emprego (MSE).

O estudo de caso é uma investigação empírica que, segundo Yin (2001) “investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001, p. 32). O mesmo autor refere, “uma vez que o fenómeno e o contexto não sempre discerníveis em situações da vida real, um conjunto de outras

características técnicas, como a coleta de dados e as estratégias de análise de dados, torna-se parte da definição anteriormente citada, nomeadamente, “a investigação do estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados” (Yin, 2001, p.32). A escolha entre estudos de casos únicos ou de casos múltiplos permanece dentro da mesma estrutura metodológica. Yin (2001) refere que os EC múltiplos apresentam vantagens e desvantagens comparativamente ao EC único, nomeadamente, as provas que resultam dos casos múltiplos são mais convincentes e a perspectiva global mais sólida. Para além disso, os estudos dos casos múltiplos podem exigir tempo e recursos mais vastos. Na figura 4 temos ilustrado a abordagem da replicação aos estudos de caso múltiplos.

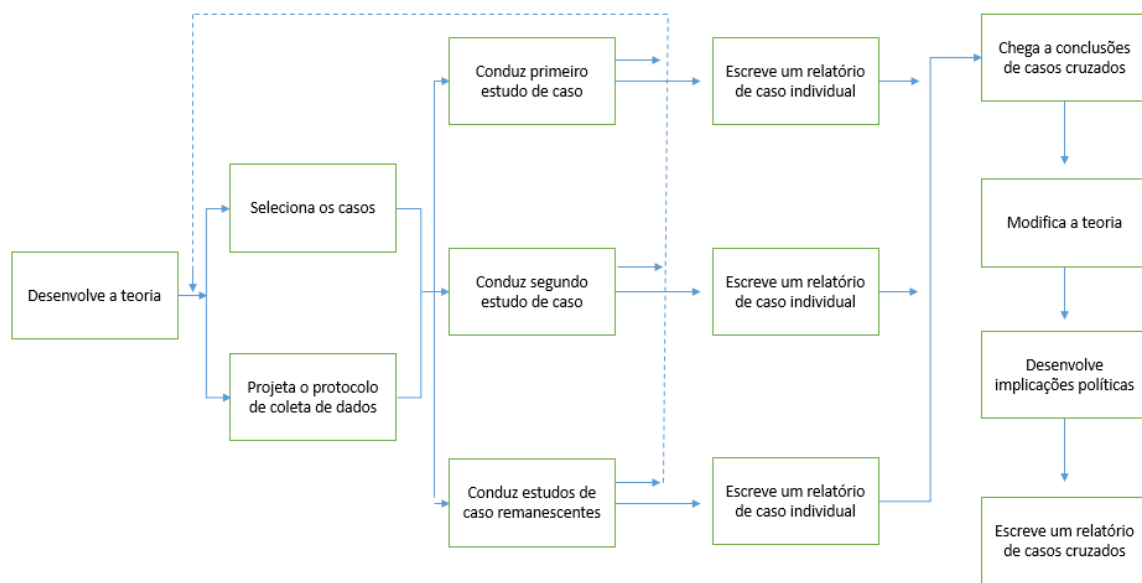


Figura 4 – Método de estudo de caso

Fonte: adaptado de Yin, 2001, p. 73

Em resumo, para Correia & Pardal (1995) o estudo de caso:

Permite compreender naquela o particular na sua complexidade, ao mesmo tempo que pode abrir caminho, sob condições muito limitadas, a algumas generalizações empíricas, de validade transitória. (p. 22)

Para Gauthier (2003, p. 147) a abordagem do estudo de caso caracteriza-se pelo “número restrito das situações analisadas, pela profundidade da análise e pela

abordagem indutiva que alimentará uma fase de desenvolvimento de teorias ou de modelos”.

Relativamente à triangulação dos dados e durante o processo de recolha de dados, o EC recorre a várias técnicas próprias da investigação qualitativa e esta diversidade constitui uma forma de obtenção de dados diferenciada, o que proporciona a possibilidade de cruzamento de informação (triangulação), que assegura a sua validade para posteriormente convergir num único constructo. De acordo com Huberman & Miles (1998) a triangulação não é uma ferramenta nem uma estratégia para a validação, mas uma alternativa para a mesma. O investigador constrói um processo de triangulação com os dados que recolhe através de diversas técnicas e métodos colocando-as em confronto para a maximização da sua validade interna e/ou externa, tendo como objetivo aquilo a que já nos referimos, como a convergência de resultados válidos que conduza às mesmas conclusões. (Huberman & Miles, 1998)

Técnicas de recolha de dados

1. A entrevista presencial

De forma a obter uma maior quantidade de dados e tendo em conta o número de entrevistados e o tempo para a realização do trabalho, o objetivo foi recolher o máximo de informação referente à nossa problemática de trabalho e para isso as entrevistas acabaram por ser na maior parte dos casos, uma conversação com algum grau de informalidade. Neste sentido, Savoie-Zajc (2003) define a entrevista semi-dirigida como consistindo “numa interação verbal entre pessoas que se envolvem voluntariamente em igualdade de relação, a fim de partilharem um saber experienciado e isto, para melhor compreender um fenómeno de interesse para as pessoas implicadas” (Savoie-Zajc, 2003, p.281).

Antes de se proceder às entrevistas, foi elaborado uma grelha de convites (*vide* anexo IX) onde estão expostos os dezasseis movimentos a quem foi endereçado o convite e respetivos dias e horas de contato. De referir que, nem todos os movimentos a quem foi endereçado convite para a entrevista responderam, tendo um, recusado a mesma. Da mesma forma, é pertinente referir que para estabelecer uma boa relação e interação com estes movimentos foi criado um correio eletrónico específico para a investigação, assim como, uma página de Facebook conforme se pode constatar na

grelha. Estabelecidos os dias e horas das entrevistas, os entrevistados, pessoalmente ou *on-line*, foram informados sobre o objetivo deste estudo e a informação da garantia da confidencialidade das informações obtidas através do consentimento informado (*vide* anexo IV). Foi atribuído os códigos E1 à entrevistadora e os códigos R1, R2, R3, R4, R5, R6, R7 e R8 aos entrevistados, que foram selecionados por se tratar de administradores, membros e/ou representantes das páginas de Facebook dos respectivos movimentos sociais digitais.

Em termos metodológicos, partimos da leitura de bibliografia específica o que orientou a construção do guião das entrevistas (*vide* anexo III). Para a elaboração do guião foram criados blocos temáticos, tendo sido definidos objetivos para cada um deles. Dessa forma, foi mais fácil elaborar e organizar as questões dos diferentes blocos. No decorrer das entrevistas as questões, inicialmente, foram colocadas aos entrevistados pela ordem estabelecida previamente, contudo, esta ordem nem sempre foi cumprida e por vezes não foi necessário colocar todas as questões, visto que, foram sendo respondidas no decorrer das mesmas. Os entrevistados tiveram a liberdade de se expressarem livremente e por vezes até se excederam no que toca a alongamento do tempo de resposta embora. Todavia, e como refere Savoie-Zajc (2003) “é o investigador que inicia o processo de estudo e que aplica um certo grau de controlo (questões, estrutura, etc.) no decurso da entrevista” (Savoie-Zajc, 2003, p.281).

O guião para as entrevistas foi dividido em cinco partes. A primeira parte da entrevista “Organização do movimento” é constituída por vinte e uma questões quanto à organização, funcionamento e estrutura de cada movimento. A segunda parte “Dinâmica da Página do Facebook” é constituída por quinze questões relacionadas com a dinâmica da página do Facebook de cada movimento, ou seja, como surgiu, que contactos têm com outros movimentos e com a comunicação social. A terceira parte “Iniciativa e Pró-Atividade dos Seguidores” engloba 4 questões e tem como objetivo saber se os seguidores contribuem com propostas e se estas são aceites pelo movimento. A quarta parte da entrevista “Recurso à Sátira, Humor, *Cartoons* e *Caricaturas*” é constituída por 4 questões para se aferir se este tipo de expressão é eficaz para passar a mensagem que se pretende. Por último, a quinta parte da entrevista é destinada à caracterização sociodemográfica dos inquiridos/as.

Foddy (1996) define as perguntas abertas como um formato que “permite aos inquiridos se expressarem exatamente como lhes vem à cabeça sem sofrerem influências de sugestões avançadas pelo investigador”. Quanto às perguntas fechadas

define-as como aquelas que “encerram num conjunto limitado e arbitrário de alternativas” (Foddy, 1996, p. 142). Neste trabalho foi necessário recorrer a perguntas fechadas no sentido de esclarecer determinadas informações com base na teoria consultada anteriormente e na construção do guião da entrevista. No entanto, o autor, alude quanto às respostas das perguntas abertas “O problema é que ao solicitar que respondam outra vez ou de outro modo, sempre que as respostas são consideradas inadequadas ou insuficientes, acaba-se inevitavelmente por transformar as perguntas abertas em fechadas”. Ainda neste sentido, refere que “a ideia de que as respostas às perguntas abertas são mais válidas do que as obtidas por meio de perguntas fechadas só podem considerar-se pertinentes quando as primeiras respostas forem susceptíveis de uma adequada codificação e interpretação” (Foddy, 1996, pp.142-145). As questões de apoio foram criadas para ajudar a retomar a estrutura da entrevista, sem que se repitam as questões da mesma maneira, caso o entrevistado se desvie do assunto.

Quanto ao meio de gravação escolheu-se, com antecedência, o meio de gravação áudio, para registar as entrevistas e as questões a colocar aos entrevistados. O meio escolhido foi o uso do telemóvel tendo a qualidade de som que se exige para estas circunstâncias e por ser um aparelho discreto tendo em conta que é “o único meio de conservar integralmente o que foi dito tanto pelo entrevistador como pelo entrevistado . . .” (Ghiglione & Matalon, 1997, p. 163). Posteriormente, realizámos as entrevistas que decorreram em dias e horas diferentes e em locais diferentes escolhidos pelos entrevistados, resguardado de distrações para que a entrevista decorresse de forma privada, e sem interrupções, tendo em conta a comodidade dos entrevistados.

Após a realização das entrevistas tratou-se de realizar as transcrições das mesmas. Este é um processo moroso pois, a transcrição é efetuada palavra a palavra. Tal como refere Savoie-Zajc (2003) “Os dados poderão ser analisados mais finamente, porque a informação transcrita assemelha-se mais à entrevista”. No entanto, a autora ressalva que, o texto transcrito não é *per si* a entrevista, pois “Que fazer das mensagens não verbais, tais como a entoação, o débito de palavras, a atitude geral, o movimento das mãos, a orientação do corpo . . .” (Savoie-Zajc, 2003, p. 297). No nosso caso, utilizamos uma legenda para os momentos curtos ... e longos (...), assim como os risos (☺).

Seguidamente, refletimos sobre a entrevista, anotámos as observações da mesma nas notas de campo (*vide* anexo V) e procedemos às transcrições integrais (*vide* anexo VI) dos registos áudio recolhidos durante as entrevistas.

“O modelo de análise na investigação qualitativa pode ser muito variado, podendo se utilizar quadros, matrizes, diagramas, entre muitos outros, tantos quantos a criatividade do investigador e a necessidade de sistematizar e apresentar a informação exigir” (Serrano, 1994, p. 103). Elaborámos por isso um quadro de análise categorial e respetivas unidades de análise/registo e inferências (*vide* anexo VII) dos dados recolhidos nas oito entrevistas, através do processamento da informação em categorias, unidades de contexto e de registo, assim como das notas registadas e interpretação de todos esses dados. Ainda neste contexto, Berelson (1952) a propósito das escolhas das categorias “os estudos . . . serão produtivos na medida em que as categorias sejam claramente formuladas e bem adaptadas ao problema e ao conteúdo (a analisar)” (Berelson, 1952, citado em Ghiglione & Matalon, 1997, p. 188).

A interpretação dos dados é o momento do processo de investigação qualitativa mais arriscado porque se relaciona e estabelece-se conexões entre categorias diferentes para produzir possíveis comparações, assumindo o risco do investigador se enganar. (Serrano, 1994) A par das entrevistas presenciais e *on-line* pretendeu-se prosseguir para a aplicação de um questionário. Efetuou-se o cruzamento dos dados primários resultantes dos questionários e dados de fontes secundárias e de informações recolhidas diretamente através das entrevistas.

1.1. A entrevista *online*

Com a difusão das novas tecnologias de informação, surgiram novas possibilidades e necessidades. A forma de comunicar alterou-se, a interação passou a ser instantânea e como afirma Castells (2005) passamos a viver numa sociedade em rede. Consequentemente, também na investigação, este recurso teve a sua influência na forma como atualmente se podem recolher os dados. “Se esses são os novos ambientes naturais nos quais acontecem muitas das conversas informais nos nossos dias, é importante que aprendamos a explorá-los e a usá-los quando tal uso for adequado, ou mesmo necessário, para os nossos objetivos de pesquisa” (Nicolaci-da-Costa, Romão-Dias & DiLuccio, 2011, p. 38). As entrevistas foram realizadas através da aplicação *Skype*³⁴ e foi utilizado o mesmo conjunto de procedimentos aplicados nas entrevistas presenciais. A adoção desta ferramenta para realizar as entrevistas através da Internet,

³⁴ *Skype* – esta aplicação permite comunicar e colaborar com outras pessoas. As mensagens instantâneas, chamadas de voz e videochamadas do *Skype* tornam mais fácil partilhar experiências com outras pessoas, onde quer que estas estejam.

teve em conta os custos e o tempo (os horários são mais flexíveis com esta técnica) para as deslocações (tendo em conta as distâncias geográficas) que seria necessário dispensar para realizar as mesmas. Tratou-se, portanto, de utilizar as ferramentas que a Internet disponibiliza, não deixando de ser uma técnica de recolha de dados válida e um instrumento de interação social, como se exige na entrevista presencial. Neste contexto, e como refere Cabral, Francisco, Paes, & Paiva (2011):

A entrevista online soma-se às possibilidades dos métodos científicos para recolha de informações, propiciando a diversidade de meios para realização dessa recolha, embora sendo condição essencial para o uso desse instrumento a familiaridade do pesquisador e entrevistados com o recurso tecnológico que servirá de meio para a realização da entrevista, além da identificação da necessidade de utilização do instrumento para alcance dos objetivos previstos para a pesquisa, principalmente quando se torna o único meio para se chegar aos informantes que se encontram em localização distante à do pesquisador. (p.8)

1.2. Notas de campo

As notas de campo realizadas após a sessão de cada uma das oito entrevistas foram relevantes para a investigação. Savoie-Zajc (2003, p. 296) a este respeito afirma “Uma vez terminada a entrevista, é necessário completar o mais rapidamente possível as notas tomadas no decurso da entrevista e consignar as reflexões suscitadas . . .”. Para Serrano (1994) as notas de campo são uma forma narrativa e descritiva de registar observações, reflexões e ações num conjunto amplo de situações que, segundo a autora, “podem ser utilizadas numa investigação posterior” (Serrano, 1994, p. 49). No nosso caso, as notas de campo foram elaboradas pouco tempo depois de realizadas as entrevistas. “O objetivo das notas de campo não é outro, se não a garantia de que não se perderá informação obtida e que esta se encontra em todo o momento acessível a novas análises e interpretações” (Serrano, 1994, p. 49).

1.3. O questionário *online*

Para a aplicação de um questionário, foi decidido recorrer a uma amostra específica, por forma a, que fosse possível analisar os dados, tirar as devidas conclusões e extrapolar para o referido universo. De acordo com Hill & Hill (2005) “este processo de extrapolação pode correr bem ou mal, caso a amostra for representativa do universo

então poder-se-á aceitar com confiança as conclusões obtidas. Caso contrário, se não for representativa não será possível realizar-se a extrapolação com confiança” (Hill & Hill, 2005, p. 42). Neste sentido, o método de amostragem a adotar para esta investigação foi o método de amostragem casual porque se pretendia extrapolar com confiança para o universo os resultados obtidos a partir da amostra.

A aplicação do questionário foi dirigida aos membros e/ou seguidores de determinado MSD. Esta intencionalidade deriva do facto de se pretender aferir se estes membros e/ou seguidores identificavam o MS como MSD, quais os seus objetivos, características e estratégias para mobilizar os cidadãos. Por isso, a constituição da amostra foi sempre intencional, “. . . baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos em vez de critérios probabilísticos, buscando-se não a uniformidade, mas as variações máximas” (Bravo, 1998, citado em Coutinho & Chaves, 2002, p. 229).

Quanto à construção do questionário (*vide* anexo II), o mesmo foi elaborado tendo em conta, a informação a constar no início do questionário (natureza e objetivos da investigação), o seu *layout*, tamanho, clareza das questões e a estética. Antes da aplicação definitiva do questionário realizou-se um teste piloto a dez indivíduos para aferir se o questionário foi construído de forma perceptível. O questionário é constituído por quatro partes:

1. “Utilização da Internet” é constituída por 4 questões com o objetivo de aferir qual a frequência que o inquirido(a) utiliza diariamente a Internet e quais as principais atividades *online* diárias que efetua;
2. “Movimentos Sociais Digitais” é constituída por 13 questões sendo que estas estão diretamente relacionadas com o objeto de estudo desta investigação;
3. “Participação Política/Participação Social” é constituída por 10 questões e serve para conhecer o nível de participação dos membros quanto à sua participação política e/ou social na sociedade;
4. Caracterização sociodemográfica do inquirido(a).

A técnica de inquérito por questionário foi aplicada *on-line* através da aplicação *Google Forms*³⁵ tendo sido distribuído aos inquiridos/as através de mensagem privada

³⁵ O *Google Forms* é uma aplicação que permite criar formulários *online* e que faz parte do *Google Docs* que é constituída por um pacote de aplicações gratuitas que permite a edição colaborativa, disponibilidade, *backup* e portabilidade de arquivos. Esta aplicação facilita a tarefa ao investigador, pois, permite a construção de questões abertas, fechadas e/ou de escolha múltipla e que podem ser enviados via correio eletrónico através de um endereço URL. O processo é facilitado pois, permite a recolha organizada de dados, cuja base de dados é transferível para o Ms Excel poupando tempo ao investigador e permitindo as melhores condições para se fazer a análise e tratamento de dados, estes últimos, podem ser

do Facebook, correio eletrônico, e através de partilhas em mais vinte MSD, inclusive os MSD que foram entrevistados. A sua elaboração foi composta por um maior número de perguntas fechadas com as respetivas escalas (nominais, ordinais,) tendo em consideração as vantagens e desvantagens do tipo de perguntas a colocar. A opção por um questionário maioritariamente composto por perguntas fechadas teve em consideração a dificuldades de análise estatística, nesta situação. As perguntas fechadas facilitam a interpretação dos dados uma vez que, o inquirido(a) apenas poderá cingir a sua resposta dentro de uma lista tipificada de respostas alternativas e, embora a informação seja pouco rica, as conclusões podem ser muito simples (Hill & Hill, 2005).

Relativamente às repostas há que ter em conta que, o número de respostas obtidas pode não coincidir com o número de casos da amostra porque podem existir pessoas que não respondem aos questionários o que poderá resultar numa amostra reduzida daquela amostra que inicialmente irá ser planeada (Hill & Hill, 2005). No nosso caso, o número de respostas aos questionários foi de 95, número este, que não correspondeu às expectativas. No entanto, este obstáculo foi ultrapassado, resultando nos *outputs* que veremos na discussão e análise de resultados, a sua significância e validade. Quanto ao tratamento de dados foi realizado com recurso ao programa Ms Excel.

1.4. Análise de dados

Para Pérez Serrano (1994, p. 102), a análise de dados é “a etapa da investigação qualitativa mais ampla que consiste em reduzir, categorizar, clarificar, sintetizar e comparar a informação obtida tendo em consideração o objeto de estudo”. A autora ressalta ainda que, esta etapa não se realiza apenas no final da investigação, mas “durante todo o processo e que carece por parte dos investigadores uma grande capacidade de criatividade e de síntese”. Correia & Pardal (1995) consideram esta etapa como uma técnica de investigação “através da qual se viabiliza, de modo sistemático e quantitativo, a descrição do conteúdo de comunicação” (Correia & Pardal, 1995, p. 72).

Ao proceder à análise de conteúdo de qualquer material, Vala (1987) sistematiza uma série de questões que o investigador deve formular:

1. Com que frequência ocorrem determinados objetos (o que acontece é que é importante);

visualizados através de gráficos e respetivas percentagens. (Heideman, L. A., Oliveira, A. M., & Veit, E. A, 2010)

2. Quais as características ou atributos que são associados aos diferentes objetos (o que é avaliado e como);
3. Qual a associação ou dissociação entre os objetos (a estrutura de relações entre objetos).

Ainda neste contexto o mesmo autor que, a orientação da pesquisa requer um tipo de operações mínimas, nomeadamente:

- ✓ A delimitação dos objetivos e definição de um quadro de referência teórico orientador da pesquisa;
- ✓ Constituição de um *corpus*;
- ✓ Definição de categorias;
- ✓ Definição de unidades de análise.

Ressalta ainda que, qualquer plano de análise “pressupõe a elaboração de um conjunto de procedimentos que permitam assegurar a sua fidedignidade e validade” (Vala, 1987, pp. 108-109). Este conjunto de procedimentos já foram enunciados anteriormente.

1. Discussão e análise dos resultados dos questionários

1.1. Caracterização da amostra

Os resultados que se seguem visam a caracterização geral da amostra.

1.1.1. Género

A maioria da amostra deste estudo, cerca de 70% é composta pelo género feminino como demonstra a gráfico 1. Contrariamente ao verificado na amostra das entrevistas, dos oito entrevistados apenas dois são do género feminino.

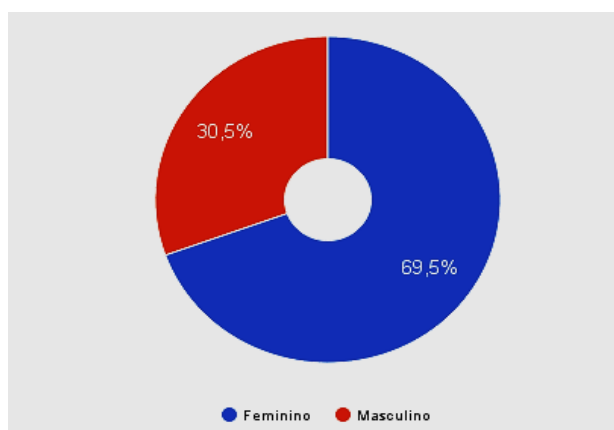


Gráfico 1 - Composição do género da amostra

1.1.2. Estado Civil

Mais de metade dos indivíduos que compõem a amostra são solteiros (52,6%) da mesma forma que a maior parte dos entrevistados. A distribuição das percentagens, de acordo com o estado civil, é a seguinte:

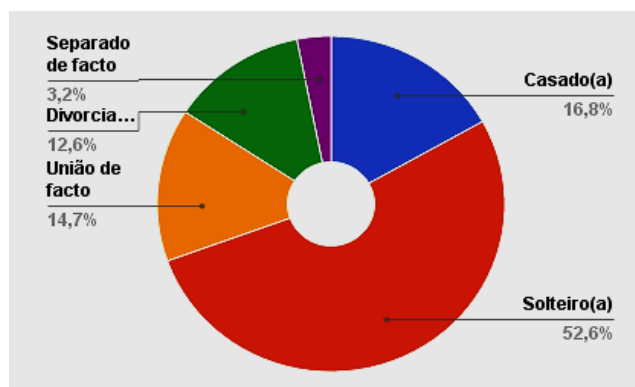


Gráfico 2 - Estado civil da amostra

1.1.3. Idade

Relativamente à idade, e da mesma forma que os entrevistados, a idade está dispersa e compreendida entre os 22 anos e os 62 anos. Observa-se, no entanto, que a faixa etária da amostra, concentra-se maioritariamente entre os 30 e os 40 anos. Constata-se assim que, a amostra é marcadamente heterogénea.

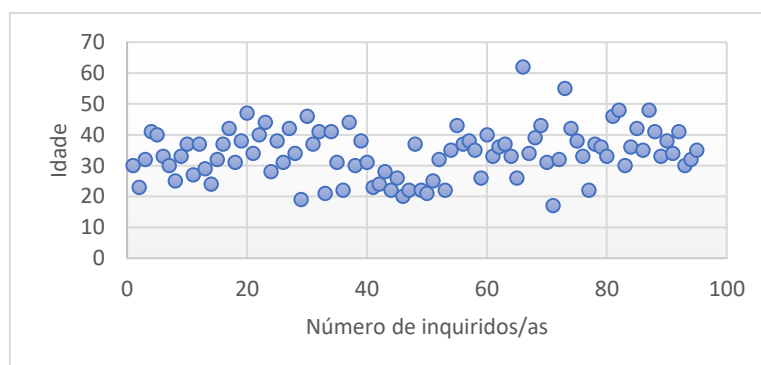


Gráfico 3 – Idade da amostra

1.1.4. Área de residência

A maior parte da amostra é proveniente da região do Algarve, nomeadamente de Faro, representando 43,2% (n=41). No entanto, a distribuição geográfica, da mesma forma que os entrevistados, dispersa-se pelo norte e centro de Portugal, com um indivíduo residente no Reino Unido e outro em Irlanda. A tabela que se segue exhibe a distribuição geográfica:

Área de residência	n	%
Albufeira	3	3.2%
Alcácer do Sal	1	1.1%
Algarve	1	1.1%
Beja	1	1.1%
Faro	41	43.2%
Gondifelos	1	1.1%
Lagoa	2	2.2%
Lisboa	8	8.4%
Loulé	7	7.4%
Madeira	1	1.1%
Olhão	7	7.4%
Portalegre	1	1.1%
Portimão	5	5.3%
Porto	4	4.2%
Povoa de Varzim	3	3.2%
Queluz	1	1.1%
São Bartolomeu de Messines	1	1.1%
São Brás de Alportel	1	1.1%
Tavira	3	3.2%
Vila do Conde	1	1.1%
Reino Unido	2	2.1%

Tabela 1 – Área de residência da amostra

1.1.5. Situação Profissional

A amostra de estudo apresenta, em relação à situação profissional, a maioria dos inquiridos deste estudo encontra-se empregado (67,4%). Dos oito entrevistados, a maioria encontra-se de igual forma empregada. A distribuição destas percentagens é ilustrada no gráfico que se segue:

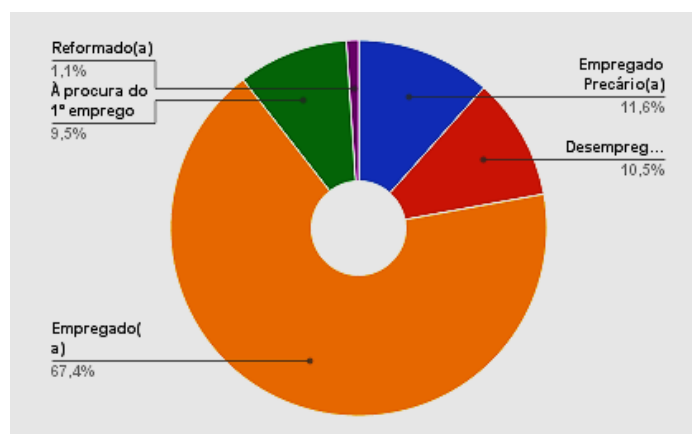


Gráfico 4 - Situação profissional da amostra

1.1.6. Grau académico

A maioria dos inquiridos não é atualmente estudante. O grau de escolaridade é descrito na tabela abaixo, com as respetivas frequências e percentagens, de acordo com o grau académico ou de escolaridade. De salientar, que a maior parte dos inquiridos possui habilitação superior, nomeadamente, licenciatura, pós-graduação, mestrado e doutoramento. Estes resultados vão ao encontro das habilitações dos oito entrevistados e podem significar que os inquiridos possuem à partida um maior conhecimento face às problemáticas emergentes da sociedade e mais informação para conhecer e desenvolver competências no que concerne à resolução os problemas. Também pode indiciar à partida, uma maior postura crítica e um maior nível de participação.

Estudante	n	%
Não	68	71.6%
Sim	15	15.8%
Trabalhador-estudante	12	12.6%

Grau de Escolaridade	n	%
Bacharelato	3	3.2%
Curso Profissional Nivel V	1	1.1%
Doutoramento	2	2.1%
Ensino Básico	2	2.1%
Ensino Secundário	27	28.4%
ndário c/ Formação Tecnológica	1	1.1%
Licenciatura	36	37.9%
Mestrado	12	12.6%
Pós-graduação	11	11.6%

Tabela 2 – Grau académico da amostra

A distribuição das percentagens de acordo com o grau de escolaridade é ilustrada no gráfico que se segue:

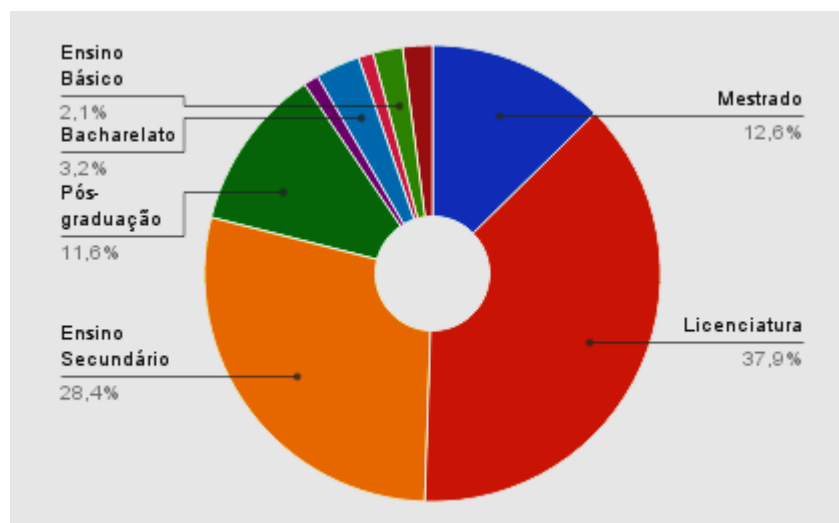


Gráfico 5 - Grau académico da amostra

1.2. Caracterização do tipo de utilização

1.2.1. Frequência de utilização de Internet

Cerca de 43% da amostra inquirida usa a Internet diariamente por 5 ou mais horas. O gráfico que se segue apresenta as respetivas percentagens de acordo com classe representativa do número de horas de utilização. Estes resultados contrariam a ideia de que apenas os mais jovens utilizam a Internet. Se tivermos em conta as idades anteriormente apresentadas verificámos que a utilização da Internet é transversal a estas.

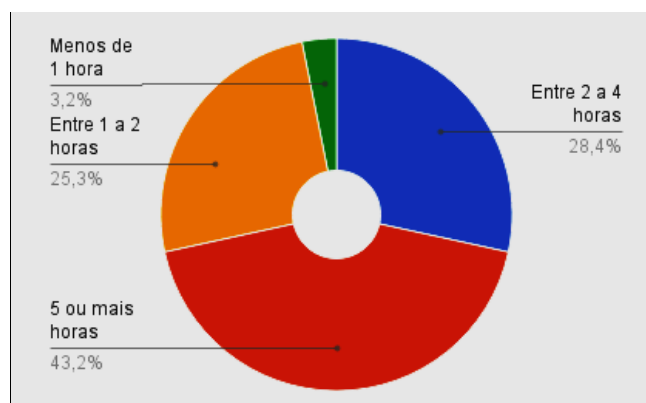


Gráfico 6 - Frequência de utilização de Internet por parte dos inquirido/as

1.2.2. Atividade online

As principais atividades exercidas *online* pelos inquiridos são: a leitura, escrita ou troca de emails (66,3%); atividades profissionais (61,1%) e as conversas com amigos e conhecidos (53,7%). O gráfico abaixo ilustra a distribuição das percentagens de acordo com todas as classes de atividade verificando-se que esta atividade é utilizada mais para fins recreativos do que, por exemplo, participar em grupos de discussão e/ou em movimentos sociais:

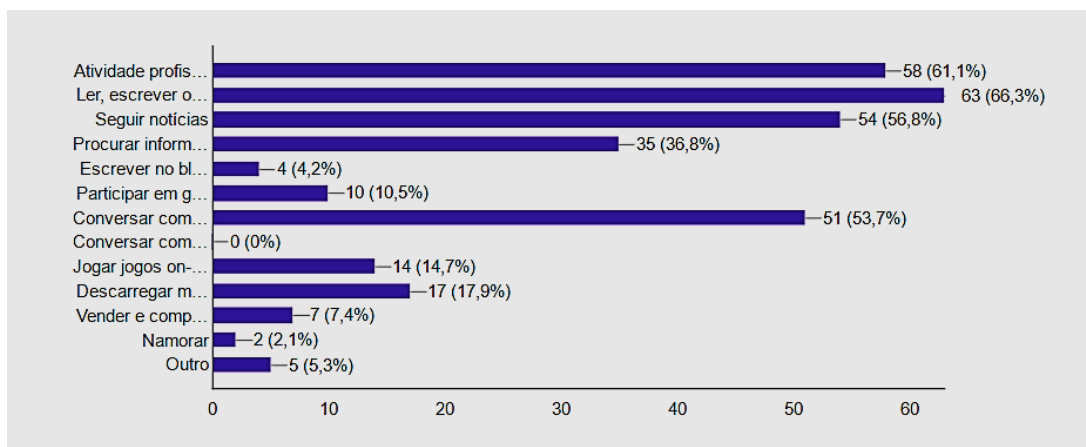


Gráfico 7 - Atividade *online* dos inquirido/as

1.2.3. Facebook e número de amigos

A maioria dos inquiridos apresenta mais de 200 amigos na rede social Facebook (62,1%) Este facto demonstra, à partida que, a rede social proporciona novas formas de sociabilidade e de “autocomunicação” (Cf. Castells, 2015) em massa, partilhando informações, opiniões, debates a uma escala global. O gráfico abaixo ilustra a distribuição das percentagens de acordo com as classes de número de amigos na rede social Facebook.

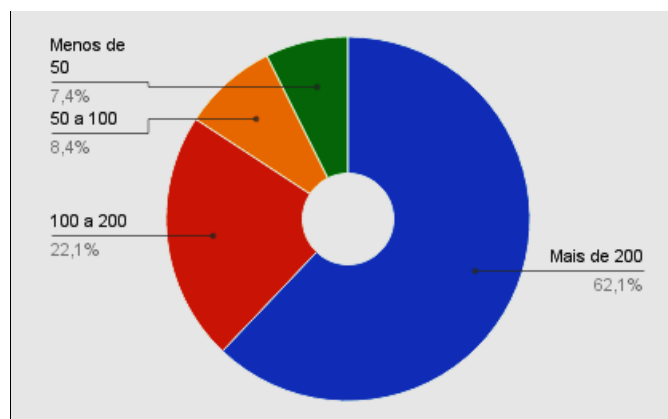


Gráfico 8 - Número de amigos no Facebook dos inquiridos/as

1.2.4. Outras Redes sociais

A atividade (*vide* gráfico 7) a situação profissional da amostra também se reflete na opção de redes sociais paralelas ao Facebook, como é o caso da rede social profissional LinkedIn³⁶ (40%) Estes resultados demonstram alguma preocupação profissional por parte dos inquiridos/as e está de acordo com a conjuntura económica e social, nomeadamente, o emprego/desemprego. No entanto, se observarmos o gráfico 7, verificámos que no conjunto das atividades *online* e outras redes sociais, a utilização é efetivamente para fins recreativos. O gráfico abaixo ilustra a distribuição de acordo com outras redes sociais alternativas ao Facebook:

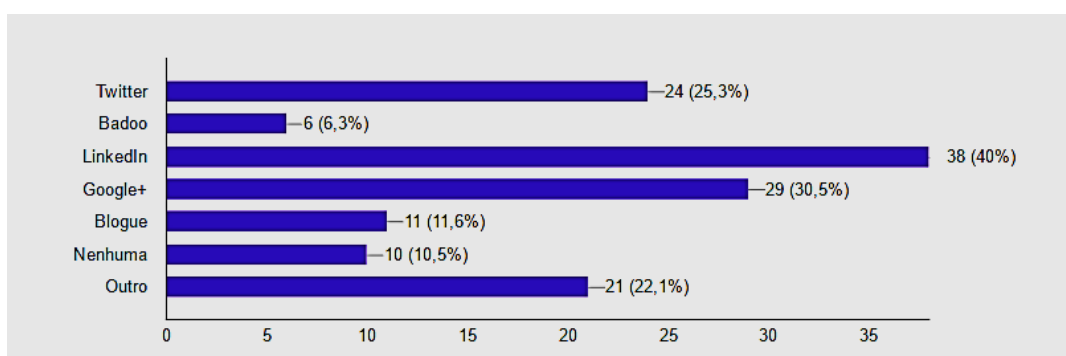


Gráfico 9 - Outras redes sociais utilizadas pelos inquiridos/as

1.3. Identificação de Movimentos Sociais Digitais (MSD)

Para efeitos da definição da variável, o reconhecimento dos movimentos sociais digitais, questionou-se diretamente aos participantes se reconheciam um MSD.

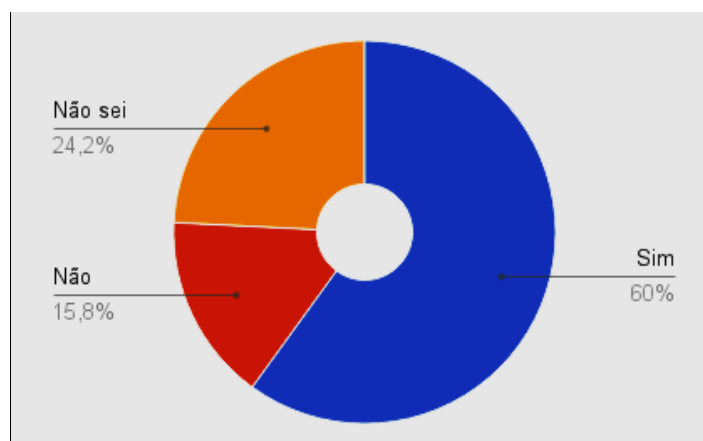


Gráfico 10 - Reconhecimento de MSD por parte dos inquiridos/as

³⁶ LinkedIn – é a maior rede profissional do mundo, com mais de 433 milhões de utilizadores em 200 países e territórios.

Cerca de 16% dos indivíduos amostrados não reconhece o que são MSD e cerca de 24% não sabe. Há, no entanto, 60% de respostas compatíveis com o reconhecimento destes movimentos. Da mesma forma, dado as respostas por parte dos entrevistados, estes reconhecem que os grupos sociais presentes no Facebook se podem considerar como movimentos sociais digitais.

1.3.1. Identificação de origens e características

1.3.1.1. Opinião e propósito dos MSD

No gráfico seguinte verificámos que cerca de 54% dos inquiridos consideram que movimentos abordam problemas que afetam o conjunto da sociedade, mais uma vez reflete uma preocupação com o contexto político e social que se vive em determinado momento.

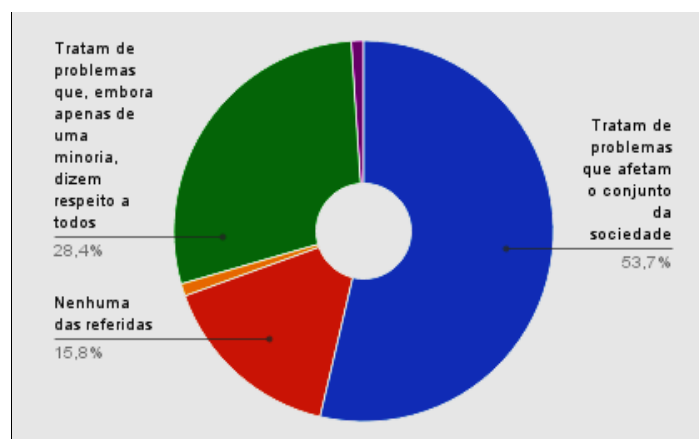


Gráfico 11 - Propósito dos MSD por parte dos inquiridos/as

1.3.1.2. Tendências políticas e relação com MSD

Sobre a inspiração política dos MSD, 56,7% dos inquiridos/as acreditam na neutralidade dos MSD quanto à política. Este facto, vai ao encontro do referido por parte dos entrevistados no que respeita a serem apatidários e/ou neutros ou não terem ligações a partidos políticos.

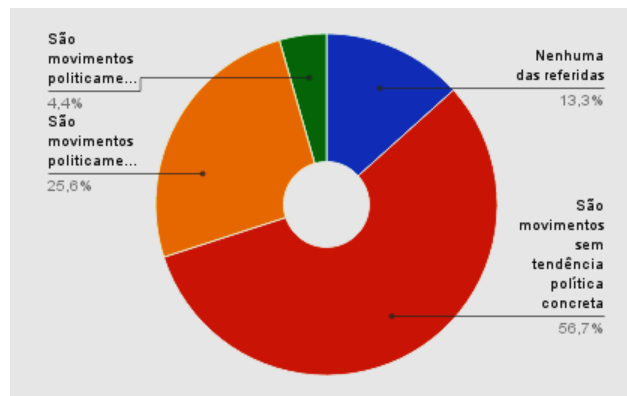


Gráfico 12 – Tendência política dos movimentos

1.3.1.3. Constituição de um movimento social digital

Dada a organização horizontal e informal com os quais os MSD se identificam e observando o gráfico seguinte constatámos que cerca de 38% dos inquiridos concorda com a existência de líderes, mas apenas alguém que trate da organização. Neste sentido, a existência de um “líder” dentro de um movimento pode se resumir a assumir um papel secundário (Cf. Florencio, 1993) no sentido de orientar ações e/ou estabelecer contatos com os agentes externos ao movimento. Estes resultados estão em concordância com a maioria das respostas dos entrevistados.

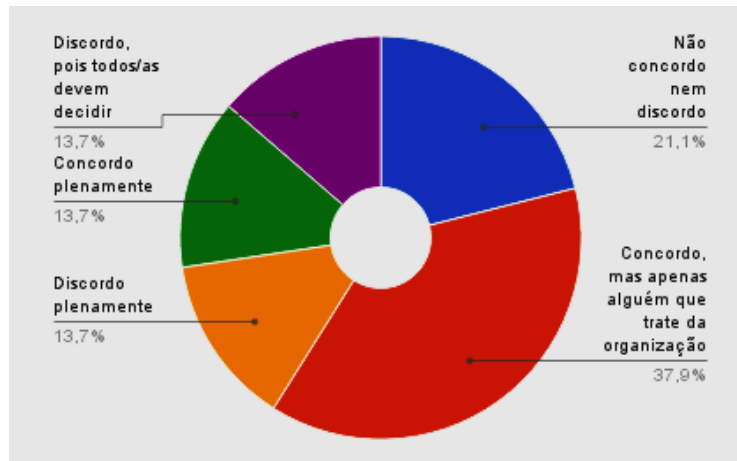


Gráfico 13 - Existência de líderes no MSD

1.3.1.4. Opinião sobre o número de MSD

A maior expressão sobre a opinião acerca do número de MSD na Internet corresponde a 43,2% dos inquiridos/as que considera existir poucos movimentos do género na Internet. Ao contrário do verificado através das respostas dos entrevistados, estes consideram não se importarem que haja um número considerável de MSD na

Internet, pois consideram que é sinónimo de diversidade e acima de tudo de pluralidade de interesses.

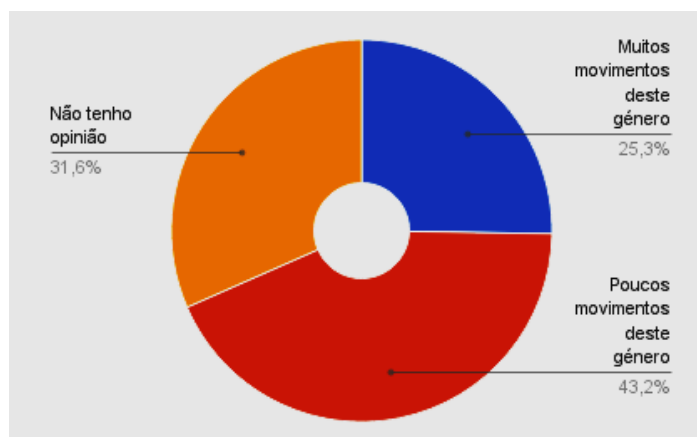


Gráfico 14 - A opinião acerca do número de MSD na Internet

1.3.1.5. Principais objetivos e principais características dos MSD

1.3.1.5.1. Objetivos dos MSD

Dos objetivos apresentados aos inquiridos, os que revelam maior expressão são: influenciar a opinião pública como ferramenta para alcançar os seus objetivos com 51,6%; promover mudanças na sociedade com 48,4%; dar voz aos cidadãos que estão descontentes com 43,2% e pressionar o sistema político através de diferentes formas de protesto com 41,1%.

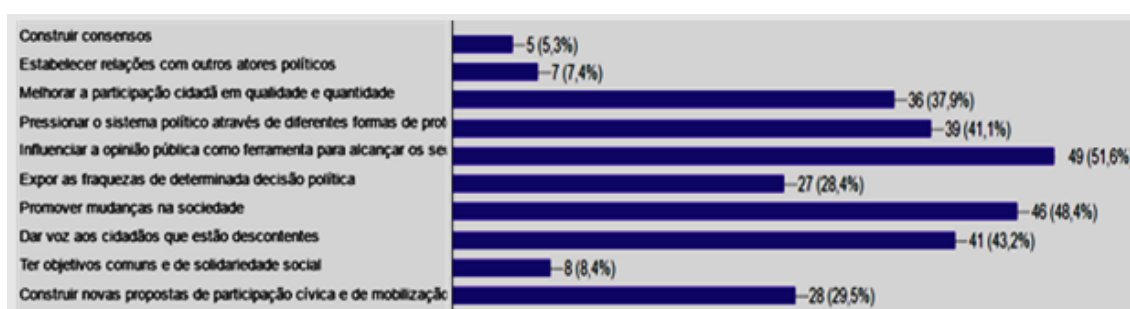


Gráfico 15 – Objetivos dos MSD

Mediante estes resultados, consideramos que estas constituem-se como forças matrizes que exigem vontade de mudança. Podem significar, concomitantemente, que estes objetivos servem para pressionar, influenciar e promover forças para direcionar algo ou alguém. Neste contexto, dos objetivos enunciados correspondem àqueles referidos pelos entrevistados. De um modo geral, é uma demonstração de poder que os MSD podem manifestar.

1.3.1.5.2. Caraterísticas dos MSD

Relativamente às caraterísticas expostas aos inquiridos, ter uma postura crítica em relação às instituições públicas apresenta a maior expressividade com 46,3%. As caraterísticas como: a utilização das TIC com 37,9%; uma nova forma de fazer política para lá dos partidos políticos com 32,6% e possuir uma identidade coletiva com 31,6% são as caraterísticas que mais identificam num MSD. De um modo geral, estes resultados podem representar a habilitação superior dos inquiridos, sinónimo de um maior conhecimento, postura e reflexão crítica. Ao mesmo tempo, estes resultados correspondem ao teorizado (Cf. Tarrow, 1997; Bringel & Domingues, 2015; Alonso, 2009 e Castells, 2015). Da mesma forma, estas caraterísticas também são enunciadas pelos entrevistados.

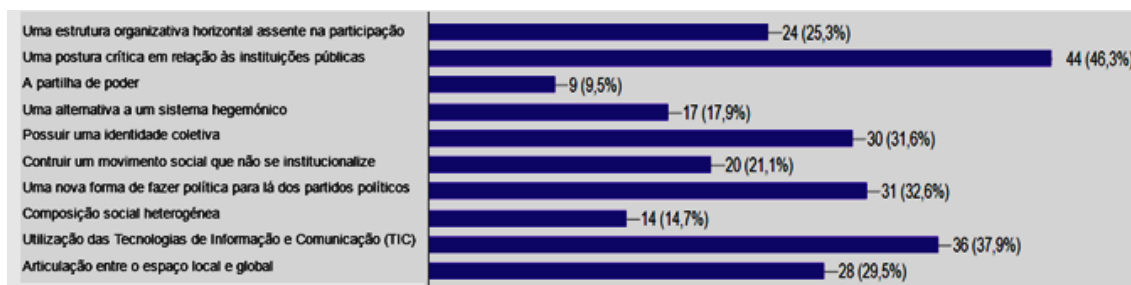


Gráfico 16 – Caraterísticas dos MSD

1.3.1.6. Continuidade no tempo

Da continuidade e duração dos MSD, 60% dos inquiridos considera que os MSD são muito efémeros. Esta constatação pode representar a intensidade das ações dos movimentos e, respetivos picos de mobilização indo ao encontro do já teorizado a este respeito (Cf. Zubero, 1996) e ao encontro do descrito pelos entrevistados.

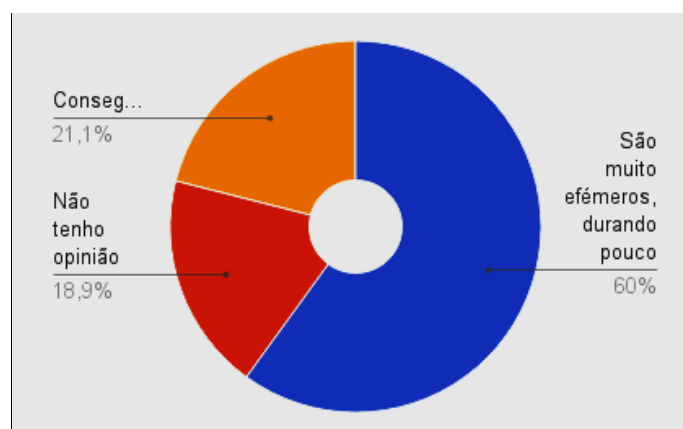


Gráfico 17 – Continuidade no tempo

1.3.1.7. Conversão para um partido político

Relativamente à conversão para um partido político por parte destes movimentos, 46,3% dos inquiridos considera que os MSD não acabarão por se converter num partido político. Mais uma vez se constata a neutralidade por parte dos inquiridos e dos entrevistados em relação à política.

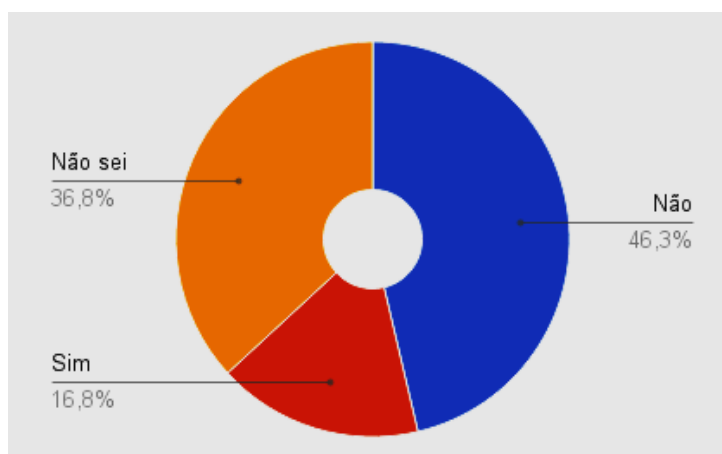


Gráfico 18 – Conversão para um partido político

1.3.2. Estratégias que os MSD devem utilizar nas lutas que defendem

Das estratégias que os MSD devem utilizar nas suas ações, 76,8% dos inquiridos indicam as petições *online* como forma de reivindicação. Este resultado pode representar uma certa racionalidade e para reivindicar os inquiridos preferem fazê-lo através de uma forma pacífica e organizada ao invés de boicotes e/ou invasões. Atente-se ao valor da percentagem de 0% quanto ao uso da violência. por outro lado, poderá estar relacionado com o grau de habilitação superior dos inquiridos, ou por outro lado, poderá indicar um certo grau de conformismo e/ou ativismo de sofá, pois, para participar nestas ações basta o “poder do clique”. No entanto, quanto às manifestações públicas, existe alguma representatividade com 70,5% dos inquiridos a indicar esta estratégia. Esta última, poderá estar associada ao facto de, num passado recente ter-se realizado manifestações públicas com escala a nível nacional, das quais poderão considerar que através destas poderão ter voz ativa em questões pelos quais os MSD reivindicam e pelos quais se identificaram.

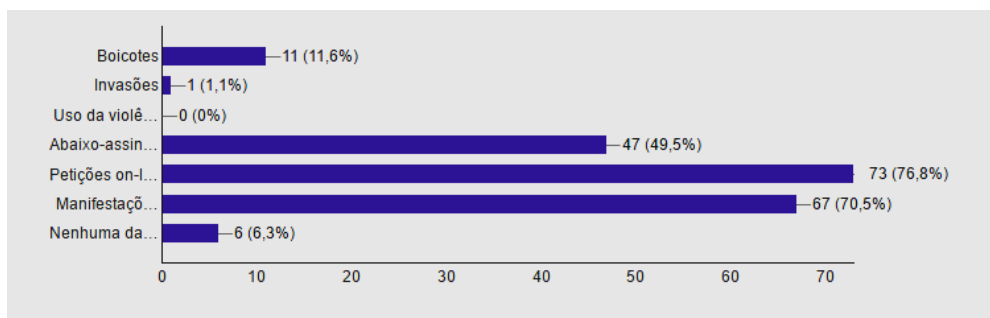


Gráfico 19 – Estratégias utilizadas pelos MSD

1.3.3. MSD e a mobilização social e a comunicação social

Para a avaliação do uso estratégico da comunicação social e a influência destes na ação dos movimentos 81,1% dos inquiridos considera o uso estratégico da comunicação social para a cobertura das ações coletivas destes movimentos influencia a opinião pública. Esta expressão vai ao encontro do teorizado (Cf. Tarrow, 1997; Pereira, 2011 e Felice, 2015) e das respostas dos entrevistados, no que concerne, ao recurso dos meios de comunicação tradicionais para dar cobertura às ações dos MSD. Para além disso, a comunicação social é uma forma de dar visibilidade e reconhecimento aos MSD para além de potenciar o seu desenvolvimento. No entanto, é de salientar, que estes meios nem sempre estão dispostos a dar essa cobertura a não ser que estes MSD organizem ações com algum grau de espetacularidade (Cf. Tarrow, 1997).

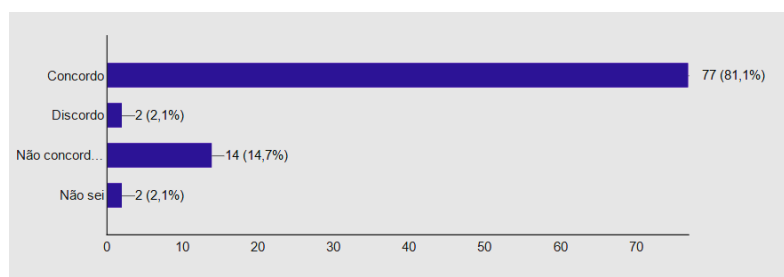


Gráfico 20 – Uso estratégico da comunicação social

1.3.4. Participação política e participação social

Observando o gráfico 21 verificámos que, onde se requer uma exigência de proatividade por parte dos cidadãos há uma tendência para o nunca ter considerado ou ter pensado em o fazer. Constata-se a proeminência da ação “recolher assinaturas ou assinar petições” vai ao encontro do exposto no gráfico 19. Podemos concluir que estes resultados refletem a cultura portuguesa quanto à participação no que respeita à passividade e ativismo de sofá.

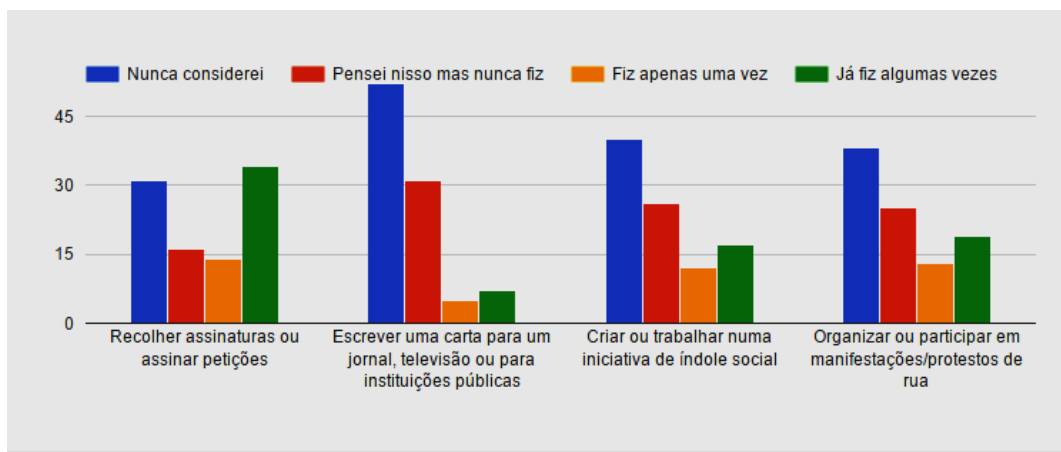


Gráfico 21 – Participação dos inquiridos/as para influenciar as políticas públicas

1.3.4.1. Participação política

Relativamente à participação política, quer nas presidenciais de 2016, quer nas legislativas de 2015, observámos através dos resultados (gráficos 22 e 23), a existência de um comportamento proativo expressivo por parte dos inquiridos no que respeita à participação política contrariando os resultados representados nos gráficos 19 e 21.

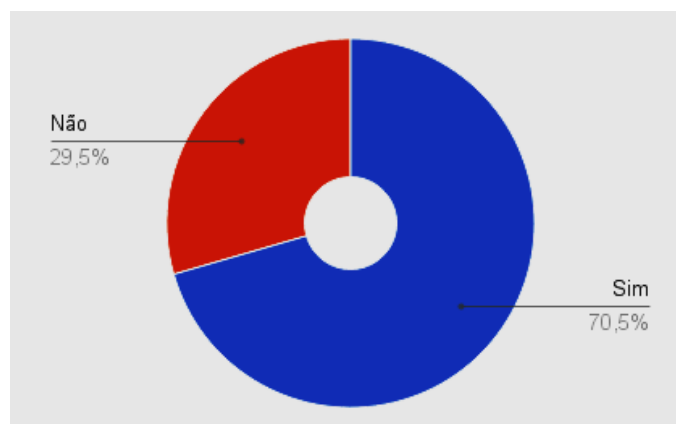


Gráfico 22 – Participação nas eleições presidenciais 2016

Depreende-se que através deste mecanismo (que é o ato de votar) existe uma preocupação por parte dos inquiridos quanto à escolha dos seus representantes políticos (70,5%). No entanto, a democracia só se consolida, quando há uma participação efetiva por parte dos cidadãos. Por outras, palavras, participar não só através do voto, mas também através da participação social, no que respeita fazer valer os seus direitos e cumprir os seus deveres (Cf. Felice, 2015). Neste sentido, exigir a transparência dos processos democrático, contestar as políticas públicas adotadas e/ou participar através do modelo de democracia direta tão defendida pelos entrevistados e pelos MSD.

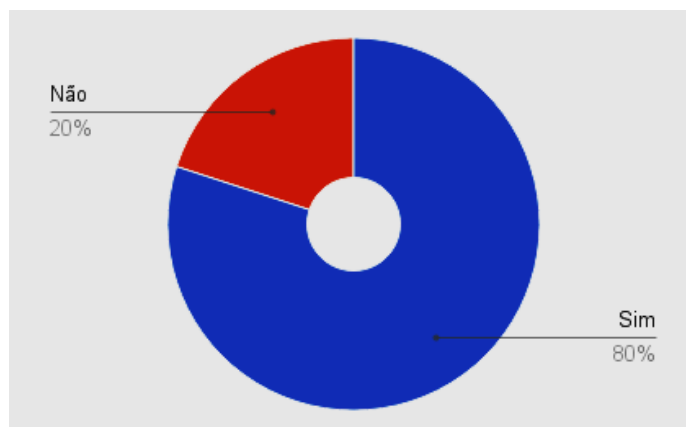


Gráfico 23 - Participação nas eleições legislativas 2015

No gráfico seguinte, observámos que 85,3% dos inquiridos não são militantes de um partido político. Este resultado pode representar que os inquiridos não são politizados, mas também que não se interessam e/ou se identificam com o modelo e forma de funcionamento dos partidos políticos atuais.

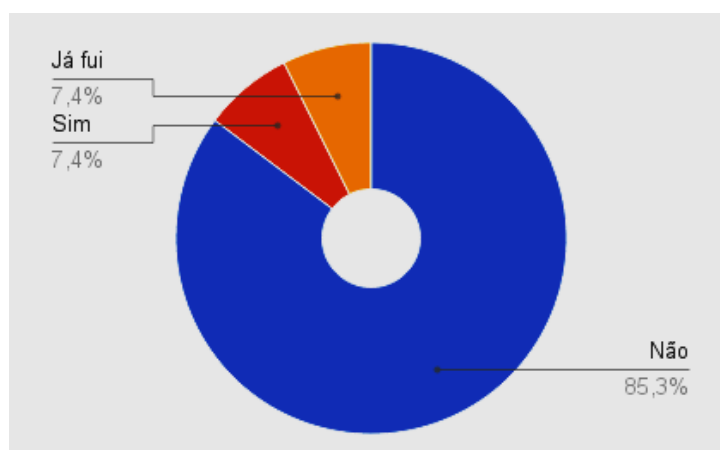


Gráfico 24 – Militância num partido político

1.3.4.2. Participação social e cívica

No que respeita à participação em alguma associação cívica e/ou social e à semelhança do exposto no gráfico anterior, observámos que 64,2% dos inquiridos não faz parte de nenhuma associação. Este facto, pode representar por um lado, que os inquiridos não se interessam pelo associativismo ou que as associações não direcionam as suas ações aos interesses dos inquiridos. Da mesma forma, pode significar a ausência do papel de promotor para a participação por parte das associações.

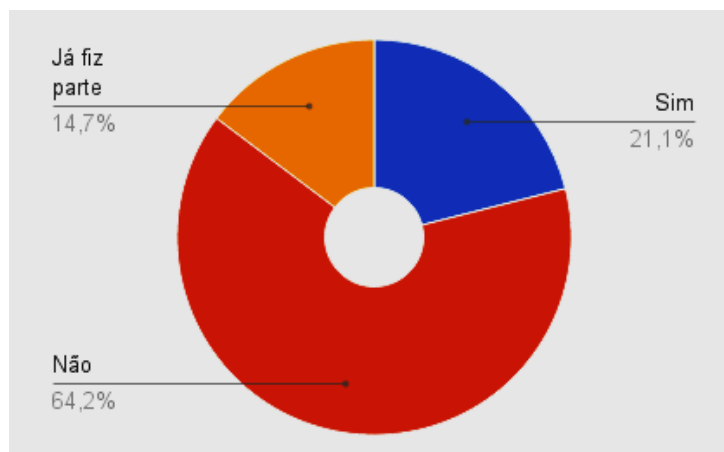


Gráfico 25 – Participação em associações

1.3.4.3. Papel dos seguidores dos MSD

Relativamente ao papel dos seguidores em determinado MSD, 78,6% dos inquiridos são seguidores mas que não participam em eventos e/ou iniciativas dos MSD. Refletindo sobre o exposto nos gráficos 19 e 21 e perante os resultados observados no gráfico seguinte existe uma consonância com o ativismo de sofá, ou por outras palavras, o papel passivo dos inquiridos quanto à participação.

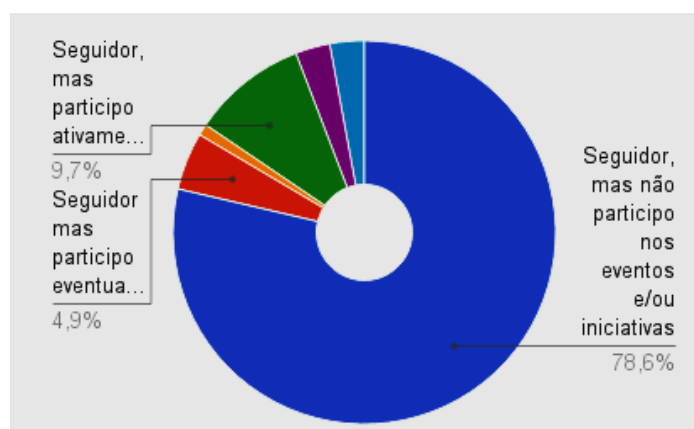


Gráfico 26 – Papel dos seguidores dos MSD

1.3.4.4. Motivos para seguir um MSD

No que concerne aos motivos que levaram os inquiridos a serem seguidores de um movimento social no Facebook 45,3% dos inquiridos considera que seguem determinado MSD para se manter atualizado em assuntos que consideram importantes do que propriamente para participar.

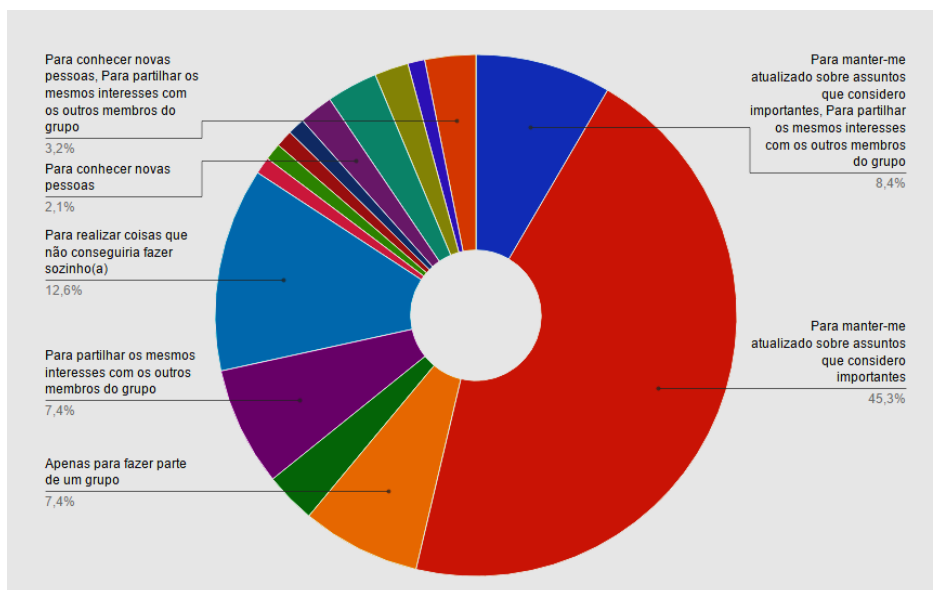


Gráfico 27 – Motivos para seguir um MSD

Considerando o gráfico seguinte relativamente à opinião dos inquiridos quanto à falta de participação dos cidadãos nos MSD, 35,8% dos inquiridos considera haver falta de interesse em participar em grupos ou organizações. No entanto, constata-se a dispersão de opiniões dos inquiridos quanto à participação sendo os mais expressivos relativos há falta de tempo para participar em grupos ou organizações com 12,6%; muitas pessoas não encontram grupos com os quais se identificam igualmente com 12,6%. De notar que apenas uma minoria dos inquiridos indica que não há mais participação devido às dificuldades em utilizar as TIC e/ou não têm acesso à Internet.

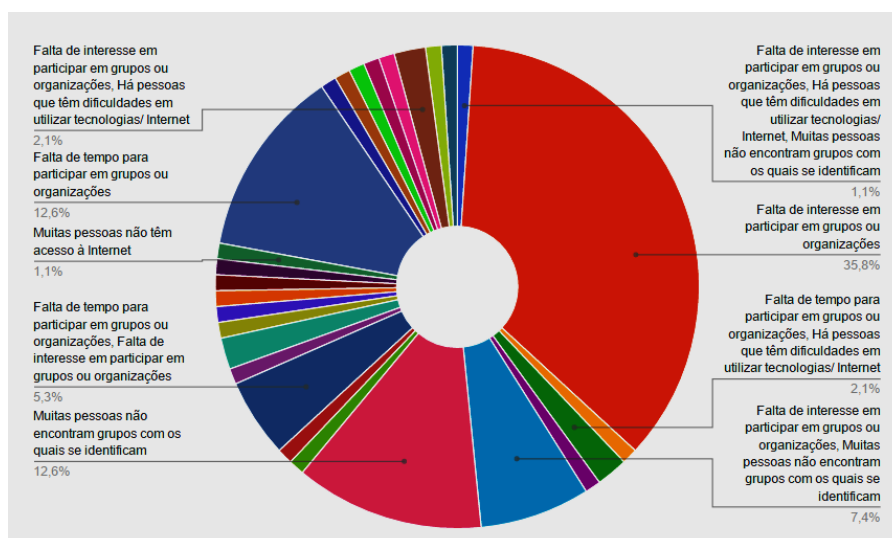


Gráfico 28 - Opinião dos inquiridos quanto à falta de participação

Análise dos resultados das entrevistas

Dos oito entrevistados apenas dois são do género feminino. Seis dos entrevistados têm habilitação superior em diversas áreas, e dois têm o ensino secundário. As suas idades estão compreendidas entre os 28 e os 46 anos. A maior parte dos entrevistados encontra-se empregado e são todos de nacionalidade portuguesa com áreas de residência em Faro, Loulé, Lisboa e Irlanda. Os entrevistados fazem parte dos oito movimentos analisados como administradores e/ou representantes dos mesmos. Foram analisados movimentos de âmbito regional e nacional, sendo que, na página de Facebook foram criados como: comunidades, grupos públicos, associações, organização sem fins lucrativos e organização política. O número de seguidores destes movimentos vai desde os 333 e os 60 mil seguidores. As problemáticas são transversais, nomeadamente, desde a luta contra a corrupção, luta contra a precariedade e exploração laboral e luta contra a prospeção de petróleo. Os objetivos passam por apelos para debater a situação do país, à mobilização contra as políticas públicas adotadas e pelo aprofundamento da democracia através da construção de uma sociedade universalmente livre, justa, consciente, crítica e solidária por parte dos cidadãos.

Antes de mais, foi pertinente aferir a experiência anterior dos entrevistados/as relativamente à participação em movimentos sociais. **R1**, **R2**, **R3**, **R4**, não tinham experiência anterior quanto à participação em outras organizações, mas **R5** tinha na Quercus, **R6** no PCP, **R7** na MATA e **R8** no SOS Fascismo. **R6** refere “(...) as pessoas que fazem parte destes movimentos já fazem parte de outros movimentos também. O contacto com outros movimentos é inevitável porque tu fazes parte de vários. Não conheço ninguém que só faça parte de uma coisa (...) vais construindo uma rede de contactos”. A este respeito, quanto às relações dos entrevistados/as anteriores ao movimento, alguns dos entrevistados já conheciam alguns membros através das redes sociais.

Quanto à tendência ideológica dos entrevistados/as, todos os entrevistados assumem ter tendência política ideológica de esquerda, com exceção de **R2**, que se considera neutro, e **R4** que não faz ideia qual a sua tendência. Dos movimentos entrevistados, aferiu-se que, são movimentos “antissistema” e que criticam o sistema político partidário, não querendo ligações com o mesmo. Neste contexto, e tendo em conta a possibilidade de se converterem num partido político à semelhança do

PODEMOS em Espanha, com o apoio da população, **R1** refere que em Espanha existe mobilização, coragem e participação com base nas assembleias populares. Os restantes entrevistados referem não ser esse o interesse por parte dos seus movimentos, assumidamente apartidários. De salientar, que dos oito entrevistados, apenas dois se converteram em associações indicando um nível de institucionalização reduzido. Este facto contraria a tese de Touraine (1989), Tarrow (1997) e de Estanque (2012) quanto à institucionalização e cooptação destes movimentos por outras já existentes.

R1 – “Isso era um ... aqui houve um grande entrave. Não é um entrave é um pouco da mentalidade portuguesa (...)”. “O PODEMOS em Espanha o que é que fez? Eles aproveitaram-se um bocado da ideia que foi criada e ainda bem que o fizeram, e falando bom português tiveram os tomates que não houve cá em Portugal”.

R2 – “Não, não. (...) há pessoas que falam nisso, mas nunca foi o nosso objetivo. (...) Dentro da associação há pessoas que são de todos os quadrantes políticos de esquerda ou de direita, e depois nós achamos que aquilo por que estamos a lutar é uma coisa de ação cívica, precisa de alguma pressão dos cidadãos sobre os partidos políticos”.

R3 – “Não, de maneira nenhuma. Essa é uma questão interessante. (...). A razão é muito simples. Os partidos políticos tornaram-se organizações muito hierarquizadas, controladas e com interesses que estão em jogo”.

R5 – “(...) isso até seria impossível porque somos associações nunca poderiam fazer isso nem temos ambição. São completamente apartidários e a maioria pertence a associações ambientalistas nunca iria por esse caminho”.

R8 – “Não. A associação tem como finalidade ser uma associação, ou seja, nós não somos nem de esquerda nem de direita (...)”.

Gohn (2011) refere que, os MS da atualidade, para além de atuarem nas redes sociais através das novas tecnologias de informação e comunicação, apresentam como ideais a construção de uma sociedade democrática. “Há neles uma resignificação dos ideais clássicos como a igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é resignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania” (Gohn, 2011, p. 336). (Cf. Touraine, 1989; Florencio, 1993; Fanti & Feijó, 2012; Raschke, 1994 e Melucci, 1989). Relativamente à opinião dos entrevistados/as sobre se os grupos sociais no Facebook se podem considerar

movimentos sociais digitais, apenas **R4** não considera que se trata de um MS, referindo que um MS engloba uma linha de ação conjunta. Esta linha de ação vai ao encontro do que defende **R3**, **R6**, **R7** e **R8**. Um MS é um conjunto de movimentos onde se pressupõe um plano de ação, de organização, e de mobilização, seja através das redes sociais, seja nas ruas.

R1 – “(...) a meu ver acho que faz todo o sentido ser considerado um movimento social. (...). Um movimento social são as pessoas, não são os livros, não é o que se escreve nos livros”.

R2 – “Nós somos uma associação cívica e a direção concordaria que nós somos e queremos ser um movimento social”.

R3 – “Resumindo, é claramente um movimento social”.

R4 – “Não. Um MS engloba mais coisas, engloba mais pessoas, engloba um plano (...) um movimento não é um grupo em si. Um movimento é uma ação de vários grupos numa determinada altura e isso sim é o que causa o movimento (...)”.

R7 – “Penso que sim. (...) não existem só na Internet também tem uma estrutura física que convoca ações de rua, que tem contactos com as pessoas, reuniões abertas (...)”

R8 – “Não considero a associação um movimento social, mas sim, que faz parte de um movimento social, que está a acontecer por todo o lado, que é as pessoas organizarem-se, arregaçarem as mangas e começarem a resolver os seus problemas com as suas próprias mãos”.

Conforme vimos no enquadramento teórico, os MSD surgem nas redes sociais, particularmente, no Facebook de forma espontânea e informal, quase como um acaso ou de forma circunstancial (**R4** e **R5**). Outros casos como o **R1** refere explicitamente que o Facebook foi uma resposta essencial e eficaz para demonstrar o descontentamento sentido por um grupo de amigos com vontade de provocar mudanças. Houve também, no caso de **R6**, a criação de um movimento que partiu da necessidade de representatividade de uma classe e outros como **R7** e **R8** surgem a partir do ativismo cívico após a organização de alguma forma de manifesto **R7** e **R8**.

R1 – “Surgiu da vontade de uns amigos que queriam mudar alguma coisa. Havia muito descontentamento em 2011 por causa do Sócrates, da crise”. “Foi em 12 de março de 2011. (...). Foi uma plataforma extremamente essencial”.

R4 – “Foi mesmo por acaso. A ideia quando surgiu originalmente era outra”.

R5 – “Surgiu num momento em que várias associações se juntaram para fazer aqui uma plantação aqui na zona do Fórum Algarve. (...) nós estávamos preocupados com aquilo que estavam a anunciar para Portugal e aqui também, no Algarve. (...) foi esse o ponto de partida de forma espontânea num contexto que não tinha nada a ver com o tema. (...).

R6 – “Na altura considerou-se que não havia uma organização de desempregados, não houve e não há uma organização em nome dos desempregados (...)

R7 – “Na preparação do 1º maio, uma parada dos PI em 2007, penso eu. Pouco tempo depois disso os PI começaram como um movimento informal e depois há cerca de quatro anos tornou-se uma associação que mudou o nome para Associação de Combate à Precariedade dos Precários Inflexíveis”.

R8 – “A associação aparece na sequência do protesto do Geração à Rasca (GR), portanto, as pessoas que fundaram a associação são as mesmas que organizaram o protesto do GR em 2011”.

Para Medeiros (2006) na maioria dos casos, movimentos, organizações e sindicatos dispõem de uma página na Web. No entanto, refere, “a apropriação que se faz deste espaço é muito dependente dos conteúdos, do tipo de comunicação e da dinâmica que pode ser ou não visível nessas páginas” (Medeiros, 2006, p. 91). Quanto à existência anterior noutras plataformas, a maioria surge na rede social Facebook com exceção de **R2**, **R3**, **R4** e **R7** que, já existiam em blogues. A existência em blogues não tem a mesma visibilidade que o Facebook, isto porque, em comparação, o Facebook é mais dinâmico porque é constituído por um *feed* de notícias que está sempre a ser atualizado.

R2 – “Temos um site, tínhamos um blogue (...). Mas o Facebook é a nossa principal plataforma.

R4 – “Nós temos página, temos um grupo, temos um blogue e temos um canal de vídeo”.

R6 – “Só no Facebook”.

R8 – “Começamos pelo Facebook, na mesma altura que foi criado o blogue”.

Quanto ao mecanismo alternativo de comunicação interna, utilizam a mensagem privada do Facebook, correio eletrónico ou outro. A maioria dos entrevistados utiliza a rede social Facebook através de mensagens privadas ou de grupos fechados. Tal, revela

que, existe comunicação horizontal, tanto a nível interno, como a nível externo através da página do Facebook. Por outro lado, revela também que existem assuntos que não são discutidos publicamente, mas apenas entre os membros. Posteriormente, os conteúdos são partilhados para o público em geral. Neste sentido, e tal como refere Castells (ponto 1.3) a autonomia na comunicação interativa entre redes horizontais são difíceis de controlar.

R3 – “Só com recurso às redes sociais, blogue, Facebook”.

R5 – “Contactamos por telefone, e-mail, no Facebook criamos também um grupo (...)”

R6 – “Essencialmente por mensagem privada do Facebook”.

R7 – “Mailing List”.

R8 – “Utilizamos mensagem privada do Facebook, o e-mail. Em trabalho colaborativo utilizamos uma plataforma on-line e temos grupos fechados no Facebook”.

Quanto ao funcionamento, excetuando **R6**, os restantes entrevistados revelam abertura na forma como lidam uns com os outros. **R7** tem horário de atendimento à população. Já para **R4** a forma de interação assenta numa relação inconveniente. Há também **R8** que refere que o movimento se baseia nos valores que defendem, como a confiança, a transparência e a honestidade que facilitam um entendimento harmonioso. Por outro lado, **R6** revela que a falta de consenso relativo aos procedimentos e rumos do movimento levou ao conflito e divergências internas que culminou na extinção do movimento.

Castells (2015) deixa uma reflexão sobre este novo espaço que permite uma interação com a sociedade em geral “é que este novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autónoma. No entender do autor “. . . a autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e ao possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação” (Castells, 2015, p. 32).

R4 – “A nossa forma, a nossa forma é mais uma de ... lá está, comédia social, jornal pirata, somos a rádio pirata”.

R6 – “(...) tem a ver com a dinâmica interna do movimento. (...). Na altura houve de facto atritos entre as pessoas dentro do movimento (...) houve divergências, houve discussões, houve problemas (...) por isso é que o MSE parou a atividade, ou seja, começaram a surgir fricções internas, algumas políticas, outras nem por isso (...)”

R7 – “O funcionamento é através de reuniões abertas e a direção trata mais das questões funcionais e práticas. (...). Estamos às segundas-feiras com horário de atendimento para as pessoas que tiverem dúvidas. (...) a associação existe em Lisboa e no Porto”.

R8 – “(...) uma das coisas que fazemos na nossa associação é a confiança, a transparência, a honestidade, são valores que nós acreditamos que é difícil de viver sem eles e, portanto, é impossível também trabalhar sem eles”.

Relativamente à organização, existe uma dinâmica de reuniões presenciais. Na maioria dos movimentos os entrevistados referem que são realizadas reuniões com alguma regularidade. Os movimentos que se converteram em associações fazem-no mensalmente porque existe uma direção. É um ponto pertinente, pois é durante estas reuniões que se decidem os motivos e as problemáticas que se irão transpor para a ação coletiva.

R2 – “A nível interno, tentamos fazer reuniões pelo menos mensais, reuniões de direção e depois de acordo com os projetos que existam (...)”

R4 – “Não, nós falamos, nós estamos sempre em contacto diariamente”.

R6 – “Na altura, por Skype, Chat do Facebook com alguma regularidade. (...) A ideia de reuniões regulares quando há pessoas sentadas à volta da mesa e quando há um núcleo no Porto e outro em Lisboa não é muito fácil”.

R8 – “São regulares. Fazemos reuniões gerais talvez uma vez por mês mais ou menos e depois fazemos reuniões de trabalho conforme as necessidades”.

Os motivos, lutas e causas que transparecem nos MSD analisados são diversos: debater, apresentar soluções, propostas, partilhar informação sobre as problemáticas que se vive num dado momento e exigir melhores condições de trabalho, de vida, social, entre outros. Sobre este ponto Gohn (2011) refere que historicamente os MS têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade através de práticas de pressão/mobilização. Para além do ideário democrático, em que os cidadãos possam ter uma voz mais ativa e uma participação mais direta na democracia, a autora indica: “Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos” (p. 336). Desta forma, as problemáticas pelas quais os movimentos dos

entrevistados reivindicam, além das já enunciadas anteriormente, passa pela luta contra a precariedade do trabalho (recibos verdes e estágios não remunerados), pela oportunidade de debater assuntos, apresentar propostas e soluções, por outras palavras, ter voz ativa nos processos de decisão que influenciam a vida dos cidadãos.

R1 – “A precariedade no trabalho, os estágios não remunerados, de terem a trabalhar a recibos verdes, de receberem pouco e ainda tinham que estar a pagar sobre os recibos verdes (...)”. É o poderes debater, é o poderes saber o que é que se passa, o que é que não se passa. O que é que se pode... que soluções, objetivos, o máximo de soluções (...) tentar apresentar propostas que é o não é feito hoje em dia”.

R4 – “(...) servir como acendalha através da informação (...) para vir alguém para fazer um PODEMOS ou outra coisa qualquer em Portugal (...)”.

R8 – “(...) pensaram na associação tanto quanto sei, porque se aperceberam que apesar de ter havido imensa gente a sair para a rua e exigir melhores condições laborais, de vida, de emprego, etc., pouco ou nada mudou, na altura, na orientação das políticas, pelo contrário, as coisas foram piorando”.

Das entrevistas realizadas depreende-se a existência de relações horizontais entre os movimentos e os seus membros, o que segundo Pereira (2012) designa de “práticas democráticas”. Esta cultura democrática permite uma partilha de poder e igualdade entre todos os atores sociais que interagem com o movimento social digital. Para além disso, o facto de não haver hierarquias neste tipo de movimentos, revela *per se* a inexistência de práticas verticalizadas.

R3 – “(...) as relações são sempre mais horizontais onde não há uma hierarquia, isso é claro, não é. Muitas vezes há o *just in time*... (...) não quer dizer que de um momento para outro não haja a perceção de uma injustiça por parte de uma pessoa e que mereça intervenção e mostra isso nas redes sociais para mobilizar pessoas para ir para a rua. (...). Tal como eles apareceram são de facto espontâneos (...) há movimentos que perduram mais no tempo e outros não (...) é algo do contexto que se passa nesse momento”.

R7 – “A relação é horizontal”.

Relativamente à composição dos movimentos é composta maioritariamente por voluntários e conforme a disponibilidade de cada um deles. Há, no entanto, imprevisibilidade no número de pessoas que se envolvem diretamente na organização

das iniciativas dos movimentos, caso de **R4**, **R5**, **R7** e **R8**. Todos estes movimentos referem a presença aleatória dos membros nas suas reuniões.

R2 – “(...) estou aqui numa lógica de voluntariado”. “Há uma direção que tem sete membros e depois há os associados normais... núcleo duro envolvido com cargos na associação de forma voluntária somos cinco pessoas e depois temos perto de mil membros (...)”. “Neste momento ninguém trabalha a tempo inteiro. (...) hão-de estar a trabalhar (...) causa dos projetos que vem por aí”.

R4 – “A página foi aquilo que cresceu mais e basicamente sou eu e outra pessoa, e só. (...) De vez em quando somos três, de vez em quando somos quatro. Depois aparecem, desaparecem, mas basicamente somos dois”.

R5 – “Há um núcleo duro. Geralmente, depende um bocadinho nós nunca sabemos quantos vão aparecer nas reuniões”.

R7 – “Não. Vai variando muito com o tempo porque a maioria das pessoas tem vínculo precário”.

R8 – “Bastante flutuante porque são todos voluntários e tem as suas vidas cada um (...)”.

Por conseguinte, e relativamente à disponibilidade dos voluntários, membros da direção e representantes dos movimentos para participar no processo de decisões relativamente a futuras ações coletivas do movimento, os entrevistados referem que existe dificuldade em reunir todos os participantes cuja participação a este nível é bastante flutuante. Na base desta imprevisibilidade quanto à disponibilidade dos voluntários encontra-se a vida profissional de cada um. Uns encontram-se a trabalhar, mas outros estão desempregados ou são precários. Esta imprevisibilidade afeta o desempenho do movimento, nomeadamente, **R1**, **R4**, **R5**, **R7** e **R8**, no entanto, **R8** refere que utilizam a *mailing list* de mais de cem pessoas para divulgar as suas ações e/ou reuniões, mas não é possível prever a comparência dos membros uma vez que ninguém é pago e tal como todos os restantes movimentos “depende da disponibilidade”.

R1 - “(...) somos pessoas que trabalhamos, alguns, outros infelizmente não, uns tem mais disponibilidade, outros tem menos disponibilidade (...) nunca com a obrigatoriedade do que quer que seja”.

R4 – “Depende da disponibilidade de quem estiver naquele dia”.

R5 – “Além de sermos associações e muitas das pessoas trabalham, então às vezes depende um pouco da disponibilidade que tem na vida delas (...) estamos muito dependentes disso, da disponibilidade”.

R7 – “Numas alturas temos mais disponibilidade, noutras temos menos”.

R8 – “Nós temos uma mailing list que tem mais de 100 pessoas, de vez em quando aparecem e isso não é fácil. (...). É conforme a disponibilidade de cada um, mas não temos ninguém pago”.

Quanto à existência de um líder nos MSD, todos os entrevistados estão em consonância relativamente a não haver um líder nos movimentos. **R1** refere que há sempre alguém que lidera, mas só no sentido de dar orientações. A liderança neste sentido, está diluída entre todos os intervenientes do movimento. No entanto, existem protagonistas em determinadas ocasiões para fazer a ponte já como referido, com agentes externos ao movimento. Por outro lado, Vitorino (2016) apresenta-nos outra perspetiva relativamente à liderança “(...) as lideranças de hoje defrontam-se com um *escrutínio público mais intensivo e abrangente* do que as do passado, as quais são tantas vezes apresentadas como modelares” (itálico no original) (Vitorino, 2016, p. 36).

R1 – “Aqui ninguém procurou ser líder. Aqui somos um grupo de pessoas que tem opiniões contraditórias e acredita que muito contraditórias muitas delas e o objetivo é ter um consenso (...) tem que haver sempre alguém que lidera um bocado a questão, se não isto era uma anarquia em que cada um fazia o que queria e não era esse o objetivo. Se quiseres dizer que há um líder nessa situação, sim, tem que haver um líder. Agora, o propósito não é haver um líder, o propósito é haver alguém que oriente (...)”.

R3 – “Uma característica deste tipo de contactos em rede é que não há líderes. É claro que há sempre pessoas ou que dão mais a cara ou que aparecem mais vezes ou que dão mais as palavras acabam por ser identificadas como tal (...)”.

R5 – “Não, não. Todos decidem, todos dão opinião, todos são bem-vindos e participam nas reuniões”.

R7 – “Não. Há uma direção que é eleita”.

Neste sentido, a existência de um líder pressupunha a delegação de tarefas, mas não é o que se constata na maioria dos entrevistados. **R2**, **R5** e **R7** afirmam que existe delegação de tarefas. Os restantes referem partilha das mesmas. Mais uma vez,

confirmam-se as práticas horizontais e o tratamento informal que estes movimentos adotam quer a nível interno e/ou externo.

R1 - “Não há um tu tens que fazer isto, tu tens que fazer isto, tem que haver uma organização, entre aspas, tem que haver alguém que faça um tipo de tarefa, mas nunca na situação do tu tens que fazer isto” “Aqui não é... não funcionamos como um partido (...)”.

R2 – “Basicamente sou eu que trabalho (...) na associação essa tarefa cabe-me a mim”.
(administrar a página do Facebook)

R4 – “Não há. Nós somos tão poucos”.

R5 – “Sim, sim é precisamente pra isso que nós nos reunimos”.

R8 – “Não, porque isso significa que alguém tem mais responsabilidades do que outras. Existe partilha de tarefas”.

Dos objetivos dos MSD passam pela conscientização dos cidadãos, dar voz (**R1** e **R4**), mobilizar as pessoas em prol de problemas que afetam todos e que a todos dizem respeito. Cada movimento tem o seu objetivo específico mediante a problemática que cada um defende, ou seja, precariedade, corrupção, fecho serviços de saúde (**R3**), direito ao trabalho, exploração de petróleo, dar voz aos cidadãos, entre outros. Embora os ciclos de protesto em maior ou menor grau ocorram consoante o contexto social e político, os objetivos são transversais a estes contextos e perduram no tempo. Tal, pode revelar que, as suas reivindicações não surgiram efeito, ou por outro lado, os agentes políticos nada fizeram em relação a essas reivindicações tratando-se assim num *continuum* de reprodução social, mas sempre com a esperança de se alcançar alguma transformação social (**R5**, **R6** e **R7**). Também o facto de se dar oportunidade às pessoas para falarem e/ou se expressarem o que passou a acontecer à escala nacional e global, revela que os cidadãos não tinham essa oportunidade anteriormente. A falta de confiança no sistema democrático e nos seus representantes passa pela ausência de abertura por parte destes agentes aos cidadãos e à sociedade, o que leva a que os processos e mecanismos democráticos se fechem para si, levando à falta de transparência e possivelmente a fenómenos de corrupção (**R2**). Como primordial objetivo **R8** refere “impulsionar a cidadania ativa de sustentabilidade social, económica e ambiental”. Neste sentido, sim, o descontentamento torna-se generalizado na medida em que, os cidadãos apercebem-se que políticas públicas que são decididas e aplicadas não vão ao encontro dos seus anseios e das suas necessidades.

R1 – “O nosso grande objetivo era pôr as pessoas a falar (...) “O objetivo aqui era consciencializar as pessoas que o teu problema é o meu problema”.

R2 – “O objetivo dessa organização é congregar esforços dos cidadãos para o combate à corrupção. Quer as pessoas denunciarem qualquer situação que tenham conhecimento, quer sobretudo agindo como grupo de pressão junto dos decisores públicos. Queremos que as nossas políticas de combate à corrupção sejam conhecidas (...)”.

R3 – “(...) na sequência da intenção da Troika e do governo português de querer fechar urgências aqui em Loulé. Digamos que foi a grande primeira mobilização de pessoas mobilizadas através das redes sociais com o objetivo de impedir o fecho das urgências (...)”.

R4 – “(...) o nosso objetivo é postar sobre o maior número de assuntos possíveis e isso traz problemas porque junta pessoas diferentes”.

R5 – “(...) o objetivo principal mesmo é precisamente acabar com aquilo que está a ser anunciado da exploração tanto do petróleo como do gás”.

R6 – “Na altura era o reconhecimento e o cumprimento do direito ao trabalho.

R7 – “Temos um objetivo geral que é combater a precariedade em todas as suas formas e depois em termos mais específicos há grupos de trabalho (..) cada grupo faz um trabalho muito específico (...)”.

R8 – “O nosso objetivo é impulsionar a cidadania ativa de sustentabilidade social, económica e ambiental. Empoderar as pessoas e organizações no exercício do aprofundamento da democracia”.

Nesta sequência, os objetivos traçados dos movimentos analisados foram na sua maioria alcançados como se constata nas citações infra. Objetivos estes, que passam por trazer para o domínio público temas como a corrupção e a transparência. **R2** é positivo quanto aos objetivos que a associação que representa traçou. Os restantes não especificaram quais os objetivos traçados inicialmente e/ou se os conseguiram alcançar.

R2 – “Sim. Havia dois objetivos principais. (...) era sermos integrados na rede da *Transparency International* e o que está a ser conseguido (...) era trazer a corrupção para o domínio público. (...) não se falava muito de corrupção e era um assunto mais ou menos tabu e era uma questão que não havia o mínimo de interesse em discutir publicamente. (...) nesse sentido, sim, as coisas estão a correr bem. (...) estamos a atingir os nossos objetivos”.

R7 – “É muito difícil porque os nossos objetivos são bastante ambiciosos”.

R8 – “(...) os direitos humanos são um princípio para a nossa associação.”

O uso de outros meios fora da rede social Facebook, como cartazes, panfletos, outros, é uma realidade conforme referem os entrevistados. Para financiar este tipo de materiais, referem que o contributo monetário por parte de qualquer cidadão é a título voluntário. Para além das quotas das associações cujo valor é de 1€ por mês, não têm qualquer financiamento externo. Apesar deste constrangimento, todos os entrevistados revelam que recorrem a um conjunto diversificado de recursos para fomentar a mobilização e a participação a par da presença no Facebook. Neste sentido, Medeiros (2006) afirma que “As tecnologias digitais não se limitaram a reduzir os custos das actividades quotidianas dos movimentos sociais, permitiram, igualmente, a coordenação dessas actividades de um modo mais eficaz e rápido, superando os constrangimentos espaciais e temporais na organização dos protestos globais” (Medeiros, 2006, p. 98).

R1 – “Eu dou 1 euro, tu dás 1 euro (...) fomos ao IPJ eles imprimiram os cartazes é um bocado de contrassenso (...) custo zero sempre, tipo investimento zero (...). Isto não é uma associação (...) O dinheiro tem que aparecer de algum lado, é tipo, eu dou 5, tu dás 5, ele dá 5, que pode dar 1 dá 1, quem pode dar 2, dá 2”.

R2 – “Temos uma quota anual que neste momento está em 12 euros por ano. Dá um euro por mês”.

R4 – “É muito difícil pensar como financiar uma coisa destas, é muito difícil, mas tem que ser o futuro, nós temos que ter ativistas profissionais. (...). É isto queremos fazer sem apoio de ninguém, nem sindicatos, nem partidos, nem de nada. O único financiamento que nós gostávamos de ter era das pessoas que nos seguem”.

R8 – “Temos alguma dificuldade em planear a longo prazo porque não temos financiamentos ou quase não temos financiamentos. Nós temos quotas. Mas o financiamento vem de donativos”.

Como já referido, o debater e deliberar e decidir sobre assuntos e problemáticas que os movimentos reivindicam é prática comum nos MSD. Para o efeito, é necessário haver espaços de deliberação, de ação e de interação com o objetivo de criar ou analisar propostas e/ou ações coletivas. As assembleias populares são referidas por dois dos entrevistados como estratégia para incrementar a participação dos cidadãos nestes processos e para dar visibilidade aos movimentos e às ações que dinamizam. No

entanto, há entrevistados que referem que quando isso acontece, são sempre as mesmas pessoas a aparecer nestas assembleias.

R1 – “É tudo muito esporádico, é tudo muito espontâneo. É assim, neste momento em Lisboa (...) há assembleias, há coisas mais regulares (...) por exemplo, os Precários Flexíveis, eles constantemente fazem situações no metro, na rua, percebes para tentar manter viva o propósito deles e tentar trazer pessoas e que as pessoas olhem pra eles”.

R4 – “Nós não. Eu tenho a ambição de juntar vinte, trinta, quarenta pessoas e fazer um órgão de comunicação social alternativo a sério, mas, ah, nem pra isso as pessoas se organizam, nem pra isso, quanto mais um partido político. (...) depois do 25 de abril, início dos anos 80 (...) nós tínhamos, fossem os clubes de livros, fossem clubes de xadrez, ou de jogarem à bola, ou jogarem basket. Aquelas associações de moradores que faziam as festas de Santo António, do São João, já reparaste como agora não há nada disso, não há nada disso. A pessoa sai do trabalho e fecha-se em casa. Os espanhóis têm muito as assembleias populares (...) que é a base para depois crescer tudo (...)”.

“Os movimentos sociais, compreendidos aqui como caixas de ressonância das esferas sociais, são capazes de trazer para a esfera pública questões que até então estavam silenciadas. A Internet oferece o espaço para que estas questões sejam tematizadas, articuladas e publicizadas, tornando assim possível a inclusão, através da produção e distribuição de informações daqueles que até então encontravam-se “inexistentes” (Pereira, 2011, p. 7). *Ipsa facto*, os MSD encontraram na Internet um meio capaz de prover as condições necessárias para a criação de canais informativos e comunicativos alternativos ao invés dos meios de comunicação social tradicionais. Assim sendo, quanto à capacidade para mudar a situação política, **R2**, **R5**, **R7** e **R8** afirmam que conseguiram realizar mudanças nas políticas. Estas passaram por ligações com o Governo, e entidades públicas, para além da sensibilização dos cidadãos, na partilha de informação e através do debate, os cidadãos passaram a ter conhecimento sobre determinadas matérias que até aí estavam escondidas. É fundamental organizar eventos para sensibilizar os cidadãos, na medida em que, se não houver este esforço, os cidadãos não se interessam. Passa concomitantemente por desenvolver e produzir conhecimento sobre estas temáticas para fazer recomendações ao Governo de modo a sejam implementadas, pela divulgação de temas sensíveis como os combustíveis (processos de prospeção de petróleo no Algarve) que até então não se encontrava no domínio público e por realizar iniciativas legislativas no sentido de se alterar

determinada situação (precária, neste caso sobre recibos verdes) o que resultou numa lei.

R2 – “(...) sensibilizar o máximo de cidadãos e conseguir colocar algumas questões práticas em cima da mesa. (...) Primeira é a sensibilização pública que é isto, é a organização de conferências, seminários, é a participação da comunicação social, das redes sociais e tudo isso. Há uma segunda fase que é de pesquisa, de investigação, de desenvolvimento para a produção de conhecimento (...) e até académico que depois permite fazer recomendações para fazer reformas políticas, etc. A terceira, políticas de combate à corrupção que estão a ser implementadas. E uma última fase que é a do lóbi político, ou seja, é fazer pressão com base no conhecimento (...)”

R5 – “Em parte sim, porque foi com a nossa insistência que a Entidade Nacional do Mercado de Combustíveis (ENMC) começou a publicar mais coisas (...) tivemos uma influência inicial de certeza absoluta”.

R7 – “Já. Fizemos, por exemplo, mais paradigmático, é uma iniciativa legislativa de cidadãos que fizemos em que recolhemos 40.000 assinaturas com proposta de três projetos de lei. Uma sobre as empresas de trabalho temporário, outra sobre contratos a prazo e outra sobre falsos recibos verdes. Essa iniciativa legislativa foi aceite na assembleia, no parlamento, foi discutida no parlamento e depois discutida na comissão o que originou a Lei 63/2013 que é a do combate aos recibos verdes”.

R8 – “É bastante difícil medir exatamente o que é que se obtém (...) o último projeto que nós desenvolvemos sobre a questão da gentrificação e do turismo em Lisboa (...) a verdade é que antes de começar não havia informação em lado nenhum sobre este problema. Parecia que estava a ser escondido ou que estava invisível e agora fala-se do problema”.

A relação com a comunicação social e a informação que esta partilha está direcionada para a diversão e menos para os conteúdos informativos conforme referido pelos entrevistados (**R5**). A comunicação social tem o poder mobilizador das massas ao mesmo tempo que influencia as suas opiniões. Os movimentos utilizam a comunicação social como meio de promoção das suas ações e/ou reivindicações, contudo, tem algumas dificuldades em aceder ao meio da televisão porque a população em geral prefere programas de entretenimento ao invés de programas informativos e/ou culturais. Este facto, pode revelar uma sociedade que não se interessa por aumentar o seu conhecimento em relação a assuntos que poderão estar relacionados, por exemplo, com

as políticas públicas adotadas que intervêm diretamente na vida das pessoas. A comunicação social tem o poder de manipular e/ou dissuadir a opinião pública positivamente e/ou negativamente, mas é um recurso que os MSD necessitam para a notoriedade e divulgação das suas ações.

R1 – “E o nosso objetivo é pegarmos de algum modo pegar, e é uma luta muito grande, é pegar nos media que vendem aquilo que o Governo, a nível governamental, querem que tu comas e tentar perceber isto passou-se assim, isto não se passou assim, o que é que está a acontecer, o que é que não está a acontecer”. “É claro quem quer que seja que tenha um movimento, instituição, associação depende sempre deles (...) Porque eles movimentam massas (...) Porque eles podem-te dar muita coisa, mas também te podem tirar muita coisa (...) já não se fala em lápis azul, mas continua a existir. Continuas a ter jornalistas a tentarem publicarem notícias que simplesmente não são publicadas porque são incómodas (...) porque vão afetar alguém com poder. E, nós tentamos desassociar sempre muito... pra já porque tínhamos uma plataforma que era o Facebook e cresceu gigantesca a nível de grupo, a nível de página, cresceu de uma forma brutal que ninguém estava á espera. (...) E depois chegamos a uma altura que não podíamos confiar quase uns nuns outros quanto mais numa comunicação social (...)”

R2 – “Sim. A relação com a comunicação social tem sido boa. Nós fazemos comunicados de imprensa (...)”.

R3 – “Eu diria que nunca foram só as redes sociais, houve sempre ações de rua, portanto, nós tentámos sempre tudo o que organizássemos, lançar na praça pública através dos meios de comunicação social”.

R4 – “Não é por acaso que eu acho que o mais importante que se podia fazer era fazer um órgão de comunicação social alternativo”.

R5 – “Não há problema nenhum com a rádio. A rádio por acaso é mais aberta. A televisão é mais complicada. (...). Na televisão ultimamente tem sido mais para entretenimento e diversão (...). Eu acho que as pessoas também têm culpa não só as televisões (...) nós também estamos a ajudar um bocadinho o facto de não exigirmos deles um pouco de qualidade”.

A cobertura das ações dinamizadas pelos movimentos por parte da comunicação social, todos os entrevistados referem terem tido cobertura em algumas das suas ações, com exceção de **R4**. Parte destes movimentos são contactados pelos jornalistas devido à especificidade das suas problemáticas, como **R2** ou **R5**. Para além disso, também

libertam comunicados de imprensa para a comunicação social. Apesar de ser um excelente veículo de difusão, ajudam os MSD a obter alguma atenção inicial no que concerne às ações de mobilização e à partilha de informação destes movimentos. No sentido de aumentar a participação dos cidadãos nas suas ações e obter visibilidade, os movimentos têm que arranjar estratégias ou “atos espetaculares” como refere Tarrow, para que, a comunicação social continue a dar cobertura. Não obstante, o mesmo autor também refere que, os meios de comunicação social “ênfatizam aspetos violentos das manifestações”, todavia, os entrevistados estão cientes destes riscos. Também Medeiros refere a “espectacularização” do reportório que estes movimentos adotam o que, vai ao encontro de Tarrow quanto aos reportórios inovadores e de Mudde quanto ao reportório populista (*vide* ponto 4.1). Considerando que os movimentos sociais são autónomos em relação à comunicação social, como referido, eles necessitam da comunicação social para dar ênfase às suas ações. O que acontece, é que a comunicação social nem sempre está interessada em possibilitar cobertura se não forem ações ou temas polémicos que chamem a atenção das massas com o objetivo de aumentar as audiências. Os entrevistados **R1** e **R8** referem que a comunicação social dá visibilidade quando existe uma grande mobilização em prol de uma causa. Para **R1** e **R5** é o Facebook é o meio mais preponderante na divulgação das ações dos MSD.

R1 – “(...) a comunicação social olha sempre pró mesmo lado, percebes”. “Chegou a uma altura em que de início nós éramos os chamados revolucionários. Éramos chamados de muitas vezes de lunáticos pela comunicação social, mas a comunicação social estava no nosso lado, (...) ou seja, queriam ter uma notícia do que estava a passar. (...) vários comentadores políticos... isto faz-se bem com o povo, os jovens venham e saiam à rua, e depois perceberam que não eram só os jovens e perceberam que estavam 500.000 mil pessoas na rua com uma brincadeira, entre aspas, num evento no Facebook. Pá, isto causou a nível político, isto foi um choque pra eles, porque ninguém estava á espera desta grandiosidade. (...) automaticamente os meios de comunicação social que tavam disponíveis pra nós, deixaram... (...) começaram a sair notícias que ninguém da organização tinha falado, (...) começou-se a tentar fazer a manipulação da situação inversa, (...) Pá, eles ligavam todos os dias e eu dizia-lhes “pá, não leves a mal, (...) E eles tiveram que respeitar porque são dados viciados. Mas eles são essenciais. (...)”.

R2 – “Temos tido alguma cobertura no que tem a ver com relatórios ou coisas que acrescentam alguma coisa em termos de conhecimento sobre o fenómeno da corrupção.

Nós estamos a dinamizar já há três anos um índice de transparência municipal que faz o ranking das câmaras municipais nacionais em termos de contratação pública que tem tido uma excelente cobertura (...) quer a nível regional quer a nível local (...) começamos a ser procurados pelos próprios órgãos de comunicação social (...). Vamos à televisão ou saímos nos jornais em casos, como por exemplo, o do Sócrates ou dos Vistos Gold. A comunicação social já vem ter connosco, portanto, é sinal que nos reconhecem como porta-vozes idóneos nessa área”.

R3 – “Deram muitas vezes cobertura. Muitas vezes pegaram nos nossos comunicados e deram seguimento. Alguns jornalistas telefonaram por causa da questão do petróleo e da saúde para explorarem melhor o que se estava a passar”.

R4 – “Sim, mas eu não lhes dei importância nenhuma. E já os usei. Na altura que nós tínhamos realmente mais visibilidade. Eu notava que nós éramos seguidos pelos jornalistas”.

R5 – “Aqui na região sai sempre a informação. A nível nacional, prontos, só mais de vez em quando (...) quando criamos a plataforma houve vários jornalistas e a televisão a ligarem-nos (...). É muito importante as pessoas lerem (...) mas depois vai dar ao mesmo sítio, vai dar ao Facebook”.

R6 – “Já assisti a cenas na altura da Geração à Rasca, por exemplo, de a cobertura ter sido uma coisa quase absurda. (...). Também já vi o contrário, já vi organizações e iniciativas que ninguém falou (...) acho que a comunicação social funciona mais ou menos... se achar piada à iniciativa vão falar muito daquilo ou se for uma novidade”.

R7 – “Temos tido uma cobertura bastante razoável. Quando fazemos, lançamos comunicados de imprensa e como os PI já são um nome mais ou menos conhecido pelas questões da precariedade, às vezes eles próprios têm a iniciativa de nos telefonarem para saber determinadas tomadas de posição sobre estas questões. Agora, poderia ser sempre melhor”.

R8 – “Sim, temos alguma cobertura. (...). Já foram feitas algumas peças à volta das nossas atividades e à volta da nossa associação. (...) acho que depende do tema e se interessa ou não à comunicação social. Ou seja, não nos sentimos excluídos ou privilegiados em relação às outras associações, acho eu”.

Nesta sequência quanto ao reportório por parte dos movimentos, passa pela partilha de informação, documentos, comentários direcionados à sua problemática. **R6**

é bastante crítico no que se refere às formas e ações de luta, considerando que estão esgotadas e sem qualquer inovação.

R1 - “Já o foi muito mais... é isso. Neste momento é o tentar debater e tentar perceber ... o que eu tenho notado muito ali é as pessoas leem o título da notícia e fazem a notícia por elas. As pessoas não se preocupam em abrir a notícia e tentar perceber”.

R2 – “O que vimos que tem algum impacto é a partilha de notícias (...) porque mexe mais com as pessoas e é mais mobilizador. (...) não temos muita capacidade para produzir vídeos próprios. (...) a maior parte é notícias sobre questões políticas de combate à corrupção (...) Não é uma coisa que tenha muita leitura. Transformar esta massa de seguidores em militantes e isso é uma coisa que ainda não fizemos essa prova”.

R5 – “Tudo ligado à energia. Só petróleo ou só gás, não pelo contrário, por vezes publicamos alternativas, coisas, estudos de universidades que estejam a investigar alternativas, opiniões de jornalistas, de pessoas conhecidas na sociedade”.

R6 – “Não há muitas diferenças entre um grupo e outro (...) estão sem grandes sucessos para apresentar, possivelmente porque estão a apostar em formas de luta que estão esgotadas. Estão sistematicamente a propor a fazer blogues próprios, a fazer manifestações sobre o 25 de Abril e sobre o 1º de Maio, depois são as petições à Assembleia da República. São ações de luta que já foram testadas e que não funcionam, estão esgotadas. O problema não é a divisão de esforços, é estar-se a repetir formas de luta que já não funcionam e que não estão a funcionar”.

Os movimentos encontraram na rede social Facebook um meio para divulgar e promover as suas ações sem estarem limitados ou restringidos a qualquer tipo de controlo do poder. Este novo espaço público que é o da Internet permite que as ideias destes movimentos e a informação que partilham circulem com alguma liberdade sem necessitarem de outros meios de comunicação para obter visibilidade, para além de conseguirem ser independentes. Esta alteração na forma como se comunica e consequentemente nas relações de poder leva àquilo a que Castells designa de “autocomunicação” que, segundo o autor é uma forma de “contrapoder”.

R1 – “Para te ser sincero é o Facebook. Porque lá conseguimos ser independentes, (..) o que sai no Facebook foram esses movimentos que escreveram não foi ninguém que escreveu por eles. E isso a meu ver é muito importante num movimento social. Porque

quando tu deixas alguém escrever por ti deixam de ser as tuas ideias, deixam de ser as tuas vontades, ou seja, passam a ser as ideias de alguém ou a vontade de alguém”.

R5 – “É o Facebook, talvez, sim”.

Relativamente ao poder por parte dos media, **R1** e **R4** referem que existe manipulação por parte da comunicação social e de quem detêm o poder. **R1** é bastante elucidativo quanto ao interesse jornalístico por parte dos media reconhecendo o seu poder como uma forma de manipulação, mas também como uma forma de incentivo à participação. **R4** é muito contundente no que se refere o poder instituído nos media, as suas ligações e na influência que têm na mobilização ou não dos cidadãos em prol de uma causa. Assume também o poder dos media em controlar a opinião pública através do medo e conforme os seus interesses. A este propósito, e como referido no ponto 2, Castells identifica os diversos intervenientes daqueles que detêm o poder indo ao encontro daquilo que é referido pelos entrevistados. Tarrow refere que estes meios não permitem que os MS os utilizem para os seus próprios fins.

R1 – “Os *media* manipulam segundo... tudo o que eles querem. Pá tu és pequenino, não tens poder, não tens visibilidade, é pá, eles não te vão dar visibilidade nenhuma, percebes. Porque tu não interessas a ninguém... a ninguém”. (...) E por ter aparecido no telejornal, as pessoas almoçaram e vieram pra rua porque se não tivesse sido noticiado... é por isso que eu te digo até certo ponto os media são positivos (...) tenho noção que 50% tinham noção que sabiam que iam aparecer na televisão. (...) porque as pessoas queriam aparecer, ponto”.

R4 – “A SIC é controlada por quem mandou nisto tudo estes anos todos. E quem mandou nisto todos estes anos foi o Pinto Balsemão (...) A SIC é uma televisão, um grupo de interesses. (...) A TVI (...) é também um grupo de interesses. A RTP idem (...) se há muita gente na rua e interessa acabar com aquela porcária nós temos que meter medo às pessoas (...). Intimida-se as pessoas com técnicas das mais variadíssimas formas. (...) E o que é que as televisões fazem? Embarcam nisso e metem medo às pessoas. (...) O que é que eu oiço nas televisões? Que isto é uma crise, é uma crise, é uma crise. Não há alternativa, não há alternativa (...) não podemos ser inocentes ao ponto de se achar que os media não têm aqui um papel fundamental nisto tudo. (...) Prova disso é que os maiores media a nível mundial são dominados por empresas”.

Na seguinte figura, visualizamos aquilo a que **R4** se refere e que posteriormente constatámos que estava disponível na respetiva página da Internet:



Figura 5 – Ligações a Pinto Balsemão
Fonte: RiseUp Portugal (2016)

Das entrevistas aferiu-se existir bastante participação dos seguidores em relação às páginas do Facebook de cada um dos movimentos, no anexo VIII, podemos observar o número de gostos e o número de membros de cada um dos movimentos analisados. A participação é analisada por cada um dos movimentos através de estatísticas disponibilizadas pela própria plataforma do Facebook (*vide* figura 6). O número total de gostos é indicador de um elevado número de pessoas que a página alcança (neste caso figurado, de 85.032 gostos). No entanto, mais revelador que o número de gostos é o número de pessoas que mantêm a discussão relativamente aos assuntos abordados (96.077 pessoas falam sobre isto). É de salientar que se trata de mais de 85.000 pessoas, ou seja, o alcance da página, neste caso em concreto do RiseUp, é extenso e que a página continua a crescer com mais de 1.000 novos gostos por semana (1.326 gostos). Estes números revelam *per se*, um crescente interesse no MSD.

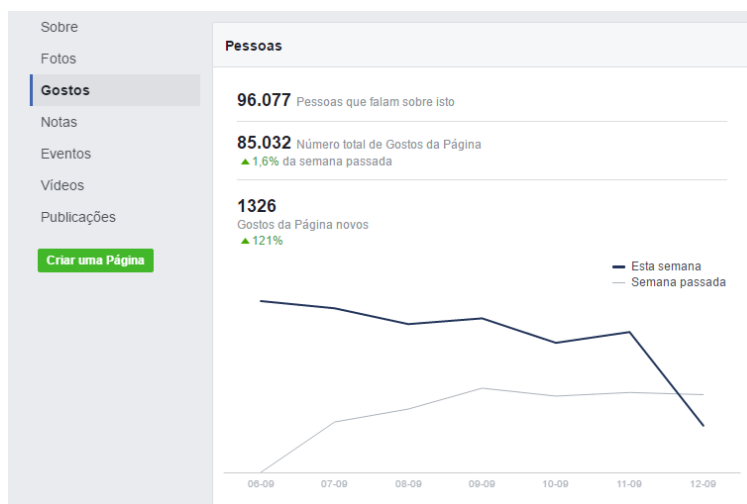


Figura 6 – Estatística oficial da página de Facebook do RiseUp Portugal – número de pessoas e de gostos
Fonte: RiseUp Portugal (2016)

Nesta sequência, este facto, indica que os conteúdos partilhados a nível externo são bastante diversificados, passando por comunicados, cartas abertas, imagens satíricas e/ou cartoons, vídeos, divulgação de eventos, inclusive estudos sobre determinado tema, por vezes polémico, que suscitam debate no espaço virtual. Esta participação *online* dinamiza as páginas através de comentários, de gostos, partilhas, entre outros. Também demonstra que, as páginas do Facebook são espaços privilegiados de diálogo e de partilha com os movimentos e outros seguidores. **R1** refere-se à participação como um dado pouco adquirido afirmando que até existem membros muito ativos cuja participação é constante, mas reconhece que nem sempre o número de likes corresponde a muito ativismo ou que o MSD esteja a ser agente facilitador de mudança. A partir do facto de cada um dos MSD gerar discussão e reflexão junto de milhares de pessoas como vimos anteriormente, conseguimos compreender a posição de **R5** quando se refere à elevada participação quando há solicitação de ações no Facebook. **R7** refere também que foi através desta rede social que muitas pessoas ficaram a conhecer a causa (ou causas) e o trabalho do movimento. Assim sendo, reconhecem o contributo importante do papel das redes sociais para a notoriedade dos seus movimentos. **R2** também refere a elevada participação, contudo, refere que gostaria que o Facebook não fosse apenas um ponto de informação e difusão, mas também um ícone de mobilização de pessoas. **R3** refere-se à participação e mobilização como fortes graças ao Facebook. **R4** vai ao encontro dos restantes entrevistados, mas reconhece que na sua tentativa de envolvimento das pessoas, não recebe *feedback* satisfatório. Numa página com 200.00

gostos as notícias só aparecem talvez apenas a 200 ou 300 pessoas, isto porque, o *feed* de notícias é muito dinâmico. Para que as restantes pessoas vejam estas notícias é necessário reativá-las com gostos e partilhas para que possam ressurgir em primeiro lugar.

R1 – “Há, há muita participação (...) há os mesmos 4 ou 5 sempre que nós já conhecemos, conhecemos on-line que debatem a situação connosco. “(...) no dia 12 de março saiu tanta gente à rua... Podes ter 100 mil likes numa organização do que é que isso te serve se depois só te parecem 10, percebes”.

R2 – “São ativos segundo os padrões do Facebook são os padrões ideais (...) nós todos os dias conseguimos colocar lá alguma coisa, temos um feed que vai aparecendo, temos gostos, etc., não é daqueles feeds escondidos. Portanto, as pessoas participam muito, põem gostos, partilhas, comentários e encaminhamento, aí funciona bem. Eu gostava que as redes sociais fossem um ponto de mobilização e não apenas um ponto de informação ou de difusão”.

R3 – “De início a participação era muito forte. (...) A mobilização e a participação no início foram muito fortes. A página da PALP também é forte”.

R4 – “Posso ter uma página do Facebook com 200.000 likes, ok, mas só apareço no feed de notícias de 200 ou 300 pessoas. Há medida que as pessoas vão fazendo likes noutras coisas, os likes antigos vão deixando de aparecer no feed de notícias. (...) eu neste momento peço envolvimento às pessoas, mas não existe”.

R5 – “(...) quando pedimos ações no Facebook temos bastante participação”.

R7 – “Muitas pessoas vêm ter connosco porque já ouviram falar de nós através das redes sociais”.

O papel da sátira, humor, cartoons e caricaturas, na ação do movimento são estratégias utilizadas para passar a mensagem, de certa forma populista. Constatam-se a eficácia e a influência na utilização deste tipo de expressão como um fator preponderante na capacidade de mobilização dos cidadãos. Os entrevistados, na sua maioria, referem que recorrem à sátira para fazer passar a mensagem. **R2** refere alguma contenção no uso deste tipo de expressão, referindo que não é fator de mobilização. Todos referem a eficácia na utilização deste tipo de expressão para passar a mensagem. Cotrim (2016) refere “A imagem contém uma força que se revela bem na alergia dos podres poderes à caricatura, essa sublime desfiguração. Uma sociedade que não saiba rir de si, de qualquer dos seus rostos, jaz morta e apodrece” (Cotrim, 2016, p. 82).

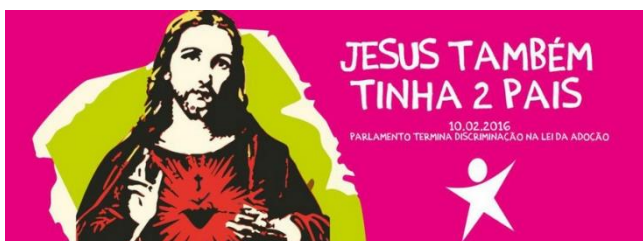
Depreende-se, portanto, que é mais apelativo a utilização da imagem do que o texto. Eis alguns exemplos da utilização da sátira através de cartoons.



Figura 7 - Refugiado

Fonte: <http://veja.abril.com.br/mundo/onu-cobra-que-todos-os-paises-da-ue-recebam-refugiados/>

R1 – “(...) é a forma mais fácil de e menos trabalhosa para quem recebe a informação. Tu não tens que pensar muito, as pessoas não têm que pensar muito. Consegues receber facilmente a atenção das pessoas (...) te garanto que 99% das pessoas vão ver o cartoon do que se puseres uma notícia (...) Pá aquela imagem do miúdo refugiado que deu à costa que estava na praia morto, por que é que teve um impacto brutal? Porque as pessoas absorveram aquela imagem e não tiveram que ler nada, os cérebros delas não tiveram que pensar em nada, aquela imagem fala por si só. Não deixa de ser importante desde que passe a mensagem”.



R2 – “(...) Tem um enorme potencial, é mais apelativo desde que não se banalize (...)”.

Figura 8 - Jesus Também tinha 2 pais – Bloco de Esquerda

Fonte: <http://parlamentoglobal.sapo.pt/actualidade/assembleiaRepublica/2016-02-26-Polemica-com-cartaz-do-BE-Queremos-provocar-o-debate-sem-tabus>



Figura 9 - Ébola – André Carrilho

Fonte:

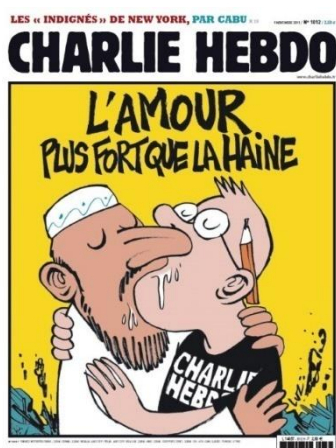
<https://twitter.com/malonebarry/status/518031238679244800>

R3 – “Pode resultar para chamar a atenção (...). Nós não recorremos muito a isso, posso dizer que recorremos muito a cartazes com imagens associados aquilo que se pretende para mobilizar as pessoas. Isso tem um efeito muito poderoso (...) há um conjunto de mensagens com imagens com um sentido

negativo que são divulgadas pelas redes sociais cujo objetivo é denegrir certas pessoas (...). Tem eficácia. Por exemplo, com o cartaz do Bloco de Esquerda funcionou ao contrário”.

R4 – “Às vezes os conteúdos até podem ser imagens, funciona que é uma maravilha porque a malta detesta ler. (...) a pessoa tem tanta solicitação de tanta coisa gira (...) muitas vezes o objetivo da imagem é chamar a atenção da pessoa. (...) eu tenho a noção que o primeiro contacto que as pessoas têm com a página é por causa do bonequinho engraçado. (...) eu não consigo atrair as pessoas com um artigo que vai levar dez minutos a ler, não vou. (...). É muito eficaz, agora, eu tenho que ter mais do que a imagem páquilo que eu chamo dar corpo à página (...)”.

R5 – “Para passar a mensagem tenho a noção que é eficaz”.



R6 – “Como sabemos a imagem é mais apelativa do que o texto e inevitavelmente chama mais a atenção das pessoas”.

R7 – “Há formas diferentes de passar diversas mensagens e essa é uma forma que é válida”.

R8 – “Sim. Sabemos que é muito eficaz”.

Figura 10 - Charlie Hebdo

Fonte: <http://www.bbc.com/news/world-europe-15551998>

A utilização da sátira deve para três dos entrevistados ter alguma restrição e algum bom senso na sua utilização. Os restantes defendem que não deve haver qualquer tipo de restrição. Quanto aos processos de difamação nos tribunais portugueses “Não existe nenhum quadro legal específico (uma lei) das redes sociais” (...) Mas a verdade é que alguns juízes têm atendido às características específicas da Internet, e ao impacto que pode ter o que nela se partilha” (Sanches, 2015). Neste sentido, é da opinião de **R5** que os tribunais servem como reguladores daquilo que se pode considerar excessivo ou não. No entanto, **R1**, **R3** e **R4** apelaram aos valores morais e éticos da sociedade. Há também um “descartar” quanto à responsabilidade por parte dos MSD que empregam a sátira nas suas ações. **R5**, **R6** e **R7** invocam as liberdades individuais para a utilização desta forma de expressão.

R1 – “(...) para cada ação há uma reação, ou seja, é assim, não concordo... ou melhor, há coisas que são exageradamente, são fortíssimas não é, mas se calhar se não fossem fortíssimas tu não estavas a falar delas (...) uma coisa é teres liberdade de expressão,

outra coisa é abusares da liberdade de expressão ao expoente máximo de partires pró insulto a outra pessoa, ou a outra entidade. (...) não vivemos na república das bananas. Isto não pode ser... ninguém pode... não podemos andar a dizer aquilo que queremos, pá tem que haver bom senso nas situações, é claro que, (...) no outro lado do mundo vai haver um maluco que há de te querer limpar o sebo. Claro que a tua opinião vai sempre ser contrária à de alguém (...) Não se pode dizer tudo o que se quer, mas às vezes é necessário, (...) para passar a mensagem”.

R3 – “Deve. Acho que deve ter limites na sua utilização. Há pessoas pagas pelos partidos políticos que andam pelas redes sociais para denegrir partidos opostos ou pessoas que sejam incómodas. Fazem coisas horríveis como a difamação das pessoas sem fundamentação. Para mim é simples, quando alguém viola a lei, os tribunais têm que atuar”.

R4 – “Eu gosto é de uma coisa que é um mínimo de bom senso (...) há cartoonistas muito giros, que fazem as coisas com muita piada, mas acho que existem coisas que se nós colocarmos, eu acho que estamos a insultar a nós próprios. (...). Eu acho que é assim que se faz as coisas, pá pode-se usar até um certo nível, pode-se manipular as imagens até determinado ponto, lá está, nós estamos a desrespeitar o trabalho que estivemos a fazer”.

R5 – “Não, não, acho que não. Podemos não concordar, mas não. (...) acho que as pessoas têm que entender que a opinião é de cada um e se alguém se sentir ofendido, pois segue o caminho normal, há tribunais (...)”

R6 – “(...) não deve haver qualquer restrição no seu uso”.

R7 – “Não. Deve estar limitado pelo bom senso das pessoas”.

Para Castells (2015) “Quanto mais densas foram as redes sociais, mais familiares se tornam os símbolos culturais e tanto mais é provável que os movimentos se generalizam e perdurem no tempo” (Castells, 2015, p. 17). **R3** refere o *justin time*, o que quer dizer que, num dado momento surge uma perceção de uma injustiça e esta é divulgada nas redes sociais para mobilizar as pessoas. Sobre este ponto e como já referido por Zubero (1996) no ponto 1.6, não se pode considerar apenas os picos de mobilização, concomitantemente, há que considerar as relações e os significados que daí advém. A duração destes movimentos pode perdurar, ou não, segundo o contexto político ou social. Ou seja, haverá continuidade no tempo e no espaço ou viabilidade para a manutenção destes MSD ao longo do tempo e com a mesma intensidade de

intervenção ou estes MSD não passam de fenómenos efémeros que se esfumam assim que o seu objetivo é cumprido? **R5** é contundente em relação à continuidade do movimento. Os seus objetivos são bastante claros e práticos, assim que se conseguirem alcançar em plenitude o seu objetivo deixa de fazer sentido e a página do movimento será desativada. No entanto, **R5** não é único que o afirma, talvez porque o seu objetivo é muito bem delineado. O mesmo não se pode dizer quanto à questão do desemprego, da precariedade, igualdade de género ou melhores condições de vida pois tratam-se de objetivos muito subjetivos e de árdua realização imediata. Assim nos casos de **R1**, **R2**, **R3**, **R6** e **R8** a manutenção dos movimentos faz todo o sentido, mesmo que essa manutenção signifique apenas a partilha de informação. **R1** assume que se colocou a questão de se desativar a página do movimento, no entanto, essa desativação poderia levar à perda do ativismo daqueles que os seguem. Após o pico de mobilização, da estratégia do espetacular, onde os objetivos destes movimentos não foram integralmente alcançados, continuam ativos na página do Facebook, no sentido, que continuam a fazer trabalhos, longe dos holofotes, é certo, escritos e de reflexão, para além de que as páginas de Facebook servem de arquivo das ações já preconizadas e de trabalhos já efetuados.

R1 – “(...) houve a questão de desativar aquele grupo (...). Mas (...) o grupo GR conseguiu motivar milhares de pessoas a saírem à rua e se calhar a falarem pela primeira vez na vida. Se vamos estar a desativar isto que foi o que deu coragem para falarem não vamos estar a desativar a vontade das pessoas (...)”.

R2 – “(...) sobretudo na área da sensibilização pública que é uma área crucial para que as pessoas sejam por um lado, mais informadas, mais atentas a estes problemas para que depois possam ajudar-nos a fazer pressão para as reformas políticas. É um trabalho que nós sentimos que está a dar frutos, mas dá frutos muito lentamente”.

R3 – “(...) continua a fazer sentido como espaço de partilha e de debate no espaço público. Estão sempre a acontecer coisas, os partidos só vêm aquilo que lhes interessam (...)”

R5 – “Assim que a PALP alcançar o seu objetivo (prospecção de petróleo no Algarve) a Plataforma acaba, não fazendo sentido a sua continuação”.

R6 – “Atualmente (...) a atividade autónoma do MSE basicamente não existe”. “Sim, para a partilha de informação. Temos também arquivo de coisas que fizemos e tudo isso”.

R8 – “Sim, continua a fazer muito sentido”.

Existe um sentimento de banalização quanto ao número de movimentos presentes no Facebook. No entanto, se tivermos em consideração o que os entrevistados referem quanto a que cada movimento deve debater a sua problemática, apesar de **R1** referir que alguns são redundantes, percebe-se a existência de inúmeros MSD no Facebook até pela sua diversidade. **R6** refere que o número de movimentos poderá também estar relacionado com o que Tarrow designou de “disputas facionais no seio dos movimentos” já referido anteriormente. É então bastante claro que poderá haver mais do que um MSD para cada problemática. **R6** justifica a existência de vários movimentos com várias perspetivas sobre os mesmos assuntos e várias posições ideológicas e/ou incompatibilidades partidárias. **R7** e **R8** também são a favor do pluralismo e da diversidade de ideias não se opondo à existência de mais do que um movimento dedicado ao mesmo tema. **R5** por ser um movimento regional com objetivos muito claros e objetivos, trabalham em sintonia com os restantes movimentos da região.

R1 – “(...) não se conseguiu absorver tudo de toda a gente e dar resposta a toda a gente (...) se tivéssemos aqui a falar de uma associação, uma situação onde tu tens uma sede, onde tu tens um local onde as pessoas vão lá como há nos partidos seria diferente”. “No outro dia apareceu na televisão os 5 anos que apareceu a manifestação, tu não tens noção. Foram tipo mil e tal pessoas a pedirem para aderirem ao grupo (...)”. “Porque houve uma altura em que de 15 em 15 dias havia uma manifestação. É pá e... banalizou-se essa situação”. “Pra já é muito mais fácil trabalhar cada problemática em cada um dos núcleos, ou seja, tu não podes juntar 500 pessoas numa sala e esperar que as pessoas consigam debater umas com as outras, é tipo utópico que isso aconteça.

R5 – “(...) há dois grupos que se destacam um em Tavira e outro grupo em Vila do Bispo, na zona da Vila do Bispo que também já organizaram os seus próprios núcleos e trabalhamos todos em conjunto (...). Temos mais um grupo em Lagos. (...). Sim, estamos em sintonia, não há problema nenhum”.

R6 – “Há muitos grupos no Facebook. (...) há grupos que são redundantes, grupos que estão a dizer basicamente a mesma coisa e perspetivas sobre os mesmos assuntos, mas prontos, há muitas coisas que interferem nisso. Há problemas de incompatibilidades pessoais, nalguns casos incompatibilidades partidárias ou de outra ordem qualquer, isso acontece e pode comprometer”.

R7 – “Nas questões da precariedade, não tenho conhecimento, pelo menos, de qualquer outro movimento que aborde estas questões da precariedade como nós. (...) não quer

dizer que, os movimentos não possam fundir-se num só, mas a riqueza de cada um eles ganham pela sua diversidade (...)"

R8 – “Não. Eu acho que não queremos centralizar nada. Ah, somos a favor do pluralismo. Devem existir vários grupos cada um a defender aquilo que acha que é a sua luta”.

Considerando o reduzido número de MSD analisados, aferiu-se entre estes, a existência de cooperação e da existência de um trabalho coletivo e articulado entre os movimentos, embora, relativamente a atividades/ações previstas, no cômputo geral, as ações estão paradas/desativadas quanto a ações futuras. De salientar, a cooperação com movimentos internacionais por parte de **R2**, **R5** e **R8**. Nessa medida, Medeiros (2006) refere “uma ação política de protesto ou resistência, numa escala local, poderá agora, com maior facilidade, encontrar novas audiências e apoios a nível trans-local”. (Medeiros, 2006, p. 98)

R2 – “Estes projetos são projetos internacionais pedidos pela rede *Transparency International* feito a nível europeu, estão vários países europeus envolvidos onde há associações semelhantes à nossa”. A nível nacional temos contacto com algumas associações (..) com outras associações como a Solidariedade Emigrante, com a SOS Racismo e até com alguns elementos informais que apoia esses ativistas. Vamos procurando associações em Portugal que tenham objetivos semelhantes aos nossos (...)"

R5 – “Estamos a entrar em contato mais direto com outras associações internacionais. (...). Estamos em contacto com a Green Peace de Espanha, mas ah, ver se eles participavam connosco em algumas ações. Já tivemos também contacto com associações do sul de Espanha (...)"

R8 – “Sim, aliás são esses contactos internacionais que nos permitiram até agora ter algum reconhecimento a nível nacional e até político”.

O contacto com organizações mais institucionalizadas (sindicatos e/ou partidos políticos) praticamente não existe. **R2** indica o cuidado a ter com este tipo de contactos. **R8** refere que tem como princípio não estar ligado a este tipo de instituições (incluindo as instituições religiosas). Esta posição é coerente com o facto de estes movimentos serem antissistema e apartidários como referido anteriormente quanto à conversão em partidos políticos.

R2 – “Estamos a começar a montar esse tipo de relações com esse tipo de organizações. A direção quer algum tipo de cuidado com esse tipo de parcerias porque há muitas organizações que querem eventualmente fazer boa figura (...) vamos tendo contacto com partidos políticos e às vezes com pequenos partidos que não estão representados na Assembleia da Republica (AR). Estas já deram alguns contributos sobre o combate à corrupção. (...) contacto com a Procuradoria-Geral da República, com a Polícia Judiciária, e a parte que está mais avançada é com as câmaras municipais (...)”.

R5- “Há pessoas que pertencem a um ou outro partido político, mas ultimamente temos trabalhado com alguns, aliás, pediram-nos bastante informação quando começaram a avançar com isto na Assembleia principalmente a fazerem perguntas e a questionarem sobre o tema (...) reunimos aqui também com os deputados que representam o Algarve e também com o Presidente da Câmara (...) a associação dos pescadores, eu acho que agora, neste momento, estão todos no mesmo barco (...)”.

R6 – “(...) com movimentos nacionais tínhamos em permanência (...) o movimento sindical, eu conhecia sindicalistas cheguei a falar com eles mas não era uma relação orgânica, não”.

R8 – “Temos como princípio não estar ligados a nenhum partido político ou religião enquanto organização, aliás, está nos nossos estatutos”.

No que se refere à cultura portuguesa relativamente à participação, o entrevistado **R1** refere que os portugueses não se mobilizam, são acomodados, e que não se esforçam. **R4** refere também a dificuldade que existe em organizar algo como deve ser.

R1 – “(...) é uma cultura muito nossa portuguesa é muito fácil estar sentado por trás de um computador e estás a escrever ... ali toda a gente fala e diz (...)”. “(...) porque as pessoas não têm interesse, porque o português é assim, porque o português interessasse por o que é mediático na televisão, por... se der muito trabalho o português não se mexe”.

(...) o português é preguiçoso, tem o cérebro preguiçoso”. “Isto do movimento social é um trabalho participativo de um grupo de pessoas (...) tem que ser de uma população (...) Porquê que as pessoas se rodeiam à volta de um clube de futebol (...) E ainda pra mais pagam para ver um jogo de futebol, percebes. Porque não pagam para ter uma associação onde todos contribuem com 10 euros por mês e essa associação tem o poder nem que seja para ter alguém que vá a Lisboa apresentar a causa deles”.

R4 – “(...) nós tínhamos todos que deixar de prestar menos atenção aos realitys shows. Um bocadinho menos à bola, ah, um bocadinho menos temos um perfume, ou o blusão da marca tal, ou não sei o quê e prestarmos mais atenção a coisas que nos interessam mais ou que nos deviam interessar mais porque essas é que nos afetam e afetam bastante”.

O entrevistado **R1** refere várias vezes que as pessoas têm necessidade de ser ouvidas e que precisam das redes sociais para se poderem manifestar – de outra forma não o fariam. Já **R3** reconhece a necessidade de complementar a mobilização com cartazes, panfletos, e divulgação nos meios de comunicação social, uma vez que as redes sociais apesar de importantes são insuficientes. Medeiros (2006) a este respeito, afirma que, muitas das páginas no Facebook de movimentos ou organizações não pretendem somente difundir a sua imagem e ações, mas “promovendo, antes de mais, a contribuição livre e voluntária dos actores, a construção de um espaço de notícias e reflexões e a cooperação entre várias organizações” (Medeiros, 2006, p. 91).

R1 – “(...) o Facebook foi uma forma de dar voz às pessoas que estavam descontentes com aquilo que se estava a passar no país”. “Dizerem o que lhes apetecia, o que lhes vai na alma, porque acho que é isso que falta é as pessoas não terem voz (...) Eu acho que o que falta é as pessoas serem ouvidas”. “(...) conseguimos tirar pessoas de casa que chegaram ao pé da gente e disseram “eu nunca tive a oportunidade de manifestar pró que quer que fosse” (...). “(...) as pessoas encontraram naquele cantinho que foi criado ali um sítio onde se podem expressar, onde podem falar porque não há manifestações todos os dias (...)”. “É o facto de conseguires chegar a um número sem fim de pessoas neste mundo e teres a liberdade para o fazer, não depender... acho que o Facebook veio combater muito os meios de comunicação tradicionais”.

R3 – “(...) estrategicamente recorremos a outros suportes de mobilização. Cartazes na rua, panfletos, os meios de comunicação social (...) mas só as redes sociais não chegam. As redes sociais têm um papel importantíssimo em determinados momentos e acontecimentos para mobilizar pessoas”.

Um dos pontos mais importantes deste trabalho de investigação é, sem dúvida, não menosprezando outros pontos igualmente pertinentes, aferir a participação dos cidadãos. De uma forma sistematizada, a participação está relacionada com inúmeros fatores (conforme foi sendo descrito ao longo deste trabalho), nomeadamente, com o

nível de compromisso dos cidadãos, com os repertórios inovadores, interação com outros atores sociais, a capacidade que um MSD tem para mobilizar os seus seguidores para fomentar a participação na sociedade, não esquecendo elementos muito importantes quanto à literacia digital, e a penetração da Internet nas regiões, assim como, a desconfiança dos cidadãos perante o Estado/Governo e o atual processo democrático, entre muitos outros fatores. O Facebook é, sem dúvida neste contexto, um grande mobilizador de massas em comparação com outros meios de mobilização. Todos os entrevistados reconhecem este facto. Para além de contribuir para a mobilização, também permite a difusão da informação, dar conhecimento e projeção às suas ações. **R3** refere algo importante como o espaço público, este foi ampliado e está fora da esfera política. Assim sendo, o Facebook constituiu, sem dúvida, um novo espaço de discussão pública conforme já teorizado.

R1 – “Foi excelente semanas depois da situação, as pessoas falavam no café, haviam problemas, as pessoas debatiam os problemas. (...). Porquê que não falam de política? Porquê que não pressionam as situações? Foi isso que aconteceu no dia 12 de março, mas depois acabou”.

R2 – “(...) acontece que as pessoas nos contactam a perguntar e nós não temos imediatamente resposta para lhes dar porque o trabalho que nós fazemos é um trabalho um pouco especializado (...). É arranjar mecanismos, iniciativas, para que estas quarenta e tal mil pessoas que nos seguem no Facebook, caso queiram, possam fazer um bocado mais para além disso e mesmo aquelas que nunca pensaram que se sintam mais motivadas para ter ação no Facebook (...). Como não temos resposta pra isso, é tentar arranjar mecanismos de comunicação e outros pontos de encontro (...) não estamos ainda a conseguir propriamente motivá-las ou mobilizá-las a partir das redes sociais. Acho que isso vai ser um grande desafio”. “O Facebook (...). Tem essa capacidade de ser relativamente abrangente”.

R3 – “(...) as redes sociais serviram claramente para mobilizar as pessoas que deram origem a manifestações aqui em Loulé (...) pra já como um espaço de discussão pública com outras pessoas em torno das coisas que estavam a acontecer e depois também como espaço de mobilização para a ação. Eu não tenho dúvidas nenhuma quanto a isso (...) há coisas que são discutidas que de outra forma não eram discutidas e a forma como são... não só a forma (...) mas a forma como são colocadas que estão fora do controlo da esfera dos partidos políticos que controlam o jogo e colocam questões (...) as redes sociais vêm baralhar o jogo e (...) tem um papel muito importante porque alargam o

espaço público. Entram pessoas na discussão pública que de outra forma estavam afastadas dela até porque as cidades deixaram um pouco de cumprir essa função, não é, de promover o debate público e político sem ser a do “café”.

R6 – “Pelo menos permite duas coisas (...) Permite esta coisa de contacto em permanência (...) aceder a muito mais pessoas do que se estivesse a falar no meio da rua ou no meu círculo de amigos. Tem um efeito de desmultiplicação bastante grande que é interessante”.

R7 – “Ajuda bastante. Ajuda a divulgar as iniciativas, a tornar as coisas virais, a partilhar informação de uma forma bastante rápida, mas o ativismo no Facebook por si só está limitado. O trabalho que nós fazemos não pode ser meramente virtual. As nossas ações de protesto têm que ser físicas”.

R8 – “O Facebook tem como finalidade partilhar as nossas atividades e divulgar a informação. O blogue tem como finalidade essa função também, mas tem sobretudo uma função de guardar esses dados de uma maneira mais estável”.

Relativamente à iniciativa e pró-atividade dos seguidores dos MSD, alguns dos entrevistados referem que alguns seguidores dão ideias, mas não especificam quais. Algumas destas ideias são retiradas através dos comentários que os seguidores colocam e estas são colocadas em reunião para apreciação. Por outro lado, **R4** demonstra alguma descrença relativamente ao poder de mobilização por parte das redes sociais.

R3 – “O que tem acontecido são pessoas a pedirem-nos para divulgar eventos (...)”

R4 – “O que é que o nosso leitor fazia muitas vezes? Complementava com links dele aquilo que nós esperávamos (...) houve ali uma altura que parte do trabalho era das pessoas que faziam. Havia ali um ambiente de complementaridade”. (...) já acreditei mais no poder de mobilização através das redes sociais pelo menos em Portugal”.

R5 – “Sim, sim. Temos muitas pessoas que nos dão ideias”.

R7 – “Estamos atentos aos comentários e se virmos que tem fundamento falamos em reunião”.

R8 – “Sim, sim. Seguidores e não só. Se houver pessoas que nós achámos que estão dentro do assunto que nós queremos tratar, que são mais capazes do que nós (...)”.

No entanto, relativamente às manifestações de vontade por parte dos seguidores em participar nas ações em contexto real/local na página do Facebook, todos os entrevistados reconhecem que há um grande desfasamento entre a participação na

página do Facebook e a participação em contexto real. Este facto, pode revelar o “ativismo de sofá”, por outras palavras, participar no conforto de se estar por detrás de um computador.

R3 – “Está muito dependente dos contextos e das causas, das coisas que acontecem.

há sempre um hiato muito grande entre as pessoas que clicam gosto num determinado evento e aqueles que aparecem no local (...)”

R4 – “É um pau de dois bicos, um pau de dois bicos. É, como já metei um like já ajudei e isso acontece com 95%, 97% das pessoas. Meti o like, já ajudei, já fiz o que tinha a fazer”.

R5 – “Não, nunca corresponde. Depende um bocadinho também de qual é ação. (...). Nós temos, por exemplo, 5000 likes e digamos que as pessoas que venham pelo Facebook, talvez consiga chegar aos quarenta/cinquenta (...) há uma grande diferença mesmo (...) eu acho que é muito importante as pessoas participarem e irem ao local, mas o Facebook também serve para passar a mensagem mesmo que a pessoa não vá”.

R6 – “Sim, na altura havia muito mais gostos do que pessoas. (...). Há claramente esse desfazamento”.

R8 – “Temos claramente a noção de que existe uma discrepância entre o número de pessoas que colocam que vão aos nossos eventos e aqueles que aparecem efetivamente”.

A nível regional, no Algarve, a participação é reduzida tendo em consideração que os movimentos são de âmbito regional. No entanto, através dos entrevistados aferimos existir uma boa articulação com demais movimentos e/ou outras entidades públicas e políticas. A afirmação de **R5** reflete esta constatação a nível regional, mas não em Lisboa.

R1 – “Neste momento para te ser sincero com muita pouca frequência aqui no Algarve”. “(...) aqui no Algarve, infelizmente, fiquei... ficamos um bocado sozinhos (...) eles em Lisboa continuam a fazer as tais assembleias, continuam a apelar (...)”.

R3 – “(...) manifestações aqui em Loulé onde estiveram mil e tal pessoas que por duas ou três vezes vieram para a rua impedir que as urgências fechassem”.

R5 – “Associações, empresas, partidos, mas prontos, partidos, mas aqui no Algarve até os partidos estão todos unidos, só em Lisboa é que me parece que não”.

No cômputo geral, e considerando as entrevistas quanto à cultura portuguesa e a participação, **R4** é muito específico quanto ao ativismo em Portugal. Refere o

entrevistado que não há método, estratégia e organização por parte dos ativistas portugueses.

R4 – “Em Portugal, em 2012, salvo erro, havia manifestações semanais praticamente na AR. Houve uma carga policial, acabou-se. Porquê? Ninguém está organizado (...) tem que haver um bocadinho de método, e de estratégia. (...) Grande parte da responsabilidade do panorama ativista em Portugal, um marasmo completo, a culpa é dos ativistas. Não se organizam, não são capazes de trabalhar uns com os outros e principalmente, noto isto tanta vez, tanta vez, que é o sentimento de apego ao nome do próprio grupo (...). Existe um comportamento de apego ao quintalzinho de que as pessoas são donas que é uma coisa absolutamente impressionante (...) uma pessoa que vem de fora quer se envolver até quer ajudar (...) a pessoa põe-se a caminho nunca mais olha para trás (...) Não é que nós não tenhamos em Portugal pessoas que saibam (...) Só que colocar essas pessoas a trabalhar juntas quando está tudo nos quintalinhos diferentes, meu Deus, é uma chatice (...) as coisas para terem resultados nós temos que nos organizar. (...) temos que ter um organigrama, nós temos que ter pessoas responsáveis para determinadas funções (...) não existe nenhuma plataforma onde as coisas estejam organizadas dessa forma, portanto, é as guerrinhas uns com os outros que é uma coisa impressionante.

A censura e controlo da rede são outros fenómenos presentes na comunicação na Internet. Estas problemáticas, de acordo com Medeiros (2006) “levam-nos questionar acerca da legitimidade de intervenção e uso da força dos Estados na regulação de um espaço que se deseja plural e livre de condicionalismos políticos e institucionais” (Medeiros, 2006, p. 92). A par disso, existe um grande desconforto por parte dos partidos políticos, como referem os entrevistados **R1** e **R3**. Os entrevistados também referem ter a perceção de que os partidos políticos não se adaptaram a esta nova realidade que são as redes sociais, e este novo espaço público de discussão. E que, talvez por isso, por já não conseguirem controlar de alguma forma o que se passa na esfera pública e que se ressintam por isso.

R1 – “(...) aqui houve um grande entrave. (...) os partidos políticos, (...) uma das formas que eles tiveram pra rebaixar um bocado este movimento foi “ah eles fazem parte do bloco de esquerda, eles são comunistas (...) As pessoas que não eram desses partidos, (...) começaram a pôr este movimento de parte percebes? Ou seja, eles foram

tentando destruir isto aos poucos. Se conseguiram? Para te ser sincero conseguiram porque fez desmobilizar, as pessoas tiveram mobilizadas durante o primeiro mês”.

R3 - Os partidos políticos não se adaptaram à nova realidade das redes sociais e que estas vieram complexificar o espaço público. (...) há um grande desconforto por parte dos partidos políticos todos da esquerda à direita e que depois fora da esfera partidária intervêm na arena pública. Tradicionalmente os partidos políticos controlavam o jogo com a utilização da palavra e das questões políticas e sociais e as redes sociais vêm de certa forma complexificar esse jogo. Os partidos políticos ou não se adaptaram ainda ao alargamento desse espaço público com outras pessoas a intervir, por outro lado, não têm interesse que outras pessoas fora da esfera partidária coloquem as coisas de uma determinada forma que depois de facto não interessa aos partidos políticos, não é. E, nesse sentido, quer os partidos, quer os sindicatos, ainda não se adaptaram bem à era das redes sociais”.

O poder indicia a utilização de estratégias como represálias e práticas de desmobilização por parte dos representantes políticos. Denota-se através das afirmações dos entrevistados que existem represálias. Estas podem levar à diminuição da participação e da mobilização por parte dos cidadãos através da estratégia do medo. Por outro lado, o medo e o descontentamento, como já vimos, leva à agregação dos cidadãos a determinado MSD levando desta forma ao sentimento de pertença, e por sua vez à mobilização. Neste sentido, existem muitas resistências à ação coletiva no espaço virtual tal como **R1 e R3** referem.

R1 – “(...) uma delas trabalha aqui em baixo na minha casa que é bombeiro e foi aconselhado a acalmar-se, ahhh e outras duas são funcionárias públicas e tiveram um convite para se acalmar”. (...) tens a tua vida toda investigada, se estiveres a dever alguma coisa às finanças estás lixado, é pá é muito complicado. As pessoas não têm noção nenhuma (...) tens tudo aquilo que eles te podem tirar. E as pessoas não têm noção de como é que as coisas funcionam. (...) tu aqui vives numa democracia ditatorial. (...). É por isso que as pessoas não fazem, percebes. É por isso que ninguém se chega à frente porque as pessoas vão tomando consciência de como é que isto funciona. Tu chegaste à frente és abatido (...) é complicado, é muito complicado fazer parte de um movimento social e dares a cara por um movimento social (...)”.

R3 – “Isto tem muitos custos para a vida das pessoas, são penalizadas por partidos políticos, trabalho, etc., portanto, as pessoas foram-se afastando progressivamente. (...)

até determinada altura tive até que fechar os comentários porque os partidos políticos fizeram um ataque tão feroz. (...). Mas as coisas foram-se desfazendo, o poder político não foi dando respostas, as pessoas foram sendo esmagadas, muitas foram penalizadas nas suas vidas, no trabalho, pessoal, no diz que disse, da difamação a todos os níveis. (...) a agressão foi tanta e de tantos os lados, que também percebi que estar a fazer lutas que muitas vezes são do interesse de todos, quando são os próprios interessados que se viram contra quem participam nestas coisas. Já não basta o ataque fortíssimo dos partidos políticos (...). Tinha pessoas que defendiam que só podíamos fazer esta luta pela via institucionalizada (...) eu defendo todas as vias desde que sejam democráticas e todas elas são legítimas (...).”

Normas de utilização/normas de conduta; Todos os entrevistados referem não ter normas de utilização na página do Facebook. Quanto ao bloqueio de seguidores na página do Facebook do movimento, com exceção de **R1**, **R4** e **R7** que enunciaram os motivos pelos quais o fizeram, nomeadamente, destabilização da dinâmica da página, ofensas e linguagem inadequada, os restantes entrevistados referem que não houve bloqueio de seguidores.

R1 – “Centenas pra te ser sincero porque pessoas que iam ali destabilizar. (...) já tínhamos partidos políticos infiltrados ali no meio (...) tu não podes mandar na cabeça das pessoas e há pessoas que não concordam com tudo o que tu dizes. Há pessoas que não aceitam isso”.

R2 – “Não, nunca aconteceu. (...). Mas sei que há pessoas muito enfurecidas com a corrupção (...) mas nós nunca fizemos nenhuma denúncia nem bloqueio. Por um lado, também queremos que as pessoas tanto quanto possível se possam auto moderar”.

R4 – “Já (...) nesta página, a tal que temos 68.00 devemos ter neste momento algumas 30 ou 40 pessoas bloqueadas. Porque aparece de tudo (...)”

R5 – “Até agora não. Sei que há alguns que utilizam uma linguagem pouco agradável, mas não, nunca o fizemos”.

R7 – “Sim. Penso que já aconteceu. Pessoas que só iam lá insultar e que não iam lá trocar ideias”.

O mesmo se passa com a vida dos cidadãos que também está exposta ao público e sujeito a julgamento. Por isso, “antes de se postar alguma coisa na plataforma deve-se pensar muito bem na mensagem, pois, esta ausência pode trazer sérios problemas de reputação e de invasão de privacidade”. (Felice, 2015). **R4** é incisivo relativamente à

censura e à proteção aos próprios membros do movimento. Afirma que existem pessoas que estão presentes no movimento para desmentir os factos enunciados pelo movimento, referem inclusive que haverão pessoas a serem pagas para isso. Uma das alternativas para fazer face a esta exposição pública é serem obrigados a usar perfis falsos com nomes falsos e a inibição de ter fotos pessoais para se protegerem.

R4 – “Nós notamos que existem grupos e existem pessoas que devem ser pagas por alguém com certeza para andar a desmentir tudo (...) cada vez mais quem nos quer mal também anda a usar as redes sociais então nós temos um grupo grande de pessoas mesmo com perfis falsos que é para poderem serem abatidos. (...). Eu também sei que muitas vezes as pessoas ou não partilham para o Facebook delas ou, ou porque estão os chefes a ver, porque está a família a ver, estão os colegas a ver, ok e não convêm (...). Se for o RiseUp disto, ou os Indignados daquilo, ou os anónimos do cozido não é, a pessoa já pode partilhar. (...). Eu não tenho nada na Internet com a minha imagem. (...) eu não tenho um perfil, eu não ponho a minha cara, nada. Pois, eu não sou João e muito menos Henriques. (...) e as pessoas estão muito desprotegidas”.

Salas (2015)³⁷ fala-nos de uma espécie de apedrejamento no espaço digital, ou por outras palavras, um linchamento digital, “não importa se é político, uma personagem popular ou um zé ninguém”, todos são alvo de chacotas, insultos e *hashtags*³⁸. Refere ainda que segundo a WHOA, 72,5% dos casos de *Cyberbullying* é sofrido por mulheres³⁹. Para além disso, resultado deste linchamento digital, provocou um aparecimento de uma “espiral de silêncio”, ou seja, “os internautas temem abordar determinados temas ou posições porque saem que podem gerar uma resposta negativa contra si”. Para responder a estes abusos as plataformas, segundo Salas (2015), incluem novas opções para que os internautas possam denunciar estes abusos. Com efeito, faz todo o sentido os apelos de Sanches (2015) e de Felice (2015) quanto à importância da educação e de sensibilização dos utilizadores da Internet. **R4** sente-se linchado a cada

³⁷ Salas (2015). Os novos ‘inquisidores’ tomam conta da rede. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/ciencia/1429788932_491782.html

³⁸ *Hashtags* - é uma expressão bastante comum entre os usuários das redes sociais, na internet. Consiste de uma palavra-chave antecedida pelo símbolo #. As *hashtags* são utilizadas para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais, ou seja, cria uma interação dinâmica do conteúdo com os outros participantes da rede social, que estão interessados no respetivo assunto publicado.

³⁹ Dados estatísticos mostram que 47% dos utilizadores do Facebook são do género masculino e 57% são do género feminino. Sendo que a idade dos utilizadores do Facebook está entre os 25-34 anos.

publicação e cada vez que coloca conteúdos, pois sabe que poderá ser alvo de qualquer tipo de ataques gratuitos e pessoais.

R4 – “Porque aparece de tudo, aparece um tipo a postar pornografia, aparece o tipo a postar conteúdos de índole racista ou fascista, aparecem as pessoas... eu quando coloco qualquer coisa aparecem sempre pessoas a chamar-me os nomes mais absurdos. Não é discordar comigo, é ofenderem-nos de tudo e mais alguma coisa (...) nós identificamos perfeitamente aqueles que estavam a agir concertados para nos fazer mal”.

Os sentimentos como a desilusão, frustração, descrença e medo são referidos pelos quatro dos entrevistados. A crise da democracia e o colapso da confiança também contribuem para um ambiente de descontentamento generalizado. No entanto, **R1** refere um sentimento de satisfação porque conseguiram tirar as pessoas de casa para participar e pela capacidade de intervir através de soluções apresentadas, no entanto, revela-se frustrado quando essas soluções não são levadas avante. **R3** denuncia o afastamento entre os partidos políticos e os interesses da população, ou seja, há um distanciamento entre os princípios fundamentais para a democracia e a manutenção desses mesmos valores. Já **R2** refere a descrença generalizada na existência de soluções, ou seja, há uma conformidade com a falta de soluções que não acreditam em reformas, o que dificulta a participação, intervenção ou ativismo, além de revelar total descrença relativamente ao sistema político.

R1 – “(...) é fazer aquilo que devia ser feito na Assembleia da República (AR) (...) estão ali é pra debaterem os assuntos entre eles (...) Aqueles filhos de uma puta, não fazem nada... porquê que não tentamos nós arranjar uma solução. Se tu apareceres com uma solução, vai haver um dos partidos que de certeza que se interessa por essa solução e infelizmente isso não acontece”.

R3 – “A minha perceção é que os partidos políticos não ouviam as pessoas. Havia um descontentamento generalizado, as pessoas sentiam que eles não defendiam os seus interesses. Os partidos políticos são fundamentais para o funcionamento da democracia, mas o modo como eles funcionam, não respondem aquilo que muitas vezes são as necessidades das populações”.

R2 – “(...) até por causa da crise, estão mais atentas a esta questão da corrupção, mas é preciso convencê-las que há possibilidade de haver reformas, de haver alterações e isso demora mais tempo até porque as pessoas são muito descrentes em relação ao sistema político”.

Quanto à apresentação de soluções/propostas e a vontade de mudança, o sentimento geral é que as propostas não chegam onde devem chegar, ou seja, à Assembleia da República. **R1** descreve que apesar da apresentação de propostas, muitas delas são arquivadas e não merecem qualquer tipo de atenção por parte das entidades políticas. Mesmo quando é conseguida alguma atenção sobre as propostas apresentadas, muitas vezes as mudanças verificadas são muito pouco significativas.

R1 – “Há muita vontade da parte das pessoas de fazer alguma coisa diferente no sentido de um movimento social há, mas se não houver alguém que dê um empurrão na situação também não se faz milagres (...)”. “É o poderes debater, é o poderes saber o que é que se passa, o que é que não se passa. O que é que se pode... que soluções, objetivos, o máximo de soluções. Não é só dizer isto está mal, isto está mal, tentar apresentar propostas que é o não é feito hoje em dia”. “Chega lá uma caixa com as propostas (...) mas não houve tempo para vê-las, elas são arquivadas. E de que é que servem em arquivo?” (...) Foram apresentadas duas propostas na Assembleia da República para tentar contornar, uma delas foi aceite, mudou um pouco a situação do que são os recibos verdes, mas, eles contornaram a conversa como quiseram, mudaram uma vírgula, um ponto final, mas aquilo depois, ah mudou, não, não mudou nada foi dar exatamente à mesma coisa”. “Tu podes apresentar mil propostas por semana, mas elas vão ser sempre vetadas, percebes”.

O direito à manifestação está consagrado na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente, nas alíneas 1 e 2 do artigo 45 - Direito de reunião e de manifestação:

“1. Os cidadãos têm o direito de se reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público, sem necessidade de qualquer autorização.

2. A todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação”.

No entanto, a presença e intervenção da polícia nas manifestações é abertamente explorada pela entrevista de **R4** onde denuncia a presença física de polícia armada mesmo quando são ajuntamentos ou manifestações pacíficas.

R4 – “Os polícias que lá estão à frente é o mais Robocop possível (...) na próxima manifestação em vez de estarem 5.000 estão 200 pelos mais variadíssimos motivos. (...). Por isso é que temos imagens no Brasil, na Turquia, no Egito (...) A polícia devia estar mais resguardada, intervir quando necessário para não haver aquele sentimento de

animosidade que se vê escudos, quando se vê bastões dirigidos a nós” (...) Em Espanha, na Grécia e até no Canadá, nós temos imagens, temos provas, provadas está em filme, em que elementos da polícia e às vezes pelotões autênticos da polícia são usados nas manifestações (...).”

Para finalizar, as expectativas por parte dos entrevistados quanto à ação dos seus movimentos foram superadas. **R1** e **R3** referem que contribuíram de alguma forma para a queda de protagonistas políticos e alcance de objetivos através da pressão política. **R6** é redutor quanto à ação dos movimentos referindo que tem acabado em nada, já **R7** interpreta as mudanças alcançadas como lentas, mas firmes e com alguns resultados visíveis.

R1 – “(...) passei de longe todas as expectativas que tinha em relação a isto”. “(...) pá temos noção que fomos muito responsáveis por o Sócrates ter caído. Tenho muita noção, muita da responsabilidade foi nossa”.

R2 – “(...) o que nós temos é uma coisa que exige vontade cívica e só com pressão é que se conseguem fazer essas reformas, portanto, nós somos um movimento cívico contra a corrupção”.

R3 – “Estou convencido que isso contribui para fazer cair o governo local que era PSD (...)”.

R4 – “Teve um sucesso doido, ah ... na altura o Facebook fazia-nos o favor de ... de termos mais visibilidade”.

R6 – “Não tem sido especialmente bem-sucedidas também é preciso reconhecer até agora, Geração à Rasca, Que Se Lixe a Troika, Movimento Sem Emprego, acampadas, etc., tem sempre acabado em nada. Não se tem retirado grande coisa daí, mas creio eu que é mais ou menos impossível que esta fração de população não faça coisa nenhuma porque não me parece que vá aceitar passivamente tudo isto. Ou um partido político que queira aceitar passivamente tudo isto, creio que é por causa disso que tem surgido estas organizações”.

R7 – “Através das nossas atividades conseguimos promover uma alteração legislativa e que apesar de não ser perfeita ajudou a melhorar a vida das pessoas a recibos verdes. Lentamente, mas sim”.

Conhecer a realidade dos movimentos sociais digitais implicou delinear inúmeros objetivos para este trabalho de investigação para compreender como surgem os movimentos sociais no Facebook, como se organizam, quais as suas estratégias e ações que reivindicam. Paralelamente, compreender a sua importância na promoção da participação social. Os objetivos passaram por identificar movimentos sociais digitais (MSD) existentes na rede social Facebook; compreender se os movimentos analisados serão efetivamente considerados como movimentos sociais, embora digitais; estudar a origem, constituição, durabilidade no tempo e no espaço, ou outras características emergentes a partir dos casos selecionados; identificar os objetivos e características dos MSD; identificar o repertório e/ou estratégias que utilizam os MSD para potenciar a mobilização e a participação social; problematizar de que forma, os MSD conseguem lograr os objetivos a que se propõem, sobretudo se conseguem mobilizar os cidadãos para a participação social; compreender a dinâmica da página do Facebook do respetivo MSD e a sua relação com os outros meios de comunicação social; compreender em que medida a relação entre os seguidores e os respetivos movimentos se pode classificar como participação social e aferir se a Internet e as redes sociais se podem constituir como um instrumento que dê expressão a diversas formas de ação, as suas limitações e potencialidades. Estes foram, pois, os objetivos propostos para este trabalho de investigação.

Quanto aos movimentos analisados, constatou-se de um modo geral, através dos dados, que os MSD não têm uma linha contínua de ação, uma agenda e/ou programa definido que oriente as ações destes movimentos. Com efeito, identificámos realidades heterogêneas, cada movimento com a sua problemática, estrutura, organização e formas de atuação. Neste contexto, observámos claramente um tipo de relação/comunicação horizontal, tanto a nível interno como externo. Compreender a dinâmica da página do Facebook dos MSD também se constitui como um dos objetivos deste trabalho. A produção de conteúdos próprios e consequente divulgação é deficitária. Esta passa pela simples partilha de informação das suas ações e dos meios jornalísticos, vídeos, imagens e comentários. Assim sendo, face ao exposto na teoria, a função estratégica na divulgação, informação e debate permite coligações entre os movimentos e a construção de resistências (Cf. Ocanã, 2003).

Aferiu-se, do mesmo modo, que a Internet, mais precisamente o Facebook é um espaço por excelência de utilização por parte dos movimentos sociais digitais e por parte dos cidadãos em detrimento dos meios de comunicação tradicionais. É neste espaço, que proliferam ideias, debates, partilhas entre todos os atores sociais que nele intervêm dando expressão a diversas formas de ação. A participação e o papel dos seguidores que acompanham estes movimentos também foram considerados.

A origem deste fenómeno vem desde os finais de 2008 (*Occupy Wall Street*), onde assistimos a uma vaga internacional de contestações e de grandes mobilizações que revelaram a crise de legitimidade democrática e dos seus representantes, um descontentamento generalizado face à crise económica e financeira e uma contestação no que respeita ao desemprego e à precariedade laboral, essencialmente na geração mais jovem.

O efeito de contágio, produto da Internet e das redes sociais, trouxe consigo profundas transformações na sociedade. A partir de 2010 surgiram manifestações nos países árabes, nomeadamente, a Primavera Árabe, que deu a conhecer ao mundo o regime opressivo em que viviam os cidadãos. Em Portugal, este fenómeno iniciou-se com a grande manifestação do movimento Geração à Rasca em 2011 e a partir de 2012 pelos movimentos Que se Lixe a Troika ou a Marcha da Indignação.

O Geração à Rasca foi pioneiro neste tipo de manifestações em Portugal produzindo um sentimento de união e de reconhecimento que ultrapassou a esfera do espaço virtual (onde foi convocada) passando para o espaço público. Essa manifestação foi um encontro de gerações que viram nas questões do emprego, da crise económica em que o país se encontrava, na deterioração das condições de vida e na retirada de alguns direitos, um objetivo comum pelo qual as vozes que lá se encontravam em unísono mostraram descontentamento face ao Governo, aos seus representantes e às políticas públicas adotadas.

O fenómeno de mobilização em grande escala está relacionado com o desalento, a desconfiança e o descontentamento por parte dos cidadãos. Estes estados emocionais reconfiguram os ciclos de protesto destes movimentos, mas também demonstram que é nesta mobilização que o poder dos movimentos se manifesta. Para além das razões já enunciadas, os cidadãos não reconhecem mais nos seus agentes políticos a legitimidade para decidirem sobre as suas vidas, pois, a atual democracia representativa não responde de forma satisfatória aos desejos dos cidadãos. Querem eles próprios participar, dar o seu contributo, já que se apercebem que as decisões são tomadas sem a sua auscultação.

Os fenómenos de corrupção política e financeira agravaram estes sentimentos, para além da constatação de uma democracia reduzida, partidária e burocrática. Neste sentido, o modelo da democracia direta tornou-se um ideário dos MSD e dos cidadãos que neles participam.

Como se pode atenuar este ambiente de descontentamento generalizado? Através de processos transparentes. A transparência nos processos de decisão poderia ser uma forma de aumentar a confiança dos cidadãos. Seria esta uma nova forma de democracia? Ou uma nova forma de intervenção social? Através da análise da teoria e do constatado através das entrevistas e dos questionários concluiu-se que os MSD gostariam que os cidadãos fossem incluídos nos processos de decisão, consultados na tomada de decisões, sendo aqui a intervenção-chave dos MSD, ou por outras palavras, democracia direta através de mecanismos como são os referendos.

Os movimentos sociais conforme vimos nas respostas dos inquiridos, abordam os problemas que afetam o conjunto da sociedade sendo transversais a vários grupos e classes sociais. O que outrora estava apenas direcionado para a luta da classe operária, atualmente, as reivindicações destes movimentos passam pelo ambiente, educação, saúde, participação dos cidadãos na política, na descentralização administrativa e, essencialmente, na conceção de uma nova organização da sociedade civil independente do Estado e demais instituições nacionais e internacionais.

Com a globalização e as novas tecnologias surgiram novas disrupções sociais na política, na economia e na sociedade. Por outro lado, neste contexto, trouxe novas oportunidades e empregos, novas competências e novas aptidões, essencialmente, a criatividade, pois o futuro será trabalhar com um grande conjunto de dados digitais, nomeadamente, programadores, web designers, administradores de redes, de sistemas, entre outros.

A partir dos dados apresentados a maior percentagem dos inquiridos considerou tratar-se de movimentos sociais digitais e outros como um facto inquestionável o que vai ao encontro do nosso objetivo. De facto, a introdução de novos elementos como a globalização, as TIC e redes sociais proporcionaram novas formas de interação e de comunicação, o que levou à criação e à proliferação de MSD com o objetivo de lutar contra qualquer poder instituído e/ou injustiça social. Movimentos como o Geração à Rasca, RiseUp Portugal, Precários Inflexíveis, Indignados Algarve, Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC), Academia Cidadã, Plataforma Livre de Petróleo do Algarve (PALP) e Movimento Sem Emprego (MSE), entre muitos outros, tem na sua

gênese e na sua constituição os modelos dos MST, embora, com inúmeras reconfigurações já explicitadas ao longo deste trabalho.

Quanto ao objetivo no que respeita à duração no tempo e no espaço, da análise realizada e da bibliografia consultada podemos constatar que os movimentos sociais digitais surgem de forma espontânea, maioritariamente no Facebook, tendo no seu percurso picos de mobilização e de protagonismo que com o decorrer do tempo se atenuam. Esta efemeridade é constatada pelos inquiridos. No entanto, enquanto houver injustiças sociais, os movimentos sociais vão continuar a lutar e a debater (Cf. Gohn, 2010). As características destes movimentos passam por ter relações e práticas horizontais, de informalidade, de solidariedade, autonomia e de tomadas de decisão coletivas dada a inexistência de líderes nestes contextos. São movimentos marcadamente apartidários e antipolíticos conforme indicaram os inquiridos e entrevistados, pois recusam o modelo da democracia vigente e a conversão para um partido político. No entanto, a maior parte dos entrevistados posicionam-se como sendo ideologicamente de esquerda. Excetuando as duas associações entrevistadas, não existe subordinação dos restantes movimentos a instrumentos ou instituições políticas e/ou públicas.

A par da existência de duas direções das associações, os restantes movimentos contam com voluntários para a organização e dinamização do movimento e das suas ações. Deste facto, sobressaem dificuldades devido à disponibilidade dos voluntários que é muito flutuante. No entanto, constatamos que parte deste voluntariado é composta por indivíduos desempregados ou com relação laboral precária, embora qualificados.

A utilização intensiva das redes sociais, designadamente, o Facebook, por parte destes movimentos é um recurso fundamental para a divulgação do movimento e das suas reivindicações e ações. Para além de se constituir como uma ferramenta com custos baixos ou inexistentes, possibilita a transposição de fronteiras - do regional para o nacional e por conseguinte, para o global. Esta é aliás, uma das características mais importantes destes movimentos, sendo que é através deste recurso que se criam e se expandem inúmeros movimentos. Esta diversidade revela que muitos movimentos tratam da sua problemática e/ou especificidade, dividindo-se, outros, no entanto, serão semelhantes. Contudo, os inquiridos referem não existir um número suficiente de MSD na Internet. Por outro lado, esta diversidade pode indicar fragilidades como a fragmentação e disputas no seu interior, assim como representar um efetivo reconhecimento destes movimentos por parte dos cidadãos e por parte dos agentes

políticos, resultando na sua legitimidade (constatado). Representa também que a sua presença e as suas ações podem revelar um potencial de democratização no que diz respeito às relações políticas e sociais traduzindo-se numa forma de justiça social.

Das suas ações, constatámos que na sua maioria tratou-se de ações pontuais, concretas e sem grande poder de transformação social (constatado), o que pode revelar debilidade e inconsistência nas estruturas dos MSD. Não obstante, o facto de se ter realizado grandes manifestações num passado recente e uma grande mobilização de massas através das redes sociais, nesse contexto, demonstra *per si* que houve efetivamente alguma mudança, nas mentalidades e na postura dos cidadãos no que diz respeito à participação ativa nas ruas onde, tradicionalmente, isso não acontecia considerando os recursos disponíveis da época e os contextos, já que há uma ligação efetiva destes dois elementos. Também pode resultar da ausência de estratégias e formas de luta inovadoras ou de poucos recursos humanos e financeiros (que o é conforme entrevistas), a sensação de impotência dada a pouca participação em contexto real constatado através dos resultados dos questionários e entrevistados e às represálias/censura/linchamento digital (também constatado), embora dissimuladas, outras, nem por isso, pode levar ao afastamento da luta e do ativismo. Face ao exposto, os nossos objetivos quanto às estratégias e/ou reportórios utilizados pelos MSD, para mobilizar e promover a participação dos cidadãos depende inúmeros fatores internos ou externos aos movimentos. Aferiu-se que esta é flutuante estando sujeita a reportórios “espetaculares”.

Identificar os objetivos dos MSD foi outro objetivo conseguido. Os objetivos dos MSD não é criar ideologias, não é só reivindicar, é criar a possibilidade de uma nova sociedade, alterar o modelo democrático, caso contrário, acabará por ser apenas uma reprodução social da realidade presente. Não se trata de uma utopia, trata-se de esperança, de desencadear a ação, de agir e provar que a realidade pode efetivamente ser transformada. Para o efeito e para alcançar os seus objetivos os MSD necessitam de reportórios e de estratégias inovadoras para promover a mobilização. A utilização de reportórios já conhecidos implica inovação, aperfeiçoamento, novas práticas e novas ações. Sem estas não há visibilidade. Estes reportórios passam pela utilização de discursos populistas, pelo recurso à sátira através de imagens sendo mais apelativas do que o texto com grande poder de mobilizar os cidadãos. É nas tecnologias que estes movimentos encontraram o seu maior aliado. Neste novo espaço virtual e onde a informação com possibilidades infinitas está à distância de um clique e disponível 24h,

um mundo de mensagens instantâneas, traduz-se num espaço de partilha, mas também num espaço disruptivo, no sentido em que rompe com os modelos tradicionais.

As tecnologias proporcionaram a difusão da crise democrática e financeira, das injustiças sociais e a exposição de regimes autoritários e é a partir dessa difusão que surgem e se expandem os movimentos sociais digitais. Por conseguinte, mobilizam-se os cidadãos que se identificam com essas injustiças e que se congregam para alcançar a transformação social.

Com as redes sociais foi possível contribuir para a capacidade de mobilização sem precedentes convertendo-se numa força de mudança cada vez maior na atualidade. Por outro lado, a capacidade de mobilizar o público para a rua, depende não só da capacidade organizativa do MSD, mas também, pela forma como estes conseguem apelar à participação em determinada ação coletiva. De qualquer forma, o apelo à participação está sujeito à predisposição do público/participantes em sair do conforto do seu anonimato para atuar *in loco* nos eventos/manifestações convocadas através das redes sociais. Neste contexto, sair da zona de conforto para uma efetiva participação seja no espaço virtual, seja no espaço físico é uma das problemáticas de qualquer mobilização social e um dos objetivos deste trabalho de investigação.

Por outro lado, o clique transformou-se numa ação facilitadora de agregação espontânea a qualquer movimento social sobre qualquer problemática de âmbito nacional e internacional. Neste contexto, as redes sociais proporcionam a difusão dessas problemáticas, levando os cidadãos desiludidos e desconfiados a aderir aos MSD, a identificarem-se, a tomarem consciência e a lutar por objetivos comuns contra qualquer poder instituído.

Na rede digital, os acontecimentos ocorrem a uma velocidade sem precedentes, toda a informação pode ser lançada, alterada e tudo à distância de um clique. A ação de clicar instantaneamente sobre qualquer assunto pode levar a que não se pense ou que se reflita sobre determinado assunto. Esta ausência de reflexão, não corrobora a ideia da práxis de Paulo Freire de que a ação leva à reflexão. Num mundo instantâneo onde existem múltiplas visões de determinada realidade, dados sempre acessíveis, mas sem análise, pode levar a uma abordagem superficial do mundo e a uma ação irrefletida. Esta é uma questão importante e não deve ser minorizada, a não reflexão por parte dos cidadãos no que respeita a toda a informação que corre no Facebook e na comunicação social em geral. A adesão através de um simples clique a determinado MSD implica, neste contexto de não reflexão, o risco de aderir a um MSD com reportório populista,

característico de alguns destes movimentos e não só. A título de exemplo, o reportório utilizado na campanha do Brexit no Reino Unido ou ainda na campanha presidencial de Donald Trump em 2016, ambos apoiados no reportório populista e nacionalista. Aliás, esta é uma das formas de se chegar às grandes audiências mesmo que no seu fundamento não esteja associada qualquer reflexão profunda, mas sim apenas, a utilização de uma estratégia que é a arte do espetacular ou uma estratégia do medo. Mormente, esta é uma das fórmulas de que um MSD necessita para passar a mensagem que passa por criar e aplicar estratégias como a utilização de discursos hipolarizados para obter visibilidade e reconhecimento. Pode tratar-se, portanto, de uma forma de “dominação das massas” o que pode conduzir à dificuldade em reconhecer até que ponto, neste espaço, os nossos desejos e pensamentos são realmente nossos. Isto porque, as redes sociais vão afunilando a informação naquilo que pensa que são os nossos gostos através dos nossos perfis. Assim sendo, o livre arbítrio pode-se tratar de uma ilusão e a liberdade posta em causa o que poderá representar um retrocesso na conquista dos nossos direitos.

Os MSD podem servir também de “descarga” de raivas, frustrações e existem casos de discursos extremistas que colocam em causa todo o papel dos MSD e que por outro lado, podem também colocar em causa o próprio MSD. Ou seja, tudo o que seja diferente, ou que não pense como os outros é facilmente alvo de críticas e eliminado no espaço virtual. A ténue fronteira entre a intervenção social e a descarga emocional populista sobre quem gere estes movimentos sociais é muitas vezes diluída e verificou-se durante as entrevistas este fenómeno de crítica gratuita, oposição e censura ao próprio MSD. De salientar que, a utilização em massa da rede social Facebook tem levado a uma intensificação do escrutínio, quer da classe política, quer da sociedade civil. É justamente através das redes sociais onde não se adquire apenas conhecimento, que proliferam ideias, opiniões, debates e interações onde o cidadão se desenvolve intelectualmente e como cidadão. É nesta pluralidade que se traduz a essência da democracia. Ora, neste pluralismo social com base num instrumento de massas como o Facebook, assiste-se de facto, a contradições que necessitam de um estudo aprofundado, para se tentar compreender esta relação, não esquecendo, porém, que as transformações que podem ter lugar hoje, podem não ser mais amanhã, dada a velocidade das redes.

Os MSD também compreendem que apesar do protagonismo no Facebook, e de estas se constituírem como redes de contrapoder e de espaços de autonomia livres de controlo, amiúde, necessitam do espaço físico para obter visibilidade e reconhecimento,

com recursos a outros suportes de mobilização. Estratégias referidas pelos entrevistados como a utilização de cartazes e panfletos, manifestações, assembleias populares e eventos de caráter informativo, servem para fazer valer as suas ações, como também, para complementar as ações desenvolvidas no espaço virtual. Neste contexto, não se dissociam atividades quer no espaço físico, quer no espaço virtual, ambas as formas de ação coletiva se complementam. Por outro lado, existem cidadãos que não têm acesso à Internet, o que pode levar, à partida, à exclusão destes nas mobilizações. No entanto, verificámos que uma minoria dos inquiridos indica que não há mais participação devido às dificuldades em utilizar as TIC ou que não têm acesso à Internet. O aprofundamento democrático poderá ser condicionado dado à impossibilidade de acesso à Internet (Cf. Medeiros, 2006).

Noutra perspetiva, a Internet e as redes sociais, acentuam e intensificam o poder de mobilização. Esta mobilização das massas não se centra apenas na identificação pelos objetivos comuns, mas também, na parte emocional que leva à motivação para engajar na ação coletiva. Neste pressuposto, os movimentos sociais constituem-se através de objetivos comuns, de uma identidade coletiva e de relações solidárias cuja interação têm um desafio identificável – as relações de poder. As forças disruptivas desencadeadas nesta interação servem para romper com a ordem estabelecida. A emoção e identificação são, pois, dois fatores essenciais e agregadores para que a adesão a determinado MSD no espaço virtual seja efetuada, mas também, a intervenção no espaço físico.

Embora referido pelos entrevistados que existe efetivamente uma discrepância quanto ao número de seguidores que colocam gosto ou que vão a ações convocadas através das redes sociais referem que são seguidos (o número de seguidores revela isso mesmo) e que existe uma elevada participação nas respetivas páginas de Facebook. Neste sentido, a única forma de aferir esta participação foi ter em conta a dinâmica das páginas, nomeadamente, através do número de partilhas e comentários, entre outros. O que não quer dizer, que os seguidores destas páginas leiam tudo o que está disponível até porque, se houver uma dinâmica elevada na mesma, no *feed* de notícias que é constantemente atualizado, a informação mais antiga vai desaparecendo. Também através dos questionários consideramos que existe efetivamente um ativismo de sofá quanto à participação, criando grandes expectativas aos organizadores dos movimentos o que depois tem consequências nos resultados dos respetivos ciclos de protesto.

Depreende-se, tendo em consideração o nosso objetivo de compreender a relação dos MSD com a comunicação social, que se as ações não são divulgadas pelos meios de comunicação social, principalmente, pela televisão, influencia efetivamente o número de participantes nas ações desenvolvidas pelos MSD. Ora, se as redes sociais são grandes mobilizadores de massas, este fato vem mostrar que por si só não chega necessitando dos meios de comunicação para difundir as suas ações, apesar dos inquiridos afirmarem que não necessitam deles e que são independentes. Mas esta relação não se mostra tão linear tal como referido na teoria. A comunicação social só dá cobertura às ações destes movimentos se forem considerados por eles, atos espetaculares e/ou polémicos, caso contrário, continuam a apostar em programas de entretenimento o que proporciona grandes audiências. De salientar, que através das respostas dos inquiridos e dos entrevistados há um efetivo reconhecimento no uso estratégico da comunicação social para a cobertura das ações destes movimentos. De salientar também, que os próprios meios de comunicação se reinventaram através de conteúdos e debates *online*.

Nestes contextos dinâmicos e complexos é pertinente aqui referir o papel do educador social (ES). O ES pode alterar significativamente as relações de poder através das redes de contrapoder que são os MSD, mas também em redes de contrapoder criadas na comunidade. Este pode ser encarado como um promotor da cidadania e da participação política. O ES pode e deve intervir para sensibilizar, para fomentar a participação, e para evitar discursos extremistas. Promover novas formas de ação coletiva junto às populações, promovendo mecanismos de reconhecimento social, de solidariedade, de cooperação, de confiança e de reciprocidade. Um trabalho de empoderamento e de inclusão social das bases, um reconhecimento da diversidade dos atores sociais e do respetivo pluralismo de ideias, a promoção da democracia nos mecanismos de participação no interior dos movimentos (elemento verificado aquando as entrevistas).

Em conclusão, as dificuldades sentidas no decorrer deste trabalho de investigação passaram por selecionar a informação e restringir ao essencial dada a própria complexidade do tema, tendo em consideração a multidimensionalidade do mesmo. A limitação no processo investigativo, consubstanciou-se em percorrer toda a teoria dos MST que serviu de base a todo o trabalho de investigação sobre os MSD. Desde a sua génese, conceitos, reconfigurações a que foram sujeitos até aos dias de hoje, revelaram que este tema, para além de complexo é também multifacetado. Para

além disso, houve dificuldades em arranjar autores atuais que estudam o fenómeno dos MSD, pois existe pouca literatura sobre esta temática específica. No entanto, encontram-se na Internet inúmeros artigos sobre movimentos sociais e a sua presença na Internet (não propriamente no Facebook). Contudo, estes artigos ou livros consultados referem constantemente os mesmos teóricos. Houve também dificuldades no tratamento dos resultados dos questionários e no *feedback* das respostas aos mesmos. Foram enviados mais de duzentos questionários e respondidos noventa e cinco o que pode indicar que o tema não é apelativo e de fácil perceção. Da mesma forma, os convites efetuados para as entrevistas não obtiveram um número considerável de respostas o que poderia ter contribuído para um estudo mais abrangente e de considerável qualidade.

Tratou-se, portanto, em investigar uma realidade complexa e dinâmica, com inúmeras variáveis relacionadas entre si, em que o enfoque foi centrado nos conceitos, nas interações e nas ações coletivas dos movimentos analisados. Desta forma, trata-se de uma análise que contribui para o estudo dos movimentos sociais digitais e da ação coletiva nas mais variadas formas e dimensões.

A análise sobre os movimentos sociais digitais apresenta múltiplos desafios devido às constantes reconfigurações a que está sujeita. Estas passam pelas oportunidades políticas que se dão quando se alteram contextos políticos e sociais. Consequentemente verificam-se mudanças nas ações coletivas, nomeadamente, na adoção de novas estratégias, na escolha novos reportórios, na organização de estruturas de mobilização com base nas redes sociais, onde interagem múltiplos atores, sociais e políticos, com o objetivo de construir projetos de autonomia, tão importante para a emancipação social. Estes projetos necessitam impreterivelmente, da participação dos cidadãos, pois, a participação dá sentido e significado aos movimentos sociais e estes lutam para alcançar algum tipo de transformação social.

Um projeto de transformação social requer o conhecimento, a análise e a interpretação de uma realidade complexa, daí a pertinência deste trabalho de investigação, o qual, não deve acabar por aqui, mormente, não obstante, as dificuldades sentidas ao longo deste trabalho. Todos os objetivos a que nos propomos foram de um modo geral alcançados. Para além destes, no decorrer da investigação surgiram outras questões fundamentais para se compreender a dinâmica destes movimentos, nomeadamente, a ausência de reflexão nestes contextos digitais, o poder do clique, o linchamento digital nas redes sociais, os discursos extremistas e/ou populistas existentes no Facebook, entre outros. Trata-se da mesma forma, de um desafio para os autores e

futuros investigadores, dado o dinamismo de uma sociedade em rede, dado que a rede é simultaneamente local e global, heterogénea e multicultural em que vivemos rodeados de tecnologias. Desta forma, a investigação sobre esta temática deve prosseguir de forma sistemática (dado o carácter evolutivo deste processo) e a extrema importância desta temática no futuro em termos de investigação empírica e teórica. A partir deste trabalho de investigação, torna-se pertinente focar aqui, algumas linhas de investigação que poderão ser utilizadas em futuras investigações, nomeadamente, as mudanças nas ações coletivas dos MSD, a ausência da reflexão e de ponderação dos atos dada a velocidade das redes e a relação entre os agentes políticos e os MSD.

Quanto ao futuro é difícil antever como é que estes movimentos que proliferam nas redes sociais e os mecanismos/processos desencadeados por eles, dada a sua complexidade, como se irão desenvolver e se irão conseguir alcançar os objetivos a que se propõem.

Por fim, não é despiciendo, afirmar que, apesar de toda a sua complexidade, a realidade é passível de ser transformada. É uma tarefa dos MSD, imaginar um futuro alternativo ao presente, e este elemento utópico está presente em todas as suas ações.

- Aguiar-Contraria, L., & Magalhães, P. (junho-dezembro de 2016). Democracia Directa. *Revista XXI, Ter opinião*, pp. 42-45
- Aires, L. (2011). Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional. *Universidade Aberta*, 1-70. Obtido em 10 de julho de 2016 de <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2028>
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais. *Lua Nova*, pp. 49-86. Obtido em 21 de julho de 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>
- Assinantes com acesso à Internet*. Em Pordata – Portal de Base de Dados de Portugal Contemporâneo. Obtido em 15 de janeiro de 2016 de <http://www.pordata.pt/Portugal/Assinantes+do+acesso+%c3%a0+Internet-2093>
- Barros, R. (2012). *Subsídios breves para o debate de princípios e valores na formação política do(a) educador(a) social*. Lisboa: Chiado Editora.
- Bauman, Z. (9 de janeiro de 2016). As redes sociais são uma armadilha. (R. Querol, Entrevistador) Obtido em 15 de janeiro de 2016, de http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html
- Bauman, Z. (1999). *La globalización - Consecuencias Humanas*. Obtido em 20 de setembro de 2016 de <https://estudiscritics.files.wordpress.com/2011/02/la-globalizacion-zigmunt-bauman.pdf>
- Bava, S. C. (19 de Abril de 2010). A fragilização do imaginário da transformação social. (P. Fachin, Entrevistador) Obtido em 21 de julho de 2016, de http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3136&secao=325
- Bento, A. (2012). Investigação quantitativa e qualitativa: Dicotomia ou complementaridade? *Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)*, 64, 40-43. Obtido em 21 de julho de 2016 de <http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Investigacaoqualequan.pdf>
- Bringel, B. M., & Domingues, J. M. (2015). *Global Modernity and Social Contestation*. Londres: SAGE Publications Inc.
- Caraça, J. (2005). Trabalhar em rede ou sem rede. Em M. Castells, G. Cardoso, A. F. Costa, M. C. Gomes, & C. P. Conceição, *A Sociedade em rede em Portugal* (pp. 7-12). Porto: Edições Afrontamento.

- Castells, M. (2005). A sociedade em Rede. Em G. Cardoso, M. Castells, C. P. Conceição, A. F. Costa, & M. C. Gomes, *A sociedade em rede em Portugal* (pp. 19-29). Porto: Edições Afrontamento.
- Castells, M. (2015). *Redes de Indignación y Esperanza*. Madrid: Alianza Editorial, S.A.
- Constituição da República Portuguesa. (2005). Obtido em 20 de setembro de 2016 de <https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRPVIIrevisao.pdf>
- Correia, E., & Pardal, L. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores, LDA.
- Cotrim, J. P. (junho-dezembro de 2016). Oxigénio. *Revista XXI, Ter opinião*, pp. 82-88.
- Chaffey, D. (2016). *Penetração regional da Internet no mundo*. Obtido em 19 de agosto de 2016 de <http://www.smartinsights.com/social-media-marketing/social-media-strategy/new-global-social-media-research/>
- Charlie Hebdo*. Obtido em 27 de julho de 2016 de <http://www.bbc.com/news/world-europe-15551998>
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (1998). Entering the Field of Qualitative Research. Em N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln, *Collecting and Interpreting Qualitative Materials* (pp. 1-45). London: Sage Publications.
- Ébola – André Carrilho*. Obtido em 27 de julho de 2016 de <https://twitter.com/malonebarry/status/518031238679244800>
- Estatística oficial da página de Facebook do RiseUp Portugal – número de pessoas e de gostos*. Obtido em 12 de setembro de 2016 de <https://www.facebook.com/RiseupPortugal/likes>
- Estefania, J. (2016, janeiro 9). O espectro de indignação. *El País*. Obtido em 15 de julho de 2016 de http://cultura.elpais.com/cultura/2016/01/06/babelia/1452081948_209020.html
- Fanti, L. H., & Feijó, M. C. (6 de junho de 2012). Pós-modernidade e contracultura dos anos 60 e as suas influências políticas. *Educação, Gestão e Sociedade*, pp. 1-21. Obtido em 28 de julho de 2016, de <http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero06/posModernidadeContraculturaAnos60.pdf>
- Felice, M. (2015, novembro 6). Virtualidades das redes sociais e a realidade historicamente construída. [ficheiro em vídeo]. Obtido em 06 de novembro de 2015 de <http://www.rtp.pt/play/p1744/e212784/pagina-2#>

- Florencio, R. N. (1993). *Sociedad y política en el siglo XX - viejos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Foddy, W. (1996). *Como Perguntar - Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: CELTA EDITORA.
- Freire, P. (1984). *Utopia e poder*. Obtido em 15 de janeiro de 2016 de http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2428/3/FPF_OPF_06_044.pdf
- Galeano, E. (2013, julho 10). *Alfin y al cabo somos lo que hacemos para cambiar lo que somos*. [mensagem de blogue]. Obtido em 10 de Novembro de 2015 de <http://eduardo-galeano.blogspot.pt/2013/07/al-fin-y-al-cabo-somos-lo-que-hacemos.html>
- Gauthier, B. (2003). A estrutura da prova. Em B. Gauthier, *Investigação Social da Problemática à Colheita de Dados* (pp. 143-174). Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O Inquérito - Teoria e prática*. Oeiras: CELTA EDITORA.
- Giddens, A. (1998). *Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 16, (n.º 47), 333-512. Obtido em 21 de julho de 2016 em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>
- Gohn, M. G. (19 de Abril de 2010). Os movimentos sociais na conjuntura social e política. (G. Wolfart, & P. Fachin, Entrevistadores) Obtido em 21 de julho de 2016, de http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3134&secao=325
- Graeber, D. (2016, março 19). Dívida sempre foi uma questão de poder. *O Globo*. Obtido em 20 de abril de 2016 de <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/david-graeber-divida-sempre-foi-uma-questao-de-poder-1-18909540>
- Grassroots*. Em Dictionary. Obtido em 12 de julho de 2016 de <http://www.dictionary.com/browse/grassroots>
- Hacker*. Em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Obtido em 29 de julho de 2016 de <http://www.priberam.pt/dlpo/hacker>
- Handy, C. (2015). Como é que a revolução da informação irá alterar a sua vida? A nova disrupção. *Público*, 22-23.

Hashtags. Obtido em 25 de julho de 2016 de <http://www.significados.com.br/hashtag/>

Heideman, L. A., Oliveira, A. M. & Veit, E. A. (2010). Ferramentas online no ensino das ciências - Uma proposta com o Google Docs. *Física na Escola*, 2, 44-43. Obtido em 15 de janeiro de 2016 de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/116446>

Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

Huberman, A. M., & Miles, M. B. (1998). Data Management and Analysis Methods. Em N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln, *Collecting and Interpreting Qualitative Materials* (pp. 179-210). London: Sage Publications.

Jesus Também tinha 2 pais – Bloco de Esquerda. Obtido em 27 de julho de 2016 de <http://parlamentoglobal.sapo.pt/actualidade/assembleiaRepublica/2016-02-26-Polemica-com-cartaz-do-BE-Queremos-provocar-o-debate-sem-tabus>

Linkedin. Obtido em 29 de julho de 2016 de <https://www.linkedin.com/about-us?trk=uno-reg-guest-home-about>

Martins, A. (2016, janeiro 4). *Por uma internet mais subversiva*. [mensagem de blogue]. Obtido em 6 de janeiro de 2016 de <http://outraspalavras.net/blog/2016/01/04/por-uma-internet-mais-subversiva/>

Medeiros, P. C. (2006). Internet e Movimentos sociais: outros espaços de interação. (pp. 87-98). Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

Melucci, A. (junho de 1989). Um objetivo para os movimentos sociais. pp. 49-66. Obtido em 15 de Setembro de 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>

Mendonça, H. (2015, fevereiro 23). Conheça a Geração Z: nativos digitais que impõem desafios às empresas. *El País*. Obtido em 15 de janeiro de 2016 de http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424439314_489517.html

Mudde, C. (junho-dezembro de 2016). Populismo a Ocidente. *Revista XXI, Ter opinião*, pp. 46-53.

Nicolaci-da-Costa, A. M. (2009). Uso de entrevistas on-line no método de explicitação do discurso subjacente (MEDS). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, pp. 36-43. Obtido em 22 de julho de 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Número de seguidores da Página Oficial do Facebook Portugal. Obtido em 14 de julho de 2016 de <https://www.facebook.com/FacebookPortugal/timeline>

- Ocanã, C. M. (2003). Internet: entorno para nuevas entidades sin ánimo de lucro. *Revista Textos de la Ciber Sociedad*. Obtido em 12 de julho de 2016, de <http://www.cibersociedad.net/textos/articulo.php?art=30>
- Occupy Wall Street*. Obtido em 29 de julho de 2016 de <https://www.facebook.com/OccupyWallSt1/timeline>
- Paiva, A., Paes, E., Francisco, M., & Cabral, P. (maio de 2011). Os métodos interpretativos e a entrevista online na investigação qualitativa. *SEM@RESEARCH*, pp. 1-13. Obtido em 21 de julho de 2016, de https://edineidepaes.files.wordpress.com/2011/09/paper_metodosinterpretativoseentrevistaonline_final.pdf
- Pereira, M. A. (junho de 2012). Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. *Opinião Pública*, 18, pp. 68-87. Obtido em 12 de julho de 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n1/v18n1a04.pdf>
- Pereira, M.A. (2011). Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In *Compolítica - Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política*. Rio de Janeiro. (pp. 01-26). Obtido em 12 de julho de 2016 de <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>
- Pires, I. (2010, agosto 20). *As principais mudanças culturais no pós-guerra: os jovens dos anos 1960-70*. [mensagem de blogue]. Obtido em 28 de julho de 2016 de <https://f5dahistoria.wordpress.com/2010/08/20/as-principais-mudancas-culturais-no-pos-guerra-os-jovens-dos-anos-1960-70/>
- Plataforma Cooperativista*. Obtido em 12 de julho de 2016 de <http://platformcoop.net/>
- Plataforma 15 de outubro*. Obtido em 12 de julho de 2016 de <https://www.facebook.com/MovimentoDosIndignadosDePortugal?ref=hl>
- Primavera Árabe*. Obtido em 28 de julho de 2016 de <http://www.infoescola.com/atualidades/primavera-arabe/>
- Rede Social*. Em Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Obtido em 14 de julho de 2016 de <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/rede%20social?homografia=0>
- Refugiado*. Obtido em 27 de julho de 2016 de <http://veja.abril.com.br/mundo/onu-cobra-que-todos-os-paises-da-ue-recebam-refugiados/>
- Richter, F. (2016). *Número de utilizadores ativos mensais de redes sociais e serviços de mensagens*. Obtido em 19 de julho de 2016 de

<https://www.statista.com/chart/5194/active-users-of-social-networks-and-messaging-services/>

- Sanches, A. (2015, dezembro 6). Facebook – O que andamos a fazer de ilegal? *Público*. Obtido em 13 de julho de 2016 de <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/o-que-fazemos-no-facebook-que-pode-ser-ilegal-1716366>
- Salas, J. (2015, abril 28). Os novos ‘inquisidores’ tomam conta da rede. *El País*. Obtido em 15 de janeiro de 2016 de http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/ciencia/1429788932_491782.html
- Santos, B. d. (2002). *Reinventar a Democracia*. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda.
- Savoie-Zajc, L. (2003). A entrevista semidirigida. Em B. Gauthier, *Investigação Social da Problemática à Colheita de Dados* (pp. 279-301). Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Scherer-Warren, I. (Janeiro-Abril de 2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21, pp. 109-130. Obtido em 15 de setembro de 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007
- Scherer-Warren, I. (Setembro-Dezembro de 2008). Redes de Movimentos sociais na América Latina - Caminhos para uma política emancipatória. *CADERNO CRH*, 21, pp. 505-517. Obtido em 15 de setembro de 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007
- Serrano, G. P. (1994). *Investigación Cualitativa. Retos e Interrogantes II. Técnicas y Análisis de Datos*. Madrid: La Muralla, S. A.
- Silva, C. M. T. (2012). Dos “Antigos” aos “Novos” Movimentos Sociais. In *VII Congresso Português de Sociologia – Sociedade, Crise e Reconfigurações*. Universidade do Porto – Faculdade de Letras e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. (pp. 01-09). Obtido em 12 de julho de 2016 de http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0725_ed.pdf
- Skype. Obtido em 12 de julho de 2016 de <https://www.skype.com/pt/>
- Tarrow, S. (1997). *El poder en movimiento - Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza Editorial, S. A.
- Tarrow, S. (2005). *The New Transnational Activism*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Teixeira, A. J. (junho-dezembro de 2016). Desencanto Democrático. *Revista XXI, Ter opinião*, pp. 4-6.
- Tilly, C., & Wood, L. J. (2010). *Los movimientos sociales - 1768-2008 desde sus orígenes a Facebook*. Barcelona: Editorial Crítica, S. L.
- Toro, J. B., & Werneck, N. M. (1996). Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. *UNICEF*, pp. 01-90. Obtido em 15 de setembro de 2016, de <http://www.compreender.com.br/gestao/files/biblioteca/5b1eeb01411d764ed1046eealb92be10.pdf>
- Touraine, A. (1998). *Iguais e Diferentes - Poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget.
- Utilizadores segundo género e idade*. Em Zephoria Digital Marketing. Obtido em 19 de julho de 2016 de <https://zephoria.com/top-15-valuable-facebook-statistics/>
- Vala, J. (1987). A Análise de Conteúdo. Em J. M. Pinto, & A. S. Silva, *Metodologia das Ciências Sociais* (2ª edição ed., pp. 100-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Verdú, D. (2015, maio 3). Geração Z mudará o mundo. *El País*. Obtido em 15 de janeiro de 2016 de http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/02/sociedad/1430576024_684493.html
- Vitorino, A. (junho-dezembro de 2016). Os novos titãs. *Revista XXI, Ter opinião*, pp. 34-39.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Zubero, I. (1996). *Movimientos Sociales Y Alternativas de Sociedad*. Madrid: Ediciones HOAC.